

2º CICLO DE ESTUDOS
MESTRADO EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Ordenamento do território no Concelho de Espinho e indicadores de monitorização

Inês Regina Rodrigues das Neves

M

2018



Inês Regina Rodrigues das Neves

**Ordenamento do território no Concelho de Espinho e indicadores
de monitorização**

Relatório de Estágio realizado no âmbito do Mestrado em Sistemas de Informação Geográfica
e Ordenamento do território, orientado pelo Professor Doutor José Alberto Vieira Rio
Fernandes

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Maio de 2018

Ordenamento do território em Espinho e indicadores de monitorização

Inês Regina Rodrigues das Neves

Relatório de Estágio realizado no âmbito do Mestrado em Sistemas de Informação Geográfica e Ordenamento do Território, orientado pelo Professor Doutor José Alberto Vieira Rio Fernandes

Membros do Júri

Professor Doutor António Alberto Teixeira Gomes
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professora Doutora Helena Cristina Fernandes Ferreira Madureira
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professor Doutor José Alberto Vieira Rio Fernandes
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 18 valores

Aos meus pais.

À memória da minha avó.

Sumário

Declaração de honra.....	9
Agradecimentos.....	10
Resumo.....	12
Abstract	13
Índice de figuras	14
Índice de tabelas.....	15
Lista de abreviaturas e siglas.....	16
Introdução	19
Capítulo 1 – Instituição de Estágio	21
Capítulo 2 – Ordenamento do território à escala municipal.....	23
2.1. Conceitos base.....	23
2.2. O Plano Diretor Municipal.....	28
2.2.1. Os planos municipais na Europa: evolução e principais diferenças.....	28
2.2.2. Enquadramento teórico e jurídico aos Planos Diretores Municipais portugueses.....	32
2.2.3. Evolução do planeamento municipal nas últimas décadas: três gerações do PDM ..	36
2.2.4. Monitorização e avaliação.....	38
2.2.5. Ordenamento do território nas áreas metropolitanas.....	42
Capítulo 3 – Plano Diretor Municipal de Espinho	45
3.1. Enquadramento geográfico	45
3.2. Antecedentes	46
3.3. O Plano Diretor Municipal de 2016	51
Capítulo 4 – Diagnóstico do município de Espinho.....	56
4.1. Síntese de caracterização.....	56
4.2. Alterações recentes.....	63
Capítulo 5 – Indicadores de base territorial e sistemas de informação geográfica.....	66
5.1. Indicadores do sistema urbano; ambiental e relacional: 2011 VS 2016.....	66
5.2. Avaliação dos indicadores.....	68
5.3. Plano de Financiamento	73
Capítulo 6 – Proposta	77
6.1. Avaliação e monitorização: modelos e práticas	77
6.2. Delineação de proposta	79
6.3. Contributo para uma avaliação e monitorização	84

Conclusão.....	87
Referências bibliográficas	88
Anexos.....	94
Anexo 1	95
Anexo 2	100
Anexo 3	107
Anexo 4	113
Anexo 5	122

Declaração de honra

Declaro que o presente relatório de estágio é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, 29 de maio de 2018

Inês Regina Rodrigues das Neves

Agradecimentos

Com o findar desta enorme aventura de cinco anos que foi a minha formação académica é imprescindível realçar a gratidão perante as pessoas e instituições que tornaram este feito possível.

Primeiramente destaco os meus pais por serem a minha âncora em todas as etapas da minha vida, por sempre me apoiarem nas minhas decisões, pela força, o carinho e as palavras sábias que ao longo destes anos foram imprescindíveis e fundamentais para o meu sucesso. Realço ainda a minha avó que apesar de recentemente se ter tornado ausente, foi a minha fonte de inspiração nos momentos de maior dificuldade.

Ao Diogo, namorado e melhor amigo, reconheço o amor, amizade, conforto e compreensão em todos os momentos. Estou grata pelas palavras de apoio e por sempre confiar afincadamente nas minhas capacidades, por vezes, mais do que eu própria.

À minha segunda família, os meus amigos que estarão para sempre no meu coração. Aos mais próximos que sabem bem quem são, por toda a amizade, por todas as conversas, a força e o auxílio nos bons e maus momentos. Aqueles que o Porto me deu, pela incansabilidade, por partilharem comigo os melhores anos da minha vida, por todos os momentos e confiança que vivemos. Não esquecendo os companheiros de mestrado de Braga e Guimarães. À Joana, fiel companheira, sempre presente nestes cinco anos, por ser tão semelhante a mim e por partilharmos esta odisséia que foi o relatório de estágio. Por todas as nossas inseguranças e vitórias que conseguimos vingar juntas, sem ela nada teria sido possível.

Ao meu orientador, o Professor Dr. José Rio Fernandes, por todo o conhecimento, apoio, incentivo e disponibilidade na realização deste relatório bem como ao longo destes cinco anos. De igual maneira pelo trabalho que elabora e a dedicação na divulgação da Geografia no nosso país.

Aos professores do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, destacando os do Mestrado de Sistemas de Informação Geográfica e Ordenamento do Território, por todos os ensinamentos e pela sua

contribuição na minha formação como geógrafa.

À Câmara Municipal de Espinho onde realizei o meu estágio curricular. Sendo indispensável destacar a forma acolhedora, divertida e inesquecível como fui recebida. Por todo o apoio que me prestaram ao longo desta etapa. À Arquiteta Sandra Almeida, à Arquiteta Isabel Zenha, à Arquiteta Paisagista Marlene Soares, ao Dr. Amilcar Vinagre, ao Dr. António Correia e ao Ricardo Mota, um enorme obrigada por todos os momentos partilhados que me fizeram sentir realizada e certa com a profissão que escolhi.

Por fim, uma palavra de gratidão a todos os que de alguma maneira me apoiaram e contribuíram para a realização deste sonho, mesmo aos ausentes sempre presentes!

Resumo

Este relatório de estágio apresenta o trabalho desenvolvido no Município de Espinho. Concretamente retrata uma cooperação para o planeamento e ordenamento do território da cidade.

O concelho de Espinho ultrapassa um período de mudança de paradigma e dinâmicas recentes a nível geográfico. Deste modo o projeto foi centrado nos indicadores de monitorização do Plano Diretor Municipal vigente que se reporta ao ano de 2016. Estes são imprescindíveis para num futuro próximo realizar o primeiro Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território no Município.

Os indicadores foram ao longo do tempo sendo implementados e tornaram-se essenciais para medir as mudanças territoriais num espaço temporal, todos os projetos a nível de planeamento os contém hoje em dia. Estes servem para verificar se as diretrizes dos planos se cumprem e quais as mudanças ou alterações que se devem proceder e o que manter.

O objetivo principal foi delinear uma lista de indicadores de monitorização que resultasse de um trabalho multidisciplinar entre as divisões que constituem a estrutura orgânica da Câmara Municipal de Espinho. Todavia esta devia ainda deter a possibilidade de obter os indicadores a cada ano que passasse após a implementação do plano e recolha dos mesmos.

De forma a contribuir para um futuro próximo no Departamento de Planeamento e Projetos Estratégicos do município de estudo, foram delineadas três propostas baseadas em casos municipais, nacionais, europeus e mundiais estudados e investigados.

Palavras-chave: Município de Espinho, Dinâmicas Territoriais, Indicadores de Monitorização, Ordenamento do Território

Abstract

This internship report presents the work developed in county of Espinho. Specifically portrays a cooperation to plan and order the city territory.

The county of Espinho surpass a period of paradigm change and new dynamics on the geographical level. So, this project is based on the monitoring indicators of the actual Plano Diretor Municipal that reports from the year of 2016. These are essential to in a near future be made the first Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território.

The indicators were implemented over time and became essential to measure the territory changes in a temporal space, all the planning projects, nowadays, have to had those. They serve to check if the guidelines are fulfilled, which changes have to be made and what have to remain.

The main goal was to outline a list of monitoring indicators that result from a multidisciplinary work between the sections that compose the organic structure of Espinho town hall. However, this should restrain the possibility to get the indicators every year after the plan be implemented.

To contribute to a near future in the Departamento de Planeamento e Projetos Estratégicos of the county in study were made three proposals based in cases that occurred, and were studied and scrutinize in the county, in the country, in Europe and around the world.

Keywords: Municipality of Espinho, Territorial Dynamics, Monitoring Indicators, Spatial Planning.

Índice de figuras

Figura 1 – Estrutura Orgânica da CME	21
Figura 2 – Esquema hierárquico dos programas e planos de âmbito territorial	26
Figura 3 – Evolução Legislativa do PDM	32
Figura 4 – Processo de avaliação dos IGT	39
Figura 5 – Panorama dos PDM na AMP	42
Figura 6 – Panorama dos PDM na AML.....	43
Figura 7 – Localização do Município.....	45
Figura 8 – Área de Estudo	46
Figura 9 – Aprovação dos instrumentos de planeamento municipal de Espinho.....	47
Figura 10 – Vigoração, denominação e localização dos IGT de Espinho.....	50
Figura 11 – Fases do processo de revisão do PDM.....	51
Figura 12 – Localização das UOPG e SUOPG	53
Figura 13 – Taxa de Desemprego (%) no concelho de Espinho	57
Figura 14 – Poder de Compra per capita nos concelhos da AMP	57
Figura 15 – Construções no concelho de Espinho.....	59
Figura 16 – Distribuição geográfica do património de Espinho.....	60
Figura 17 – Ocupação do solo no concelho d estudo: comparação entre 1990 e 2012..	62
Figura 18 – Descrição territorial do projeto ReCaFe	64
Figura 19 – Indicadores de Monitorização do PDM de 2016.....	66
Figura 20 – Ponderação entre os indicadores de monitorização existentes e obtidos	70
Figura 21 – Alcance das metas estabelecidas para os indicadores	71
Figura 22 – Indicadores recolhidos por anos.....	71
Figura 23 – Percentagem de dados recolhidos por tema em 2011	72
Figura 24 - Percentagem de dados recolhidos por tema em 2016	72
Figura 25 – Financiamento em Espinho de 2013 a 2018	75
Figura 26 – Evolução do valor total de financiamento 2005 a 2018.....	76
Figura 27 – Organização da proposta.....	79
Figura 28 – Vertentes dos indicadores da proposta.....	81
Figura 29 – População residente no concelho de Espinho	82
Figura 30 – Ocupação florestal em 1990 e 2012	83
Figura 31 – Crimes dos anos em análise	84
Figura 32 – Para uma melhor cidade	85

Índice de tabelas

Tabela 1 – Evolução da aprovação dos PMOT em Portugal	33
Tabela 2 – Evolução dos estudos urbanísticos por ano	47
Tabela 3 – Dados demográficos e económicos no concelho de Espinho	56
Tabela 4 – Ocupação do solo em 2011 no concelho de Espinho	60
Tabela 5 – Ações de divulgação por frequência e descrição	61
Tabela 6 – Avaliação de Indicadores	68
Tabela 7 – Financiamento em Espinho de 2005 a 2009	73
Tabela 8 – Financiamento em Espinho de 2010 a 2012	74
Tabela 9 – Domínios do índice para uma vida melhor da OCDE	77
Tabela 10 – Lista do número de cidades representadas por país na Functional Urban Areas 2015-2018	79
Tabela 11 – Metas para avaliação do PDM de 2016	80

Lista de abreviaturas e siglas

AML – Área Metropolitana de Lisboa
AMP – Área Metropolitana do Porto
APA – Agência Portuguesa do Ambiente
ARU – Área de Reabilitação Urbana
AUGI – Áreas Urbanas de Génese Ilegal
CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CE – Comissão Europeia
CME – Câmara Municipal de Espinho
DACE – Divisão de Apoio às Coletividades e Eventos
DASIS – Divisão de Ação Social, Intergeracional e Saúde
DCM – Divisão da Cultura e Museologia
DD – Divisão de Desporto
DEJ – Divisão de Educação e Juventude
DGAFT – Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo
DGEG – Direção Geral de Energia e Geologia
DGT – Direção Geral do Território
DL – Decreto de Lei
DOM – Divisão de Obras Municipais
DOPL – Divisão de Obras Particulares e Licenciamento
DPPE – Divisão de Planeamento e Projetos Estratégicos
DRAPN – Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte
DSBA – Divisão de Serviços Básicos e Ambiente
EDP – Energias de Portugal
EFTA – Associação Europeia de Livre Comércio
ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IGP – Instituto Geográfico Português
IGT – Instrumentos de Gestão Territorial
IMT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes

INE – Instituto Nacional de Estatística
ISOCARP - International Society of City and Regional Planners
LIPOR – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PBH – Plano da Bacia Hidrográfica
PC – Proteção Civil
PDI – Plano Diretor Intermunicipal
PDM – Plano Diretor Municipal
PEOT – Plano Especial de Ordenamento do Território
PGBH – Plano Geral da Bacia Hidrográfica
PIER – Plano de Intervenção no Espaço Rural
PMOT – Plano Municipal de Ordenamento do Território
PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
POAAP – Plano de Ordenamento das Albufeiras de Águas Públicas
POAP – Plano de Ordenamento das Áreas Protegidas
POOC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira
POPA – Plano de Ordenamento do Parque Arqueológico
PP – Plano Pormenor
PPI – Plano Pormenor Intermunicipal
PPRU – Plano Pormenor de Reabilitação Urbana
PPS – Plano Pormenor de Salvaguarda
PROF – Plano Regional de Ordenamento Florestal
PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território
PSP – Polícia de Segurança Pública
PSOT – Plano Sectorial de Ordenamento do Território
PSRN2000 – Plano Sectorial da Rede Natura 2000
PU – Plano de Urbanização
PUI – Plano de Urbanização Intermunicipal
ReCaFe – Requalificação do Canal Ferroviário de Espinho
REFER – Rede Ferroviária Nacional

REOT – Relatório do Estado do Ordenamento do Território

SIG – Sistemas de Informação Geográfica

SPCM – Serviços de Proteção Civil Municipal

SMQVU – Sistema de Monitorização da Qualidade de Vida Urbana

SNIT – Sistema Nacional de Informação Territorial

SUOPG – Subunidades das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

UE – União Europeia

UOPG – Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

Introdução

O presente relatório de estágio está inserido no Mestrado de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e Ordenamento do Território da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, o qual tem como principal objetivo a obtenção do grau de mestre, bem como o contributo para o estudo da geografia, do ordenamento do território e a sua constante interligação com o SIG de modo a encarar visualmente o estado do município encarado como estudo de caso.

Para elaborar este relatório, estagiei numa instituição pública, a Câmara Municipal de Espinho, com a duração de quinhentas horas, tal como o plano de estudos estabelece. O ponto de partida foi a seguinte questão: “Os indicadores de monitorização delineados com o PDM de 2016 são viáveis e adequados para uma avaliação do estado do ordenamento do território?”.

Justifica-se a necessidade deste trabalho de modo a realizar o ajustamento dos indicadores estabelecidos aos que realmente se conseguem obter de forma a alcançar uma avaliação do estado do território completa e conclusiva.

Com isto, verificamos que o objetivo principal é definir uma lista de indicadores bem como recolher os dados disponíveis neste caso para 2011, 2016 e 2017.

Todavia, existem outros objetivos complementares: explorar o planeamento à escala municipal na Europa e em Portugal; analisar o planeamento municipal no concelho de estudo; elaborar uma breve caracterização de Espinho, abordando as dinâmicas recentes; perceber a importância da monitorização e avaliação dos instrumentos de gestão territorial; avaliar os indicadores definidos *à priori* no PDM de 2016; definir uma lista de indicadores e recolher os dados para os anos necessários, por fim, apresentar uma proposta a ser implementada para melhorar a monitorização do planeamento e ordenamento do território no município com recurso a SIG.

Neste estágio, o território é Espinho e o objeto, os indicadores de monitorização, que “...devem representar a realidade, refletir os objetivos do plano bem como ter em conta as preocupações e pontos de vista existentes sobre essa realidade.” (Condessa; Lopes, 2012:5) Ou seja, são essenciais para se verificar a forma como a cidade está a evoluir e se o faz de acordo com as diretrizes desejadas, definidas num plano.

O relatório está dividido em seis capítulos. Primeiramente trata o planeamento municipal, em Portugal, na Europa e no Mundo; de seguida considera o caso do município de Espinho; considera os indicadores de monitorização e, por fim, apresenta três propostas para implementação destes indicadores.

Capítulo 1 – Instituição de Estágio

A estrutura orgânica da Câmara Municipal de Espinho (CME) reparte-se em dois serviços autonomizados e onze divisões que se subdividem em duas localizações na cidade uma principal e uma secundária (Figura 1).

A Divisão de Planeamento e Projetos Estratégicos (DPPE) foi a que me acolheu em estágio. A equipa técnica desta é liderada por uma arquiteta e a restante equipa, constitui-se por cinco elementos de cinco formações distintas: arquiteta, arquiteta paisagista, geógrafo, mestre em Planeamento Urbano e Rural e um assistente técnico.



Figura 1 – Estrutura Orgânica da CME (Fonte: CME)

As competências orgânicas da DPPE são: “coordenar o planeamento integrado do município; promover a articulação dos vários serviços; acompanhar os estudos de ordenamento do território nos níveis superiores ao municipal na Europa e no Mundo; recolher e tratar a informação estatística; procura de estudos com viabilidade económica nos investimentos municipais; proceder à revisão, gestão e monitorização do PDM; manter o Sistema de Informação Geográfica do concelho de Espinho articulando com os restantes serviços do município; articular todos os planos, estudos e projetos municipais nos domínios do ordenamento do território e urbanismo, coordenar gradualmente, junto de cada serviço, competências de utilizador em ambiente SIG entre outros aspetos”. (CME, 2017)

No decorrer do meu estágio cooperei com o departamento no projeto desenvolvido do mesmo tendo em contrapartida o auxílio dos técnicos e a possibilidade de manter relações com outras divisões, cumprindo o plano de estágio integralmente.

Capítulo 2 – Ordenamento do território à escala municipal

2.1. Conceitos base

A organização de um dado território associa-se frequentemente a uma delimitação ou subdivisão em partes de modo a realizar o seu controlo administrativo. Todavia, o essencial é haver uma visão e ações de transformação e gestão, assim como uma avaliação dos custos e impactos que surgem aquando da implementação dos programas e planos. O Instituto Geográfico Português (IGP) distingue duas abordagens de planos: de ordenamento, e de desenvolvimento. (IGP, 2005:202) Segundo Fernandes *et al* (2016), o plano de ordenamento “normaliza a gestão e o uso do solo” por outro lado o de desenvolvimento “promove as políticas aplicadas ao desenvolvimento socioeconómico das regiões mediante o aproveitamento e a valorização das suas potencialidades e vantagens comparativas”.

O ordenamento do território em Portugal formaliza-se no século XIX, desencadeado pela carência organizativa do território e a criação de uma “estrutura administrativa em três níveis: freguesias, concelhos e distritos”. (Fernandes, 2010:1)

Surgiram então os Planos de Melhoramentos Urbanos que estipulavam as normas para a livre circulação de pessoas nas ruas e estradas e por outro lado realizavam a regulamentação do alinhamento e da altura máxima das construções.

De acordo com Campos e Ferrão (2015), seria só no século XX que o urbanismo se preocupou com a situação “vivenciada nas cidades quanto à salubridade das habitações”, mantendo-se uma questão fundamental ao longo do tempo, visto que muitos dos alojamentos onde parte da população habita não tem condições necessárias para uma qualidade de vida digna e saudável, nem acesso aos bens básicos disponíveis destinados a todos.

Ao longo deste século existiram grandes progressos em questões de ordenamento do território, com alguns marcos, como a obrigatoriedade estabelecida em 1934 de se fazer o levantamento de plantas topográficas e realizar um Plano Geral de Urbanização

em todas as sedes concelhias com mais de 2500 habitantes ou quando registavam um aumento populacional de mais de 10% entre dois recenseamentos oficiais consecutivos”. (Fernandes, 2010:2) Em 1946 surgiram os Anteplos de Urbanização, importantes na divulgação do planeamento urbanístico, apesar de não necessitarem de aprovação, pelo que não tinham valor “jurídico vinculativo nem público”. (Campos; Ferrão, 2015:9)

As décadas seguintes contribuíram positivamente para o crescimento económico do nosso país, devido à industrialização e à entrada de Portugal na Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), o que levou a que nas cidades se desse mais atenção “aos temas da localização industrial bem como da política de habitação” (Campos; Ferrão, 2015:11) Havia também uma preocupação com a imagem idealizada da cidade e o seu funcionamento, esquematizando-se áreas dedicadas a ocupações específicas.

Segundo Fernandes (2010), houve uma “evolução ao longo dos séculos no ordenamento territorial que se iniciou em regulamentos, passando para planos territoriais e por fim alcançou os planos de ordenamento do território”.

O ordenamento do território evoluiu ao longo do tempo e simultaneamente foi-se aperfeiçoando, inicialmente idealizado a refletir num território na sua totalidade, como é o caso do país, e posteriormente orientado para a compartimentação. Surgem então os âmbitos territoriais: nacional, regional e municipal no ordenamento e, com isso, é o próprio conceito que ganha relevância.

A maioria dos autores que se debruçam no estudo desta temática afirmam que o planeamento do território se manifestou primeiramente nos anos 50 do século passado em França. Oficialmente, ficou definido na Carta Europeia do Ordenamento do Território datada de 20 de maio de 1983 e aprovada pelo Conselho da Europa na cidade de Torremolinos, em Espanha como: “uma disciplina científica, uma técnica administrativa e uma política concebidas como uma abordagem interdisciplinar e global que visam desenvolver de modo equilibrado as regiões e organizar fisicamente o espaço, segundo uma conceção teórica”. (DGOTDU, 1983:5)

Poucos anos depois a Direção Geral do Território (DGT) considera que “o ordenamento do território é uma atividade global e multidisciplinar que tem como principal objetivo a organização do espaço, tendo por base uma estratégia social tratando-se ainda de um instrumento privilegiado de desenvolvimento”. (DGT, 1990:3)

Uma definição com maior contexto prático, para que se perceba melhor como este conceito vai atuar no território, sustenta que “ordenar o território é garantir que a cada uma das suas parcelas seja dada a utilização mais apropriada à sua respetiva vocação, compatibilizando o desenvolvimento socioeconómico equilibrado com a melhoria da qualidade de vida, a gestão responsável dos recursos naturais e a utilização racional dos solos, através da justa composição das partes e não pela predominância de um dos valores em detrimento dos demais”. (DGOTDU, 1983:19)

Gaspar (1995) identifica quatro princípios essenciais “o democrático, o integrado, o funcional e o prospetivo”, em que o princípio democrático pressupõe que a população participe no planeamento da sua cidade, região ou país; o de integração admite que na abordagem política efetuada nos planos e programas territoriais sejam encaradas bem como apresentadas várias perspetivas; o esteio funcional adequa-se aos valores territoriais, ou seja, a dar valor ao que o local que está a ser ordenado detém e, por fim, o valor prospetivo defende a escolha da melhor opção para aquele momento na área abrangida pelo instrumento de gestão territorial que está a ser definido, considerando que este tem de se ir adaptando ao longo dos anos. (Gaspar, 1995:6)

O ordenamento deve assim procurar “o desenvolvimento socioeconómico equilibrado das regiões; a melhoria da qualidade de vida; a gestão responsável dos recursos naturais e a proteção do ambiente; a utilização racional do território; a coordenação entre os diferentes sectores; a coordenação e cooperação entre os diversos níveis de decisão e a participação das populações”. (Gaspar, 1995:6-7)

Inicialmente o conceito surgiu para dar resposta à administração e organização do território, porém o desequilíbrio entre o homem, o espaço e os recursos naturais tornaram-se um assunto imponente que deu proporção para o ordenamento do território se desenvolver. Estes três elementos ocasionam o conceito de desenvolvimento sustentável “que requer as condições necessárias para igual acesso à base de recursos

sejam conseguidas por cada geração de forma igualitária” (Baroni,1992:17), pelo que se espera que a geração atual consiga preservar os recursos naturais básicos para a seguinte geração e assim sucessivamente. Para que estes nunca estejam em défice em relação ao Homem, o desenvolvimento sustentável deve ser aplicado às diferentes escalas de ordenamento do território.

Baseado em Carvalho (2000) podemos assumir que o “ordenamento não se debruça apenas sobre o planeamento de um dado território, mas sim considera ainda as vertentes ambientais, sociais e económicas”. Retiramos assim desta distinção que o planeamento faz parte do ordenamento do território, porém por si só o planeamento não alcança a ordenação de um espaço territorial de forma correta e funcional. (Carvalho, 2000:2) De alguma forma, ordenamento pode ser confundível com o desenvolvimento, sendo também perceptível uma certa sobreposição entre o que se entende como ordenamento e planeamento, vistos por vezes como sinónimos.

Hoje, em Portugal, os programas de âmbito territorial dividem-se em nacionais, regionais e municipais (ver Figura 2). Existe também uma relação entre os três âmbitos, o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), o Programa Especial de Ordenamento do Território (PEOT) e o Programa Sectorial de Ordenamento do Território (PSOT).

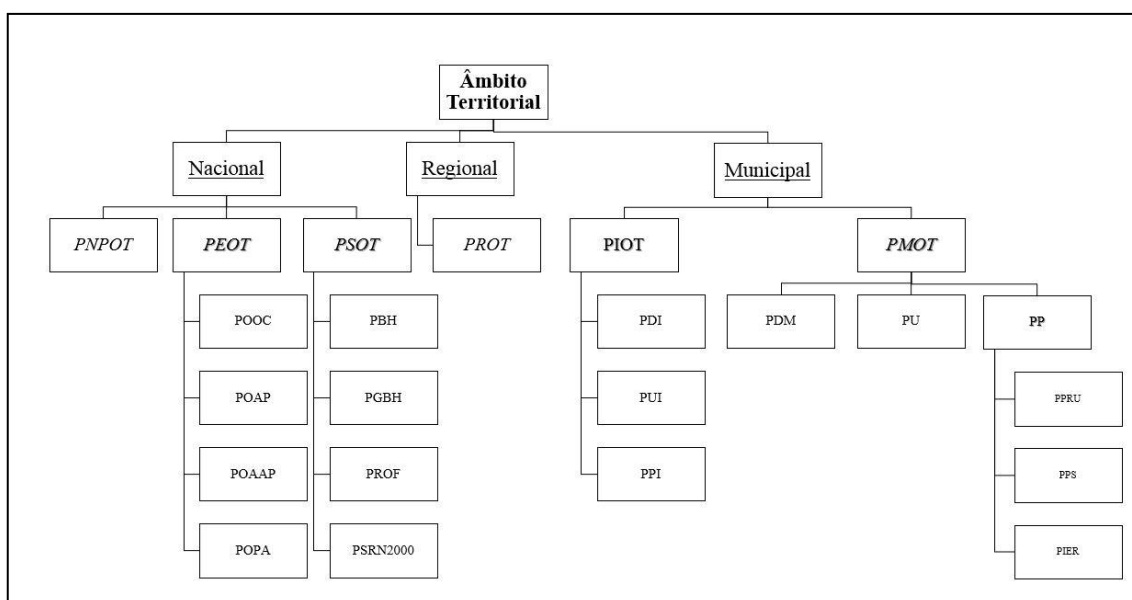


Figura 2 – Esquema hierárquico dos programas e planos de âmbito territorial (Fonte: DGT)

Os programas regionais definem o quadro estratégico a desenvolver pelos programas e planos intermunicipais bem como os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) e devem assegurar a programação e a concretização das políticas de incidência territorial, que estejam assumidas pelos programas de âmbito nacional e regional. (DLnº80/2015)

O PNPOT faz a delimitação das diretrizes do ordenamento do território de Portugal. Segundo o artigo nº 30 do Decreto de Lei (DL) nº 80/2015, o “... estabelece as opções estratégicas com relevância na organização do território nacional, consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais programas e planos territoriais e constitui um instrumento que coopera com os demais Estados-Membros para a organização da União Europeia (UE)”.

Existe ainda o PEOT com natureza regulamentar e função política especial, que “visa a prossecução de objetivos considerados indispensáveis à tutela de interesses públicos e de recursos de relevância nacional com repercussão territorial, estabelecendo, exclusivamente, regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais”, o que deve ser conseguido através de quatro tipos de planos: o Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC); Plano de Ordenamento das Áreas Protegidas (POAP); Plano de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas (POAAP) e o Plano de Ordenamento do Parque Arqueológico (POPA).

Por fim temos a tipologia setorial dentro do âmbito nacional, de natureza programática ou estratégica, dando lugar a “instrumentos de concretização das políticas de organização do território nos domínios da defesa, segurança pública, prevenção e minimização de riscos, ambiente entre outros”: o Plano de Bacias Hidrográficas (PBH); o Plano de Gestão de Bacias Hidrográficas (PGBH); o Plano Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) e o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000).

Os programas nacionais têm vínculo a entidades públicas, com exceção dos PEOT que podem ter vinculação privada. (DL nº80/2015) A nível regional existe o PROT, de natureza programática e estratégica, sendo de vinculação pública que definem a estratégia de desenvolvimento territorial e são da competência das comissões de

coordenação e desenvolvimento regional (CCDR): Norte; Centro; Lisboa e Vale do Tejo; Alentejo e Algarve. (DL nº80/2015)

A última tipologia é a primeira a ser criada devido a obrigatoriedade do Plano Diretor Municipal (PDM) para aceder aos Fundos de Desenvolvimento Regional da Comunidade Europeia. Fazem parte deste tipo o Plano Diretor Intermunicipal (PDI) que pode originar-se quando “um plano abrange mais do que um município limítrofe”, mas não é muito usual e bastante semelhante ao PDM, podendo igualmente haver Planos de Urbanização Intermunicipais (PUI) e Planos de Pormenor Intermunicipais (PPI).

Os PMOT são os mais frequentes, tendo natureza regulamentar e função de planeamento territorial, vinculando as entidades públicas e privadas. Os PMOT dividem-se em PDM, Plano de Urbanização (PU) e Plano de Pormenor (PP), em que este pode ser de Reabilitação Urbana (PPRU), de Salvaguarda (PPS) e de Intervenção no Espaço Rural (PIER). (DL nº80/2015) Todos devem articular o programa regional e os de âmbito municipal no caso de áreas territoriais que pela interdependência estrutural ou funcional ou por áreas homogéneas de risco, necessitem de uma ação integrada de planeamento. (DL nº80/2015)

O ordenamento do território à escala municipal teve a sua primeira aparição legislativa no Decreto de Lei nº 69/90 de 2 de março, que dispõe que “este age municipalmente, porém toma em consideração as diretrizes quer dos planos nacionais quer dos planos regionais.” Estes passam a adequar-se ao contexto referido no local onde são implementados, de modo a que estes atuem eficazmente no território.

2.2. O Plano Diretor Municipal

2.2.1. Os planos municipais na Europa: evolução e principais diferenças

Pode considerar-se que o urbanismo se desenvolve com linhas gerais relativamente semelhantes, mas difere de país para país. Além disso, o estado em que se encontra o ordenamento do território depende dos contextos socioeconómicos, ambientais e territoriais que cada cidade enfrenta.

De forma semelhante a Portugal os PMOT existem, isto é, o ordenamento do território à escala do município é realizado na generalidade dos países, porém por vezes de forma distinta ao que assistimos no nosso país.

Diversos autores estudaram a forma como os países europeus organizam o seu território e quais as políticas territoriais assumidas. Destacamos o estudo de *Davies*, de 1989, que defendia que Portugal não se caracterizava nem enquadrava em nenhum modelo organizativo e por outro lado destacava a Inglaterra face aos restantes sistemas. Alguns anos depois, *Newman* e *Thornley* em 1996 insere-nos numa tipologia napoleónica, onde estamos acompanhados de “outros países da Europa do Sul e da Central”; no ano seguinte o compêndio da UE enquadra-nos no tipo económico regional e orientado para o urbanismo, sendo Portugal considerado um dos tipos ideais dominantes. E uma década depois *Farinós* fixa a nossa atenção na regulamentação do uso do solo e no sistema económico regional. (Campos; Ferrão, 2015:6)

Para além dos estudos que retratam os modelos organizativos do território, em matéria de planeamento municipal pode também identificar-se vários tipos de instrumentos e abordagens.

No caso francês, existe a nível municipal o Esquema de Coerência Territorial que estabelece o ordenamento do território local e os Planos Locais de Urbanismo que estabelecem o vínculo urbanístico do planeamento. Os planos municipais podem ser revistos nas mesmas condições em que é elaborado bem como modificado desde que não ponha em risco ordenamento e desenvolvimento sustentável, caso isto ocorra deve-se proceder a discussão pública. Existem outros também a nível regional e nacional. (Cardoso, 2011:59)

Na Itália os PMOT são três: o Plano Regulador Municipal Comum; o Plano Regulador Municipal Intercomunitário e os Planos Detalhados que constituem a base da planificação geral do município, esta no território italiano é subdividida em planeamento estratégico e em planeamento preceptivo, de modo a que exista “separação do plano principal municipal em vários planos ou documentos que assumam interdependência entre si, como por exemplo em relação à sua flexibilidade e periodicidade que é da responsabilidade da entidade que os executa”. A Itália tem ainda

planos a escalas superiores ao município que ditam as diretrizes para os concelhos. (Cardoso, 2011:94)

Na Holanda existe a nível municipal o plano ou esquema urbanístico que regula o uso do solo e também há projetos de decisões relativos à realização destes diretamente aplicáveis quando estiverem em causa no contexto regional e nacional, isto é, “um sistema de planos em cascata, ou seja, *top-down* onde os planos de nível territorial superior constituem o quadro de referência e de orientação dos planos de nível hierárquico inferior.” Os municípios podem decidir a flexibilidade e o tempo que o instrumento de gestão territorial vigora, porém, o tempo limite é dez anos, podendo prolongar-se por mais dez anos se assim for pedido e sustentado devidamente por parte da entidade a que este está vinculado (Cardoso, 2011:118)

No caso de Espanha, os municípios são responsáveis pelo planeamento geral municipal, mantendo todos os aspetos a eles inerentes sobre os seus poderes. Existe o Plano Geral Municipal que contém o Plano Geral de Ordenamento e as normas subsidiárias de planeamento municipal como a delimitação do uso do solo. Existe ainda um planeamento destinado a uma escala inferior ao município com programas de atuação. Além destes planos parciais subsistem os estudos de detalhe. (Cardoso, 2011:141)

A Inglaterra tem um sistema de organização territorial mais simplificado centrado nas autoridades locais de planeamento que exercem poder sobre o município e desenvolvem todas as funções neste instrumento, existindo instrumentos de âmbito supramunicipal e federal que orientam o planeamento do município. A flexibilidade segundo o governo inglês diz-se vantajosa pois os planos territoriais não são vinculados servem apenas de um guia de referência do urbanismo do país. (Cardoso, 2011:170).

Também na Alemanha o sistema de planeamento é bastante simplificado, com o planeamento urbano a nível municipal seguindo as diretrizes dos níveis superiores: federal, sectorial, estatual, regional e sub-regional. Neste país a revisão ou alteração dá-se de forma idêntica à imposição, quando as alterações são de cariz mínimo efetuam-se, aquando de uma alteração com maior grandeza deve-se dar conhecimento a todos os interessados. (Cardoso, 2011:197)

Deste modo, tomando como exemplo os países anteriormente mencionados, verifica-se que em praticamente todos existe o ordenamento do território municipal é orientado por escalas maioritárias do território como acontece no nosso país e existem vários planos à escala municipal, como em Itália, onde o planeamento territorial é muito próximo do representado na legislação portuguesa.

Os países que mais se distinguem de Portugal são a Inglaterra que detém apenas um plano municipal sem ocorrer o ordenamento a escalas maioritárias e minoritárias e a Espanha que conta com planos para escalas territoriais de menor escala que a mínima nossa, o que se pode igualar a freguesias que no nosso caso não tem planeamento específico.

Podemos concluir que todos os países europeus desenvolveram o ordenamento do seu território tomando como exemplo outros, logicamente aqueles que estavam mais desenvolvidos que esses mesmos. Tornando-se benéfico esta evolução pois manteve-se ao longo do tempo à medida que as potências europeias iam abrindo caminho para a organização de todo o território europeu em tentativa de alcançar o desenvolvimento igualitário de todos os países dentro do continente.

O ordenamento situa-se “entre um passado difuso, um presente complexo e um futuro imprevisível” (Campos; Ferrão, 2015:36), o que dificulta a compreensão do sentido de evolução, até porque, no caso português “por opção ou inação, a política de ordenamento do território é efetuada pelos decisores económicos tanto a nível do governo como das autarquias locais e só depende destes”. Todavia existe vontade por parte da investigação e/ou dos técnicos, no desenvolvimento do futuro do ordenamento do território, mas este está preso aos governadores responsáveis da política pública, algo que se vivencia em vários países europeus bem como nos mais variados países do mundo. (Campos; Ferrão, 2015:37).

2.2.2. Enquadramento teórico e jurídico aos Planos Diretores Municipais portugueses

Ainda que recente, o PDM, peça central do planeamento à escala municipal, sofreu já várias alterações que permitem falar de uma significativa evolução desde a sua criação (Figura 3).

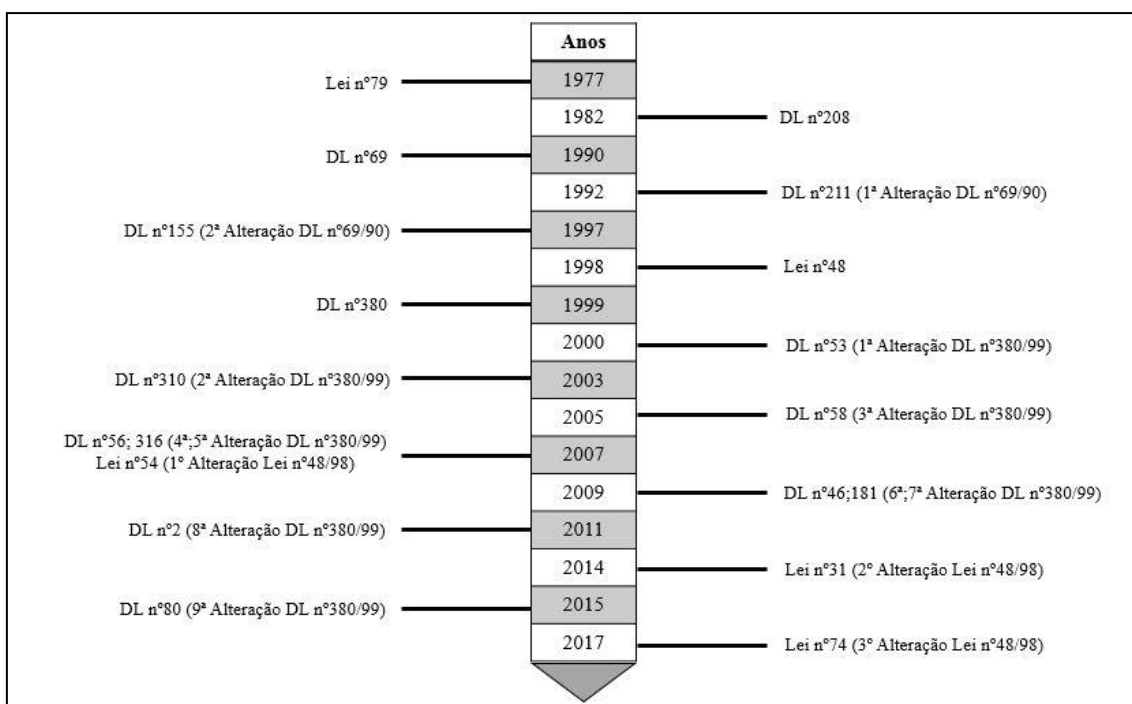


Figura 3 – Evolução Legislativa do PDM (Fonte: Diário da República)

O PDM é referido pela primeira vez na legislação portuguesa com a Lei das Autarquias Locais (n.º 79/77), onde é sugerida a realização deste por cada município, sendo da sua responsabilidade. Mais tarde é oficialmente definido pelo DL n.º 208/82, como instrumento de ordenamento do território que no artigo n.º 2 dispõe o “PDM abrange todo o território que o município detém, pode porventura ser associado a um ou mais municípios fronteiriços que darão origem à formação de um PIOT, ambas as tipologias vigoram num tempo não inferior a cinco anos nem superior a doze e este fica em vigor até ser revisto ou substituído”.

Mas, para a sua implementação por parte dos municípios do PDM, a gestão urbanística tornou-se confusa e ineficaz, o que levou a que surgisse o DL n.º69/90, que foi depois alterado pelo DL n.º 211/92 e este por sua vez pelo DL n.º 155/97, que levaram também a uma clarificação do enquadramento dos PMOT dividindo-os em

PDM, PU e PP.

Por detrás da evolução legislativa existe uma vontade para que o país tenha uma ampla cobertura do PDM a curto prazo, tendo sido imposto um prazo para a sua conclusão, sob ameaça de que, a não sendo cumprido, teria como consequência que o município não pudesse ser financiado pelos fundos estruturais da União Europeia. Para tal, por outro lado, o conteúdo foi simplificado, bem como o processo de elaboração, de modo a este ser mais fácil e atrativo para os concelhos. (DL n°155/97), o que teve consequências na proliferação de planos no país (Tabela 1).

<i>Instrumento de Gestão Territorial</i>		<i>1990</i>	<i>1999</i>	<i>2007</i>	<i>2013</i>	<i>Total</i>
<i>Municipal</i>	<u>PMOT</u>					
	<u>PDM</u>	4	261	10	2	
	<u>PU</u>	68	143	51	100	
	<u>PP</u>	45	522	185	266	
		117	926	246	368	1383

Tabela 1 – Evolução da aprovação dos PMOT em Portugal (Fonte: DGT)

No contexto jurídico seguinte, é aprovada a lei de solos que primeiramente intitula-se de Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo pela Lei n°48/98, designação alterada em 2007 e posteriormente consagrada como Lei de Bases Gerais da Política Pública dos Solos de Ordenamento do Território e Urbanismo (Lei 31/2014).

Entretanto, o DL n°380/99 define o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial agrega todos os instrumentos relativos ao ordenamento do território e urbanismo, o qual, todavia virá a ser alterado oito vezes, a última das quais pelo DL n°80/2015, levando a uma crescente complexidade e dificuldade na realização e aprovação dos planos, com tentativas sucessivas de evitar a sobreposição e a adequar os planos de ordenamento do território à nova realidade territorial e às novas orientações das políticas europeias, assim como à resolução do que era visto como anomalias.

Globalmente, promove-se a flexibilização do planeamento e o reforço do PDM como instrumento estratégico e regulamentar que deve apostar na reabilitação urbana para o desenvolvimento das cidades portuguesas. (DGT, 2015)

De acordo com a DGT (2015), este define 10 inovações nos instrumentos territoriais: “clarificação do regime do solo; o PDM concentra todas as regras

vinculadas aos particulares; cooperação intermunicipal; maior flexibilidade de planeamento territorial; municípios com novos instrumentos para gestão do território; novo sistema económico-financeiro; distribuição de encargos e benefícios; aposta na reabilitação urbana; maior relevo a procedimentos de comunicação prévia e regularização de operações urbanísticas”.

A clarificação do regime do solo é encarada como a principal mudança, já o solo era classificado anteriormente pelo DL n° 69/90 de 2 de março com oito classes que posteriormente passaram para três e por fim foram definidos no DL atual apenas como subdivisível em duas classes: urbana e rural.

Segundo o DL n° 80/2015 de 14 de maio, os PMOT são “regulamentares e estabelecem o regime do uso de solo de modo a garantir a sustentabilidade socioeconómica e financeira bem como da qualidade ambiental, são desenvolvidos por entidades públicas”. Os seus objetivos principais, presentes no artigo n° 75 são “ a tradução do quadro de desenvolvimento do território estabelecido nos programas nacional e regional, a articulação das políticas setoriais com incidência local, base de gestão programada do território municipal, a definição da estrutura ecológica para proteção e valorização ambiental municipal, os princípios e as regras da qualidade ambiental, as opções de localização de infraestruturas, de equipamentos, de serviços e de funções...” entre outros.

Segundo o artigo n° 95, o PDM é “um instrumento que estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial municipal, a política municipal de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, o modelo territorial municipal, as opções de localização e de gestão de equipamentos de utilização coletiva e as relações de interdependência com os municípios vizinhos, integrando e articulando as orientações estabelecidas pelos programas de âmbito nacional, regional bem como intermunicipal”.

O mesmo artigo dita ainda que este “é referenciado para a elaboração dos demais planos municipais, bem como para o desenvolvimento das intervenções setoriais da administração do Estado no território do município, em concretização do princípio da coordenação das respetivas estratégias de ordenamento territorial, tem por base a

classificação e a qualificação do solo sendo de elaboração obrigatória, salvo nos casos em que os municípios optem pela elaboração de plano diretor intermunicipal”. “ O PDM é constituído por regulamento; planta de ordenamento e planta de condicionantes, é acompanhado por relatório; relatório ambiental; programa de execução e plano de financiamento, podendo ainda ter também auxílio de planta de enquadramento regional; planta da situação existente com a ocupação do solo à data da deliberação; planta e relatório com licenças; mapa de ruído; participações públicas e ficha de dados estatísticos, esse inclui ainda indicadores qualitativos e quantitativos que suportem a avaliação prevista”.

Nesta transcrição, essencial para compreender o que e para que serve o PDM, o artigo 98 refere-se ao PU, que é visto “...como concretização do PDM e estrutura a ocupação do solo e o seu aproveitamento, fornecendo o quadro de referência para aplicação das políticas urbanas e definindo a localização das infraestruturas e dos equipamentos coletivos principais”. Por outro lado, o artigo nº 101 do mesmo DL, refere-se ao “PP que concretiza em detalhe as propostas de ocupação de qualquer área do território municipal estabelecendo regras para a edificação e a disciplina da sua integração na paisagem”.

Recentemente a Lei nº 31/2014 foi alterada pela quarta vez para a nova Lei nº74/2017 que apresenta pequenas alterações como a que: “dita que os PEOT em vigor deve ser transposto pelos termos de lei para os PIOT ou PMOT e outros planos municipais e intermunicipais aplicáveis à área abrangida pelos planos especiais, até 13 de julho de 2020” por outro lado é ainda assegurado que “a alteração dos PEOT não deve dificultar a integração nos PIOT e nos PMOT”.

Concluindo, em relação à evolução da legislação relativa aos PDM, podemos afirmar que ocorreu uma clara evolução nas últimas duas décadas, em relação à forma como o PDM tem vindo a ser implementado, principalmente com simplificações bem como redireccionamentos, de modo a fazer a cobertura do nosso país com este instrumento de gestão territorial tão importante para cada município, pretendendo promover o ordenamento do território.

2.2.3. Evolução do planeamento municipal nas últimas décadas: três gerações do PDM

O PDM “foi, é e não se vislumbra que num futuro próximo deixe de ser, o mais extenso, sistemático e detalhado instrumento de planeamento territorial em Portugal”. (Castro, 2003:2)

Pelo que ficou dito, percebemos que o planeamento municipal teve grandes progressos, porém o PDM intensificou essa evolução nos últimos anos e marcou as modificações no ordenamento municipal. É possível considerar a existência de três gerações de PDM que foram sendo aprovados e aplicados a alguns municípios. Isto é, quando uma nova geração se instalava, o município que estivesse em revisão ou revogação do PDM, tentava aplicar essas novas diretrizes, de modo a tornar o seu instrumento de gestão territorial cada vez mais atualizado.

A primeira geração dos PDM resultou do DL nº 208/82. Daí em diante até ao final da década de 80, segundo a DGT (1990), “apenas seis PDM tinham sido aprovados, eram eles correspondentes aos municípios de Évora, Freixo de Espada à Cinta, Mora, Mondim de Basto, Ponte de Sor e Oliveira do Bairro”. Esta geração assentava principalmente no sentido da expansão urbana.

O facto de muitos municípios não terem implementado este instrumento de gestão territorial deve-se à complexidade que a legislação portuguesa atingiu, bem como as grandes ambições que tinham. Para além disto, grande parte deles ainda não possuía os recursos necessários para a execução do PDM, nem sequer a experiência e capacidade por parte dos técnicos para o executar. Nestes planos era realçada “a importância da edificação pondo de parte os outros usos do solo que tinham repercussões no planeamento territorial, isto refletiu a deficitária interdisciplinaridade utilizada, e posteriormente quase tornou nula a monitorização e a avaliação do mesmo”. (Gonçalves, 2010:16)

Concluindo acerca da primeira geração do PDM, Ramos (2007) afirma que se tratou de “uma partida em falso pois era necessário articular o planeamento físico e o desenvolvimento local; regulamentar a ocupação, uso e transformação do solo; programar investimentos, recursos e financiamentos; concertar a ação das diferentes

entidades públicas e garantir a participação pública no processo de planeamento”, algo que não ocorreu, pelo que apenas podemos apontar como positiva a prática do planeamento e alguma melhoria na organização do território.

Com intuito de resolver problemas levantados com a primeira geração, o DL nº 69/90, considerou três tipos de plano na escala local, PDM; PU; PP, considerando o primeiro como de elaboração obrigatória. Todavia, incidiam ainda nos aspetos físico-espaciais, apostando no desenvolvimento sustentável bem como na gestão urbana, o que dá origem a uma segunda geração. (Ramos, 2007:4)

Como se referiu no ponto anterior, esta legislação introduziu simplificações significativas no processo de execução do PDM, considerando os sistemas de informação geográfica, bem como o grande leque de informações e dados recolhidos por parte da generalidade dos municípios. Era necessário, por isso, agora, implementar a visão política e o direcionamento de médio-prazo para o planeamento e ordenamento do território, algo que ainda não tinha ocorrido. (Gonçalves, 2010:18)

Esta geração dos PDM daria lugar a um grande número, 250 no total, até ao final da década de 90 o que se deve à urgência para poder aceder a fundos europeus, o que sem o plano não seria possível (DGT, 2015). Por outro lado, nesta mesma década existiu um crescimento exponencial de profissionais indicados para esta área, o que contribuiu para o apogeu destes mesmos planos. (Campos; Ferrão, 2015:19)

Porém nem todas as expectativas delineadas foram alcançadas: “a gestão do território não se tornou mais clara e simples”; “o licenciamento urbanístico não é mais expedito e rápido”; “os planos não permitem controle eficaz da urbanização”; “a gestão urbanística dependente da aprovação de outros planos a vinculação do sector privado e não do sector publico e a reduzida programação dos investimentos e financiamentos”, o que ficará a dever-se à falta de sensibilidade dos autarcas para o ordenamento do território, a ausência de planos supramunicipais e a inexistência de uma política de solo eficaz. (Ramos, 2007)

Todavia verificamos uma evolução da primeira para a segunda geração dos PDM, pois primeiramente estes eram reduzidos e quase inexistentes e posteriormente

passam a existir em grande número, ainda que não cumpram todos os propósitos delineados na legislação e as diretrizes traçadas para o planeamento municipal.

Uma década depois, faz-se a revisão desses planos, iniciando-se o que é considerada uma 3ª geração dos PDM, suportada pelo DL nº 80/2015, com clarificação do regime do solo. A vaga de PDM de terceira geração vai dar importância às questões estratégicas bem como a novas especificidades técnico-científicas, de modo a cumprir as exigências do desenvolvimento local, reforçando-se a dimensão participativa do desenvolvimento local, para se encontrar todas as bases de um dado território de modo a potenciar os seus recursos do concelho e promover a capacidade inovadora. (DGT, 2015)

Espera-se que os novos PDM respondam aos seguintes domínios: “opções para os desafios da nova geografia económica; adequada programação técnico-financeira das ações previstas; definição de uma rede urbana local com promoção de oportunidades de desenvolvimento; transmitir aos habitantes do concelho qual a estratégia a adotar e por fim procurar que o território local constitua e se afirme como um espaço de inovação difundindo as novas referências culturais”. (Lúcio; Rosa, 2015:5-6)

Resumidamente a terceira vaga de PDM, “aconselha a produção de instrumentos de planeamento municipal flexíveis e abrangentes que superem as fases anteriores”. E parte do princípio que é escolhido o modelo de ordenamento mais ajustado à realidade e às expectativas criadas. (Lúcio; Rosa, 2015:7-8)

2.2.4. Monitorização e avaliação

A avaliação e monitorização são etapas fundamentais no processo de planeamento. Segundo o DL nº 380/99 de 22 de setembro as entidades responsáveis pela elaboração dos instrumentos de gestão territorial devem também proceder à sua avaliação.

Os conceitos de avaliação e monitorização são distintos. A avaliação consiste segundo Comissão Europeia (CE) no “juízo de valor em relação a critérios explícitos, tendo por base informação especialmente recolhida e analisada” (CE, 1999); em questões de ordenamento do território esta “constitui parte de um processo de

planeamento, configuração e implementação das políticas públicas” (Costa, 2011), verificando-se que a partir de 1990 foram “produzindo vários documentos de orientação para o desenvolvimento do exercício de avaliação” (Fernandes *et al*, 2016). Em relação à monitorização esta é “uma função de avaliação *in continuum* do processo de planeamento suscetível de autonomização, tendo como objetivo contribuir para tornar mais efetivo o processo de planeamento pela qualificação dos seus instrumentos” (Silva, 2002:125). De forma simples, avaliar faz-se a propósito de objetivos e sua concretização, enquanto que o monitorizar trata-se de um acompanhamento.

Existem três fases de avaliação são elas: *ex-ante* durante a elaboração do plano, programa ou projeto; *on-going* durante a implementação e a *ex-post* que se efetua na revisão do mesmo. (Pinho; Oliveira, 2010:4)

A avaliação e monitorização dos instrumentos de gestão territorial deve ser contínua (Figura 4), isto é, antes de implementar, pois que durante a elaboração já se deve elaborar o sistema de avaliação, durante a implementação, de modo a perceber em que ponto da situação se encontram os objetivos, as medidas e as ações propostas e, por fim, na revisão, para avaliar o que foi ou não cumprido, de forma a elaborar e implementar de forma mais eficaz, ou de substituir por uma melhor opção, nunca omitindo a conjuntura temporal, de modo a utiliza-la na revisão do Instrumentos de Gestão Territorial (IGT).

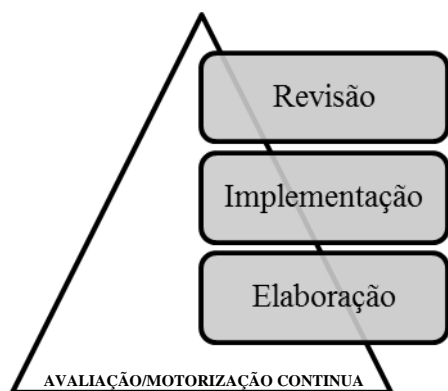


Figura 4 – Processo de avaliação dos IGT (Fonte: Elaboração Própria)

Para além do processo de avaliação ser faseado detém também formas diferentes de ser realizado são elas: “a avaliação externa quando realizada por equipas exteriores

distintas e fora do âmbito de quem o realizou, a avaliação mista recorrendo a consultores externos, mas também a membros da equipa que concretizou o IGT e por fim a avaliação interna feita por quem o produziu”. (Lopes, 2011:26)

Segundo Cravinho (2010, citado por Gonçalves, 2011), “é essencial perceber para que se avalia, para quem se avalia e quais as consequências dos resultados da avaliação, o que significa perceber se estamos a construir um processo de planeamento territorial ou simplesmente a cumprir um imperativo legal”.

Há várias opções relativamente a métodos de avaliação e de monitorização dos instrumentos de gestão territorial. Silva *et al* (2009) defendem a utilização duma metodologia “que enquadra o estudo do plano e do sistema real, a sua aderência a este face ao resultado observado e ao resultado caso não tivesse existido plano”, de modo a que os planos e programas sejam monitorizados através de avaliação dos objetivos e dos resultados através de uma *checklist*. Outros métodos e programas são por exemplo Sistema de Monitorização da Qualidade de Vida Urbana (SMQVU) utilizado na Câmara Municipal do Porto ou o *Urban Audit* que se aplica a várias cidades europeias.

Esta avaliação consiste na monitorização do plano e nas novas propostas que devem ser explícitas num dado período estipulado no REOT. Segundo Gonçalves (2011), “o REOT deve sistematizar um conjunto de dados de monitorização e apoio à decisão, sendo uma oportunidade para avaliar a implementação das políticas desenvolvidas ao abrigo dos vários planos aprovados, e a necessidade de ajustamentos ao nível dos objetivos ou do normativo”. A ausência da elaboração destes relatórios transparece a impossibilidade de rever o PNPOT; o PROT e os PMOT.

Para além deste relatório o DL n°380/99 afirma que irá criar “um observatório responsável pela recolha e tratamento de informação de carácter estatístico, técnico e científico” que demorou bastante tempo a ser implementado, mas entrou em vigor em 2008 intitulado de Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT). Este “é um instrumento de informação oficial, de âmbito nacional desenvolvido pela agora atual DGT, presta um serviço público no acompanhamento e avaliação da política de ordenamento do território e urbanismo”. Este tem como suporte “os sistemas de informação geográfica e a infraestruturas de dados espaciais. (DGT, 2013)

Os objetivos delineados pelo SNIT são: “facilitar o acompanhamento e a avaliação regular das políticas públicas de Ordenamento do Território e do Urbanismo e das Políticas Sectoriais com impacte na organização do território; melhorar o acesso à informação sobre Ordenamento do Território e Urbanismo e sobre as práticas de gestão territorial nos âmbitos nacional, regional, local e internacional; permitir o acesso, a partilha e o cruzamento de informação com outras entidades, nacionais e internacionais, interessadas no ordenamento do território e urbanismo; apoiar o funcionamento da DGT, dinamizando o seu relacionamento com o exterior e concretizar os objetivos do Governo Eletrónico, criando condições para o exercício mais efetivo dos direitos de cidadania”. (DGT, 2013)

A Lei nº 31/2014, no seu artigo nº 73, alerta que deve ser realizado um acompanhamento permanente, bem como a avaliação técnica da gestão territorial que garantam a eficiência dos instrumentos que a concretizam.

O processo desenrola-se desta forma: delineiam-se “as metodologias de avaliação com a estrutura, os critérios, a avaliação e os indicadores de monitorização territorial divididos por setores na data da execução do respetivo instrumento de gestão territorial”, que devem abranger todos os âmbitos que a equipa executora decida e ache imprescindível para o município, deste modo os dados são recolhidos e desta forma pode-se avaliar o que está a acontecer com este instrumento de gestão territorial. Para além dos indicadores é pertinente monitorizar ainda a execução dos mesmos e em que ponto das propostas nos encontramos. (Pinho; Oliveira, 2010:14)

Os REOT são realizados de formas distintas, alguns tomam em consideração modelos já existentes de monitorização e adaptam-nos ao contexto do território, outros desenvolvem o seu próprio modelo ou pelo menos a sua própria forma de avaliar e monitorizar o PDM.

De qualquer forma, pode-se afirmar que a avaliação e monitorização dos instrumentos de gestão territorial, desde a implementação até à revisão, é crucial para originar um bom ordenamento do território e, para além disso, dá origem a alterações ou retificações dos IGT que são necessárias numa determinada escala de tempo e espaço, devendo ser definidos antes da aprovação do plano.

2.2.5. Ordenamento do território nas áreas metropolitanas

Consideramos os concelhos da Área Metropolitana do Porto (AMP) e da Área Metropolitana de Lisboa (AML).

A AMP é constituída por dezassete concelhos contíguos. Na Figura 5 podemos observar o mapa descritivo da vigência deste instrumento de gestão territorial dividida em quatro categorias.

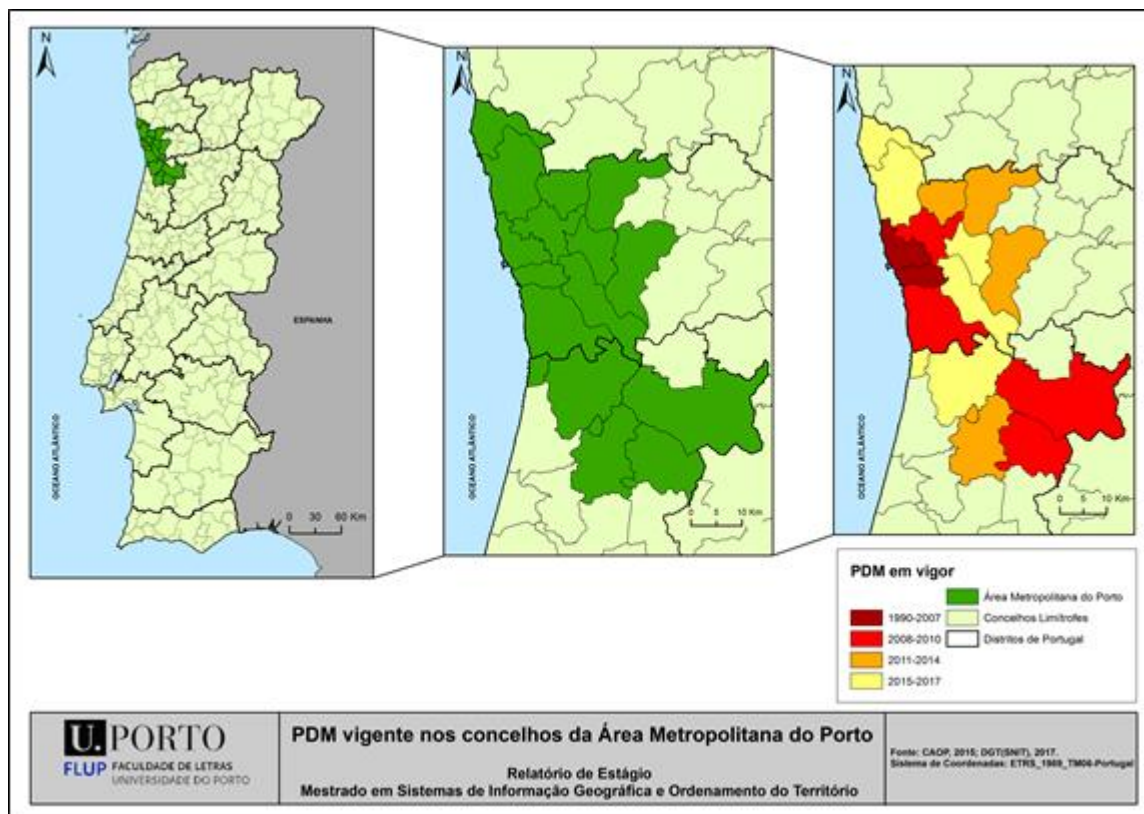


Figura 5 – Panorama dos PDM na AMP (Fonte: Elaboração Própria)

A primeira corresponde aos anos entre 1992 e 2007 que são apenas dois: o do concelho do Porto e de Matosinhos. Estes são considerados bastante antigos, porém os municípios referidos têm vindo a desenvolver revisões através dos Relatórios sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT) no caso de Matosinhos de 2015 e alterações significativas do PDM referentes já a 2017 no caso do Porto. Outra das situações que podemos dedicar a nossa atenção é o facto do concelho do Porto ter uma dimensão bastante grande, com alterações acentuadas a nível demográfico e económico, o que torna difícil, moroso e muito trabalhoso uma revisão do PDM.

No referente aos anos de 2008 a 2010 foram concluídos PDM em quatro

concelhos: Arouca, Maia, Vale de Cambra e Vila Nova de Gaia. Tal como na categoria anterior o planeamento municipal é dinâmico com a utilização do REOT e de alterações constantes ao PDM que vigorava.

Entre 2011 e 2014 foram aprovados o PDM de Oliveira de Azeméis; Paredes; Santo Tirso; São João da Madeira e Trofa, aproveitando os dados dos censos de 2011 que disponibilizaram bastante informação relevante para o planeamento municipal.

Por fim, temos PDM bastante recentes, com aprovação em 2015 para os municípios de Gondomar; Póvoa do Varzim; Santa Maria da Feira e Valongo, em 2016 para Espinho e no ano de 2017 para Vila do Conde, estes dois últimos aprovados já ao abrigo do DL n°80/2015.

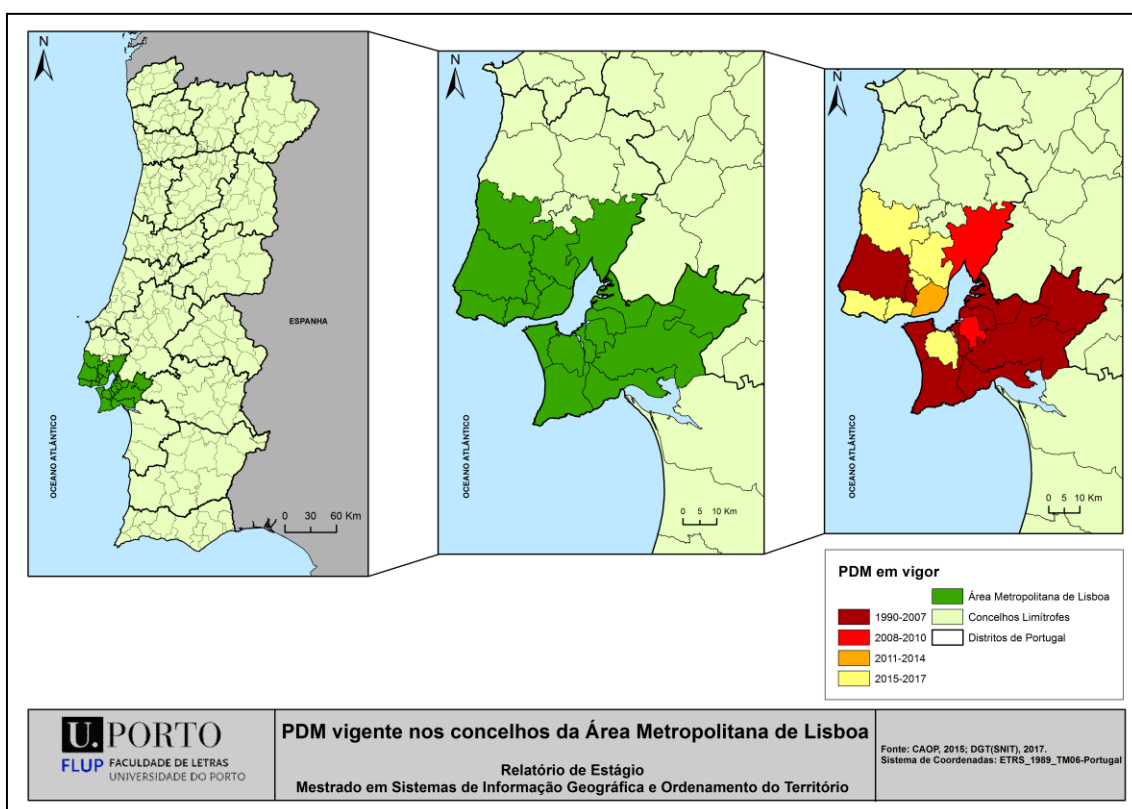


Figura 6 – Panorama dos PDM na AML (Fonte: Elaboração Própria)

A AML é constituída por 18 concelhos (Figura 6). Na primeira categoria estão representados metade dos concelhos da AML com PDM considerado antigo são eles: Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Montijo, Palmela, Sesimbra, Setúbal e Sintra. Em todos os casos os PDM correspondem à primeira publicação de legislação, surgindo

no apogeu dos anos 90. Porém, poucos municípios têm monitorizado e avaliado o PDM e a maioria mantém apenas uma versão sem alteração.

Entre 2008 e 2010 surgiram apenas dois, o da Moita e o de Vila Franca de Xira, nos quais se tem verificado algumas alterações de modo a adaptar-se às alterações ocorridas no território municipal. Entre 2011 a 2014 apenas surgiu o PDM de Lisboa, de 2012, que foi premiado no ano de 2013 pelo seu carácter inovador pela *International Society of City and Regional Planners* (ISOCARP) com um prémio excelência juntamente com as cidades de Xangai e Changxing. (CML, 2013:1) Este também tem sofrido pequenas alterações e retificações de modo a atualizar o planeamento municipal.

Por fim, de 2015 a 2017 surgiram seis concelhos com PDM são eles: Cascais, Loures, Mafra, Odivelas, Oeiras e Seixal. Sendo a primeira publicação, algo que por norma não acontece, no caso de Odivelas.

Se tomarmos os concelhos da AMP e AML, por referência, podemos verificar que na AMP, a maioria dos PDM são de segunda geração e há dois de terceira, cumprindo todos estes o estipulado no DL n°80/2015 com exceção de Matosinhos que ultrapassa os doze anos limite e se reporta à primeira publicação do PDM.

Na AML a situação é um pouco distinta, já que existiu uma grande produção de PDM na década de 90, mas posteriormente foi diminuindo. Prevalece a primeira e segunda geração de PDM sendo a terceira inexistente, apesar do PDM dever ser revisto ou retificado para se adequar aos dias de hoje, pelo menos doze anos após a sua publicação.

Capítulo 3 – Plano Diretor Municipal de Espinho

3.1. Enquadramento geográfico

O Município de Espinho está situado no Litoral Norte de Portugal Continental. Faz simultaneamente parte da AMP e do distrito de Aveiro, sendo parte da região Norte e Grande Porto (Figura 7). A sua área municipal é de apenas 21,1 Km². Tendo 29560 habitantes (estimativa de 2016), apresenta uma densidade populacional de 1403,6 habitantes/Km² (INE, 2016). É composto por cinco freguesias: Espinho, Anta e Guetim (estas agregadas em união de freguesias), Paramos e Silvalde.

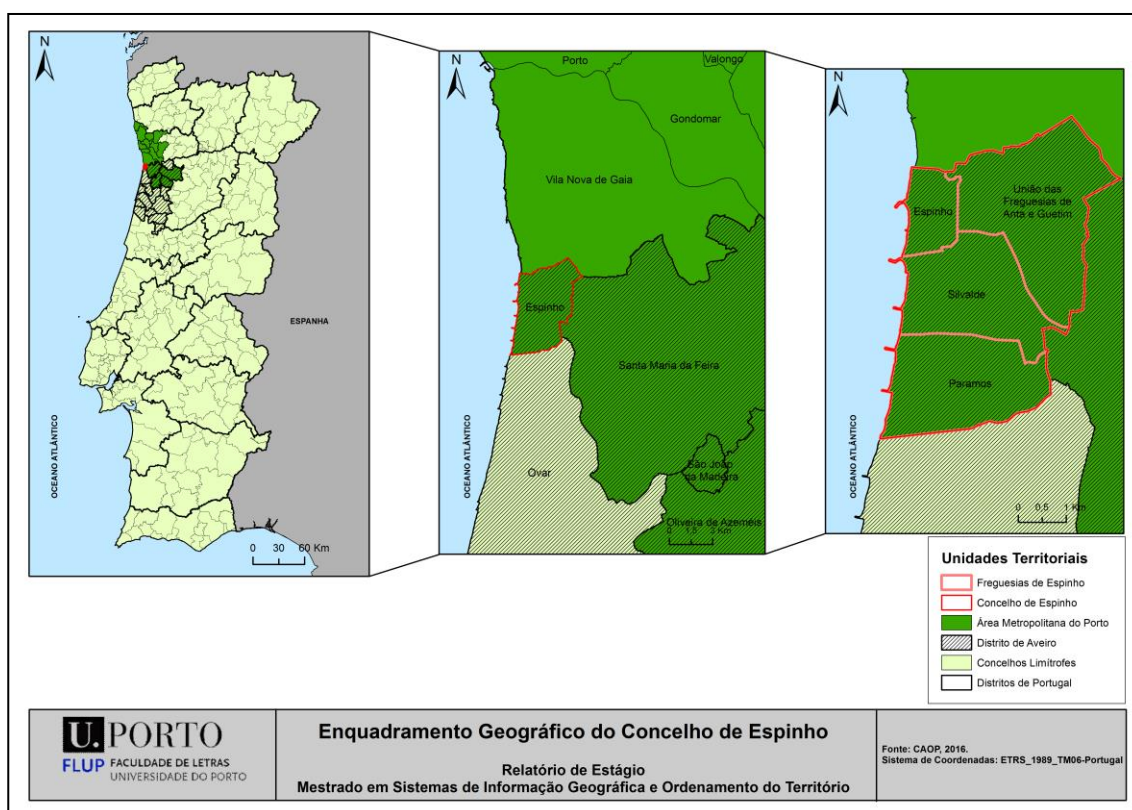


Figura 7 – Localização do Município (Fonte: Elaboração Própria)

A Norte situa-se Vila Nova de Gaia, a Este Santa Maria da Feira, a Sul Ovar e a Oeste Oceano Atlântico. O enquadramento regional traz benefícios a Espinho destacando-se três que considero os principais, a proximidade à cidade do Porto, a fronteira com o eixo industrial Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Oliveira de Azeitões e por fim a acessibilidade pela rede rodoviária, ferroviária, pedonal e clicável

inerente sobretudo à topografia suave do território, a que se soma a presença de cerca de 6 Km de litoral.

Espinho é sobretudo um espaço de transição entre território urbanizado a Norte e por outro lado áreas mais naturalizadas a Sul (Figura 8). A cidade de Espinho apresenta uma malha urbana ortogonal, verificando-se que o seu crescimento se deu pela expansão para a união de freguesias de Anta e Guetim, enquanto que no caso de Silvalde e Paramos há um modelo de urbanização extensiva, orientadas pelas vias de comunicação. As principais referências espinhenses são consideradas o mar, a via-férrea, a malha urbana, os equipamentos e a paisagem natural. (CME, 2016:8)

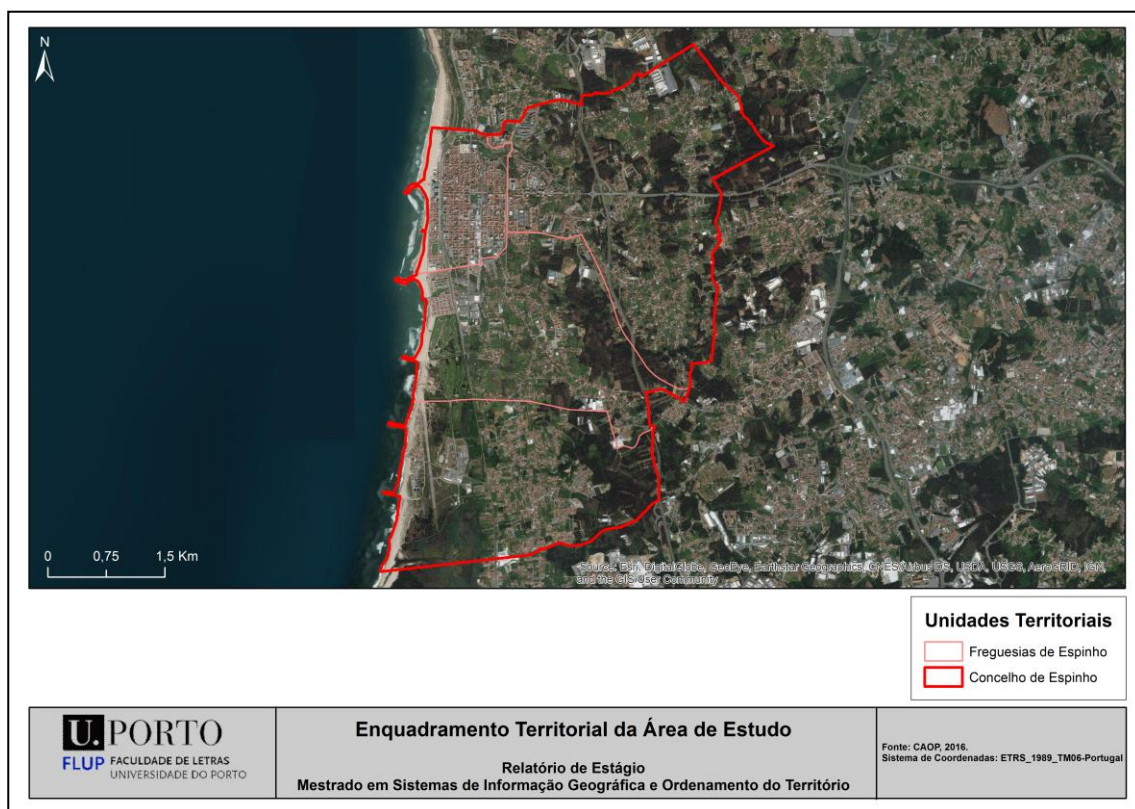


Figura 8 – Área de Estudo (Fonte: Elaboração Própria)

3.2. Antecedentes

A importância que o ordenamento do território e o urbanismo foram ganhando estão marcadas na cidade de Espinho, desde logo pelo plano urbanístico que está na génese da cidade. Desde 1973 foram surgindo estudos urbanísticos até 1998 num total de dezanove que pela CME eram chamados de Plano Parcial ou Plano Urbanístico, os

quais, porém nunca chegaram a ser publicados no Diário da República, pretendendo-se apenas orientar as operações no território, sendo na sua maioria executados (Tabela 2).

<i>Estudos Urbanísticos</i>			
PP da Zona do Liceu (Anta)	1973	PP de Anta	1988
PP do Complexo Habitacional de Anta	1977	PP da Zona Norte de Espinho	1988
PP da Zona do Ciclo Preparatório (Anta)	1979	Plano Urbanístico a Norte do C. M. 1004 e Rua 19	1989
PP do Parque da Cidade (1ª Fase – Anta)	1981	PP das Ruas 24, 41, 20 e C.F.	1990
PP do Carvalhal	1982	PP da Escola Preparatória C+S	1990
PP do Parque da Cidade (2ª Fase – Anta)	1983	PP da Zona do Campo de Futebol, E.P. e J.F.	1995
PP da Zona Industrial (1º/2º Fase – Silvalde)	1983	PP das Ruas 41, 20, Golf e Ribeira de Silvalde	1995
PP do Parque da Cidade (3ª Fase – Anta)	1984	PP da Zona E. N. 109, Loureiro e Fonte do Loureiro	1996
PP do Souto de Anta	1985	PP Ruas da Congosta, São Martinho, Guimbra e DP	1998
Plano Urbanístico Envolvente da Via Central	1986		

Tabela 2 – Evolução dos estudos urbanísticos por ano (Fonte: CME)

Se considerarmos apenas o pós-1974 e os planos efetivamente publicados, a década de 80 regista o primeiro plano, neste caso o Parcial de Urbanização da Zona Sul, que se debruçava na reorganização do território a sul de Espinho, em concreto na freguesia de Paramos. Posteriormente surgiu o PP da Zona Norte da Rua 62 que assentava na habitação multifamiliar e nos equipamentos escolares, com uma taxa de implementação de 44% em 2016 (Figura 9).

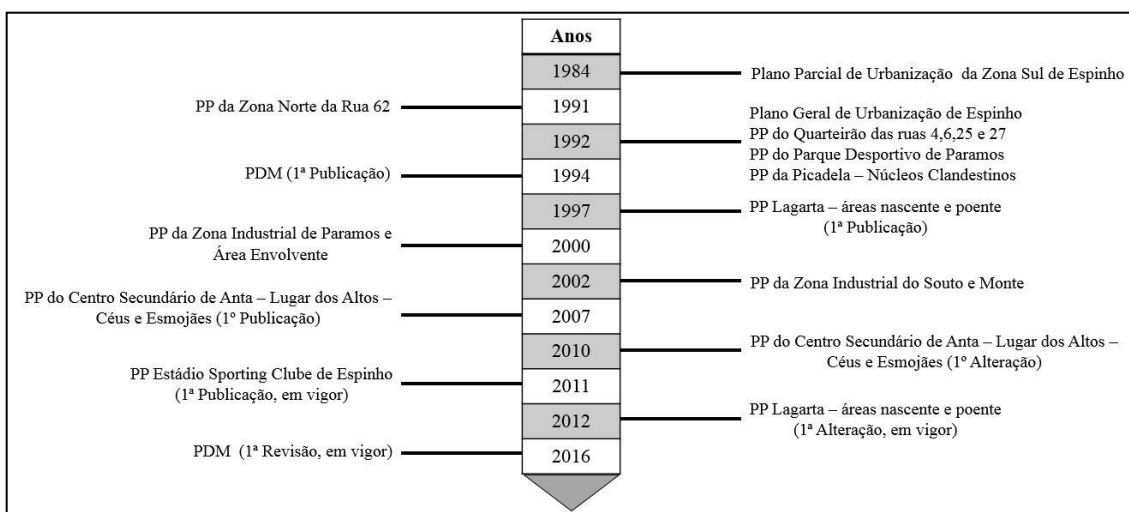


Figura 9 – Aprovação dos instrumentos de planeamento municipal de Espinho (Fonte: Diário da República)

Já na década seguinte, em 1992, foi elaborado o Plano Geral de Urbanização da Cidade de Espinho que se encontrava durante a elaboração do PDM de 2016 suspenso parcialmente em 42% do total da área abrangida pelo plano, por um período de 24 meses, e que, aquando da revisão finalizada seria caducado, estabelecendo-se medidas para a área abrangida.

Ainda neste ano surgiram três PP, o do quarteirão das ruas 4, 6, 25 e 27, no qual os arruamentos estão executados, porém a nível da habitação prevista apenas 12% está implementada, o do Parque Desportivo de Paramos que apresenta 0% de implementação quer na habitação quer no campo de futebol e, por fim, o da Picadela, direcionado para os núcleos de urbanização com génese ilegal. Com base na Resolução do Conselho de Ministros nº 36/94, o primeiro PDM do Município de Espinho foi ratificado a 3 de janeiro de 1994, seguindo este os preceitos do DL nº69/90.

O PDM de 1994 representou de certa forma o apogeu do planeamento municipal, correspondendo ao momento em que este foi adotado como um plano obrigatório pela lei em todos os concelhos do país, mas por outro lado leva também a definição de novos objetivos estratégicos e urbanísticos para o município, numa altura em o território de Espinho denotava algumas “características peculiares que se focavam principalmente na forma diferenciadora de ocupação do território”. (CME, 1994:5)

Ocorria então uma grande expansão do núcleo urbano, sobretudo para sul e nascente, enquanto as atividades económicas e os equipamentos se foram dilatando para lá das imediações da estação ferroviária, das praias da cidade e da rua 19, maioritariamente comercial. (CME, 1994:5)

Assim, a estrutura urbana foi alterada com novas formas urbanas que nem sempre se estabeleciam ordenadamente, o que tinha algumas consequências, designadamente nas deficiências de resposta por parte das infraestruturas viárias e qualidade dos espaços públicos. Além disso, vai-se verificar a presença de habitação de génese ilegal, enquanto algumas pequenas indústrias se vão instalando no exterior do perímetro urbano, o que causa forte pressão sobre o território. (CME, 1994:6)

O ponto de partida do PDM da década de 90 foi a “definição de um quadro estratégico que reorienta e reestruturava as intervenções municipais sobre o território urbano e facilite a sua interseção no novo ordenamento metropolitano, ou seja, um documento que aborde o futuro da cidade”. Existiram três aspetos definidos como os mais importantes para um desenvolvimento mais equilibrado igualitário de todo o concelho eram eles: o enquadramento territorial, a qualidade urbanística e ambiental e a

orientação para o turismo. (CME, 1994:6)

Deste modo, na abrangência do PDM, foram projetadas algumas ações, como um parque da cidade, a pensar no desporto e lazer, mas também com a melhoria da qualidade de vida urbana e ambiental, a melhoria de equipamentos existentes ou a construir de novo, com base nas contrapartidas de jogo¹; o desenvolvimento do Itinerário Complementar nº 1 com melhorias na acessibilidade da cidade e a proteção da zona costeira, a pensar na importância do turismo. (CME, 1994:6)

As áreas estratégicas intervencionadas com base no plano de 1994 são: “a cidade, os centros urbanos de desenvolvimento periférico, os equipamentos regionais e verde concelhio, os novos eixos de ligação intermunicipal, a área de reestruturação urbanística e as áreas de articulação com os concelhos limítrofes”. (CME, 1994:7)

O planeamento continuou a evoluir principalmente no âmbito dos PP previstos no PDM de 1994, atuando em áreas específicas do município, como no caso do Plano Pormenor da Lagarta (de 1997) que dividia a sua intervenção entre as áreas poente e nascente, de modo a gerir e aplicar as modificações desejadas em PDM.

Na área poente são identificadas “zonas de habitação unifamiliar” e “zona de equipamento”, enquanto a nascente, são definidos os usos existentes “habitação unifamiliar, espaço reservado a equipamentos, espaço comercial e parque público e zonas ajardinadas e arborizadas”. Este PP seria alterado em 2012 com o Aviso nº 604/2012.

Na década de 2000 executaram-se o PP da Zona Industrial de Paramos e área envolvente (com 7% de edificação), destinando-se à habitação unifamiliar, multifamiliar e indústria. Em 2001 surge o da Zona Industrial do Souto e Monte (com execução de 12%), o qual propõe espaços de habitação e edificação de armazéns.

Por fim, já nesta década, temos o PP do Centro Secundário de Anta destinado a equipamento público, em concreto uma creche que está a ser construída, assim como a produção de espaço para habitação, o que ainda não avançou e levou à sua alteração.

¹As contrapartidas de jogos de fortuna e azar têm legislação desde 1948, no entanto o DL nº29/88 estabeleceu valores fixos que os concessionários dos casinos, em particular do Casino de Espinho tinham de pagar, correspondendo a cerca de 50% das receitas brutas dos jogos explorados no casino. Baseado no DL nº66/2015, esta contrapartida anual “é uma prestação patrimonial estabelecida por lei a favor de uma entidade que tem a seu cargo o exercício de funções públicas”, o que leva o casino efetua estes pagamentos ao município de Espinho.

E, em 2011 o Aviso nº 23499 lança o Plano Pormenor do Estádio do Sporting Clube de Espinho, para a área delimitada: “a norte a rua 35, a sul a rua 37B, a nascente a avenida 8 e a poente a marginal rua 2. Alguns dos objetivos do referido PP são a articulação com o POOC Caminha-Espinho e com o PDM, a ligação à marginal de Espinho, incremento da modernidade e a eliminação de discordâncias e estrangulamentos urbanos”. Para além da planta de implantação, este PP surge já com a planta de condicionantes.

Existem vários motivos pelos quais se dá a manutenção dos IGT, no caso específico do município: o interesse por parte do investimento privado, algumas das áreas abrangidas não têm dinâmica significativa, a cidade consolidada está a ser “invadida” por edifícios com grande dimensão nos quais o privado intervém a partir de loteamentos, considerando-se ainda os benefícios que o público e o privado podem ter de trabalhar em conjunto, partilhando custos e benefícios.

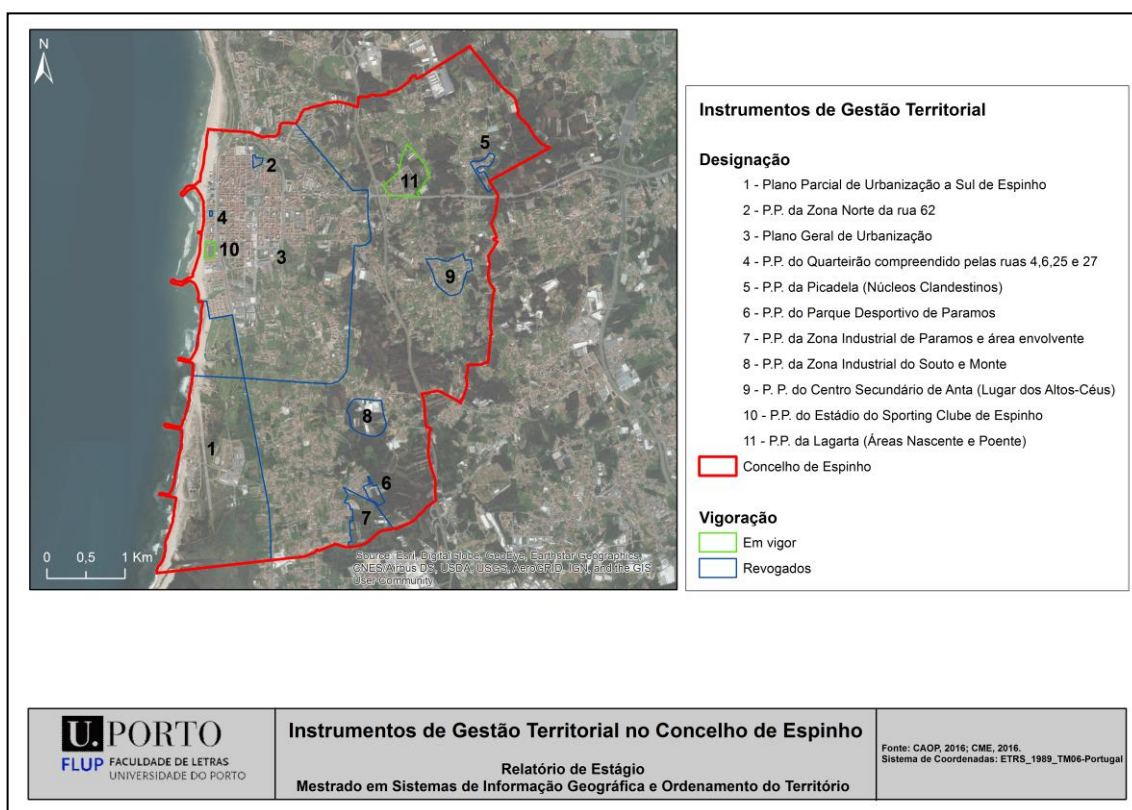


Figura 10 – Vigoração, denominação e localização dos IGT de Espinho (Fonte: Elaboração Própria)

Com a entrada em vigor do PDM de 2016, foram revogados todos os IGT publicados devido aos motivos analisados anteriormente com exceção do PP da Lagarta e do PP Estádio do Sporting Clube de Espinho. (Figura 10)

A permanência do PP da Lagarta, elaborado pela CME justifica-se pelo facto de cerca de 75% dos loteamentos para intervenção se encontrarem licenciados, isto é, estavam executados da perspetiva urbanística, faltando apenas a sua implantação e 25% das licenças estarem atribuídas. Este plano abrange uma área de 142400 m² dividida entre vocação para habitação (216 fogos), floresta, espaço público e equipamentos.

3.3. O Plano Diretor Municipal de 2016

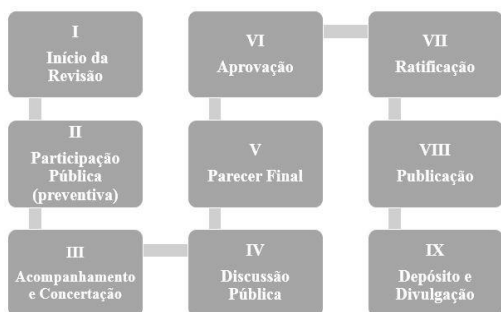


Figura 11 – Fases do processo de revisão do PDM (Fonte: Diário da República)

A revisão do PDM faz-se de acordo com um processo faseado (Figura 11), definido no DL n°80/2015. Na fase I temos o início da revisão “onde a Câmara Municipal estabelece todas as informações sobre a sua proposta e estas são publicadas no Diário da República, na comunicação social bem como no espaço online da entidade”, de seguida surge a

participação pública que ocorre de forma preventiva “na qual os cidadãos apresentam as suas sugestões e pedidos de informação que deve decorrer no prazo mínimo de 15 dias”.

A revisão prossegue com a fase III que consiste no acompanhamento e concertação, realizados “com base numa comissão de acompanhamento que reúne as entidades necessárias e interessadas para seguir o processo de elaboração do plano bem como para opinar e sugerir modificações ao mesmo”. Posteriormente ocorre a etapa de discussão pública onde “a Câmara Municipal publica de novo o aviso no Diário da República, comunicação social e online, não podendo ser inferior a 30 dias úteis com aviso antecipado de pelo menos 5 dias”. Como sua resultante haverá um parecer final, a que se segue o parecer da CCDR.

Segue-se a aprovação, em que “o plano apresentado pela Câmara é aceite pela assembleia municipal, caso o PDM esteja em acordo com os restantes instrumentos de

gestão territorial vigentes neste território procedesse à publicação caso isso não aconteça inicia-se a próxima fase”. A ratificação consiste no envio ao governo por parte da entidade emitente de modo a ser verificada a situação.

De forma a finalizar o processo, dá-se a publicação no Diário da República o que não pode exceder os 60 dias após a aprovação. Por fim, ocorre o depósito e a divulgação online da Câmara e no SNIT que deve ser atualizada periodicamente.

O processo de revisão do PDM do ano de 1994 foi alvo de algumas controvérsias, o que atrasou a data de revisão inicialmente programada. Existia uma proposta já na fase de discussão pública, porém, com as eleições autárquicas de 2009, o novo quadro executivo camarário entendeu que esta não satisfazia o seu programa político, procedendo a atualizações e adaptações, já de acordo com o DL nº80/2015, entretanto publicado. (CME, 2016:5)

Os objetivos que estão na base do plano (na sua versão revista) são: “o reforço dos níveis de coesão territorial, a promoção dos valores naturais e patrimoniais do concelho, indispensáveis à melhoria da qualidade ambiental e da identidade territorial e potenciadores da atratividade de Espinho e a qualificação e disponibilização dos espaços dedicados às atividades económicas”. (CME, 2016:6-7)

O processo de revisão efetuou-se entre maio de 2012 e junho de 2016. Antes de tudo tratou de perceber-se o que foi cumprido ou não face ao que estava estabelecido no anterior instrumento de gestão territorial. Foram verificados em particular quais os objetivos, os métodos e as ações que foram ou não executados. Fez-se também a avaliação de outros planos municipais previstos no PDM de 1994 e realizou-se uma análise pormenorizada, de modo a entender quais os planos que deviam continuar a vigorar, dado o estado da sua execução, bem como aqueles que eram dispensáveis. Em consequência, em 2016 ficaram vigentes apenas, além da revisão do PDM, o PP da Largata e o PP do Estádio do Sporting Clube de Espinho.

Além destes, a revisão do PDM implicou a consideração de outros instrumentos de gestão territorial, de modo a, com estes contribuir para o ordenamento do território municipal, designadamente: PNPOT; Plano Rodoviário Nacional; PBH do Rio Douro; PGBH do Rio Douro; PROF da AMP e entre Douro e Vouga; POOC Caminha-Espinho

e PSRN2000. (CME, 2016:9)

Aquando da realização da revisão do PDM, a equipa de execução estabeleceu um modelo de organização territorial que tem por base os seguintes sistemas de estruturação territorial: urbano, biofísico e ambiental e relacional, o que deu lugar à consideração de Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) e Subunidades das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (SUOPG) (Figura 12).

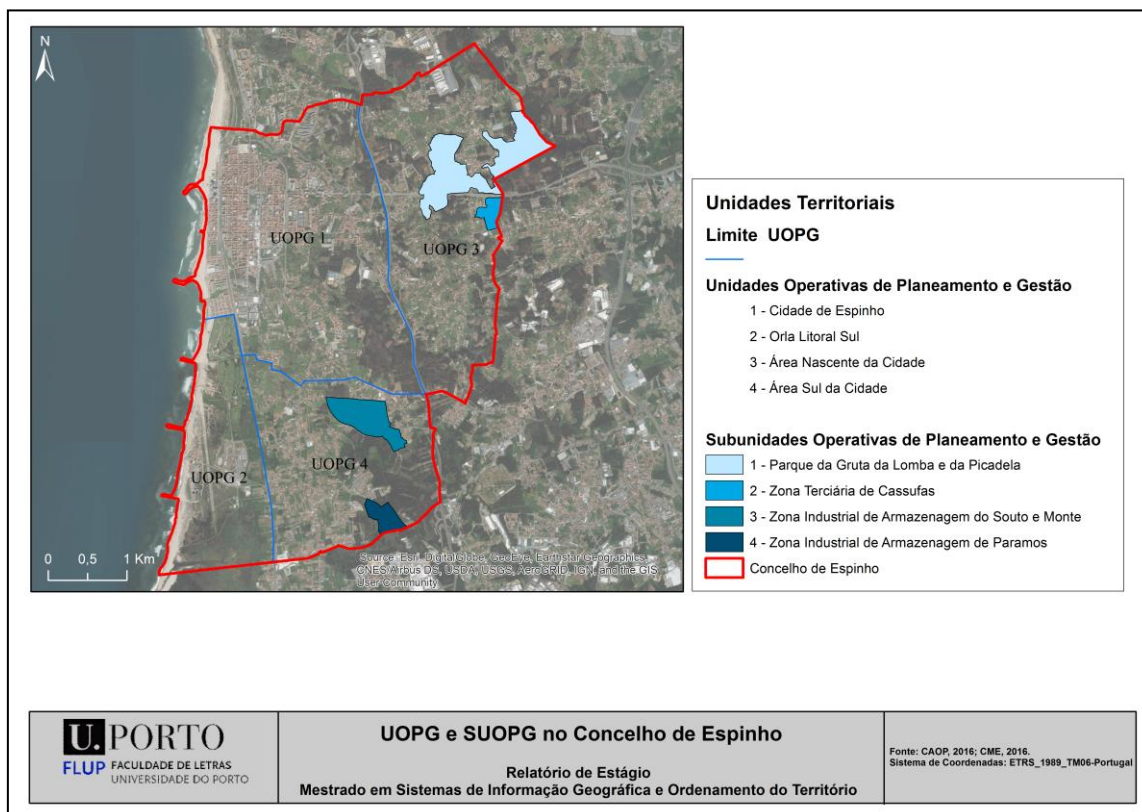


Figura 12 – Localização das UOPG e SUOPG (Fonte: Elaboração Própria)

O PDM de 2016 estabelece as UOPG de modo a assegurar a sua execução e a ter um programa coerente e projetos implementados e estruturados. Torna-se mais facilitada a definição de objetivos programáticos específicos para uma área homogénea do que para um território no seu conjunto, o que quer dizer que os objetivos delineados para uma UOPG são distintos dos delineados para outra e assim sucessivamente. As UOPG são as seguintes: UOPG 1 correspondente à cidade de Espinho, UOPG 2 relativa à orla litoral sul, UOPG 3 com a área nascente da cidade de Espinho e por fim UOPG 4 com a área sul da cidade.

Existem ainda dentro das UOPG 3 e 4 as SUOPG do Parque da Gruta da Lomba e da Picadela (SUOPG 1) onde pretende-se disponibilizar percursos e pequenas áreas de estadia de utilização coletiva que potenciam a fruição do parque, tendo por base um projeto de arquitetura paisagística, a SUOPG 2 corresponde à Zona Terciária de Cassufas. Há ainda as SUOPG 3 e 4 que correspondem a zonas industriais e de armazenagem do Souto e Monte e de Paramos, respetivamente.

Os conteúdos documentais do PDM de 2016 cumprem o DL nº 80/2015 e incluem alguns documentos que a equipa especializada achou pertinente no contexto.

O PDM tem de ser constituído pelo regulamento e pelas plantas de ordenamento e condicionantes. A primeira planta, segundo o DL nº80/2015 “representa o modelo de organização espacial do território municipal” e, no caso de Espinho, desdobra-se em qualificação do solo, património cultural, áreas de salvaguarda dos recursos e dos valores naturais e zonamento acústico. Por sua vez, a planta de condicionantes “identifica as servidões administrativas e as restrições de utilidade pública em vigor que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma de aproveitamento específica” tendo estas como anexo no município de estudo as áreas florestais percorridas por incêndios e a carta de perigosidade de incêndio. (CME, 2016)

Acompanham este instrumento de gestão territorial o relatório do plano “que explica a estratégia e modelo de desenvolvimento local”, o relatório ambiental que “descreve e avalia os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes de aplicação do plano”, os quais são acompanhados pelas atas e pareceres da comissão de acompanhamento, pelo programa de execução, com “as disposições do que é prioritário do Estado e do município a curto, médio e longo prazo” e por fim pelo plano de financiamento que “fundamenta a sustentabilidade económica e financeira” do plano.

No programa de execução foram definidas quarenta e três ações, de modo a cumprir os objetivos programáticos estabelecidos, as quais se organizam por abrangência territorial, como referência ao enquadramento na estratégia do plano, parcerias, objetivos, estimativa orçamental e prioridade.

O plano de financiamento do PDM de Espinho assenta principalmente nas verbas provenientes da zona de jogo, nas taxas de licenciamento e obras, na ocupação da via

pública e nos impostos diretos.

Existem ainda alguns elementos complementares que fazem parte do PDM, como a planta de enquadramento regional “que descreve o enquadramento do município com os principais detalhes inerentes”, a planta da situação existente “com a ocupação do solo à data da elaboração do plano”, a planta dos compromissos urbanísticos “com indicação dos alvarás de licença e dos títulos de comunicação prévia de comunicação prévia de comunicações urbanísticas emitidas”, o mapa de ruído com dois indicadores que segundo a CML (2012) representam o *Ln* “ruído médio durante o período noturno das 23h às 7h” e o *Lned* “ruídos numa média ponderada para 24 horas”, as participações inerentes à discussão pública, bem como as fichas dos dados estatísticos em modelo da DGT. (DL nº80/2015)

Este instrumento de gestão territorial está projetado para 10 anos de vigência, porém a avaliação e a monitorização estão já delineadas, de modo a permitir a adaptação do plano, podendo fundamentar propostas de alteração e dos respetivos mecanismos de execução. Tendo em consideração a necessidade de realizar um REOT de quatro em quatro anos, foram definidos indicadores qualitativos e quantitativos, definidos tendo por base os objetivos programáticos da revisão do PDM, das UOPG e das SUOPG.

No quadro do processo de planeamento municipal, importa ainda considerar que alguns planos estão atualmente em elaboração: o PP do Aglomerado da Praia de Paramos com 5,48 hectares de dimensão e o PP da Orla Litoral Sul de Espinho abrangendo 284 hectares. Estão também em curso alguns projetos de alguma envergadura, como o de requalificação e valorização do “sítio” da barrinha de Esmoriz, havendo ainda a considerar o decreto de servidão aeródromo de manobra nº1 de Maceda e a modificação da servidão militar, terrestre e aeronáutica do aeródromo de manobra nº1 de Maceda.

Capítulo 4 – Diagnóstico do município de Espinho

4.1. Síntese de caracterização

A população residente de Espinho tem vindo a diminuir progressivamente desde 1991, de um máximo de 34956 habitantes, para 29560 habitantes, segundo os dados mais recentes (2016). Em relação à distribuição dos residentes por freguesia estes concentram-se maioritariamente em Espinho, Anta e Silvalde. Outro dos fatores demográficos que se destaca é o índice de envelhecimento que aumentou significativamente (Tabela 3).

	Dinâmicas Demográficas	População Residente (Nº)	Índice de Envelhecimento (Nº)	Taxa Bruta de Natalidade (‰)
Ano	1981	32409	-	15,4
	1991	34956	-	11,7
	2001	33701	95	10,9
	2011	31786	163	9,2
	2016	29560	212	8,4

Tabela 3 – Dados demográficos e económicos no concelho de Espinho (Fonte: INE)

Os indicadores numéricos apresentados têm como hipotética explicação a atratividade do mercado imobiliário em concelhos limítrofes, especialmente Vila Nova de Gaia, com preços mais baixos que o concelho de Espinho e, por outro lado, os casos de “insolvência de fábricas e empresas” (CME, 2016:298), que levarão à saída da população jovem e adulta.

No que concerne às habilitações literárias e as atividades económicas, Espinho apresenta características comuns aos concelhos vizinhos e dentro dos parâmetros do país, prevalecendo o setor terciário.

Destaca-se a taxa de desemprego (Figura 13), a mais elevada de todos os concelhos da AMP (em 2011), atingindo o dobro relativamente a 2001. Todavia, nos dados mais recentes (2016), verifica-se que diminuiu bruscamente, devido sobretudo à abertura de empresas internacionais no concelho e, em geral, à recuperação da economia nacional desde há poucos anos. Maioritariamente os desempregados estão à procura de um novo emprego bem como alguns mais jovens à procura do primeiro emprego, sendo

o emprego de longa duração baixo.

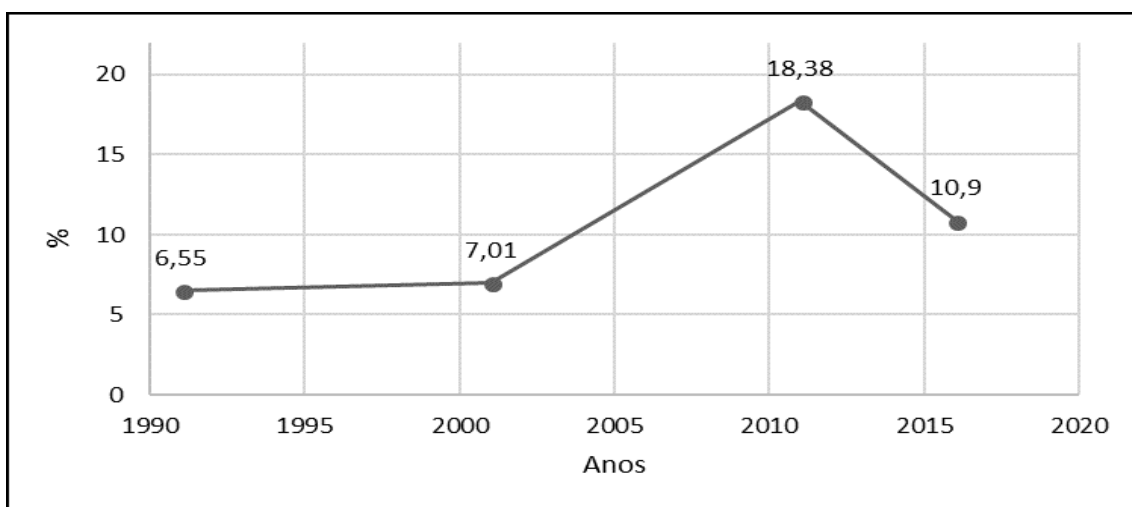


Figura 13 – Taxa de Desemprego (%) no concelho de Espinho (Fonte: INE)

Relativamente ao poder de compra (Figura 14) da população residente do município, este encontra-se na média da maioria dos concelhos que pertencem à AMP.

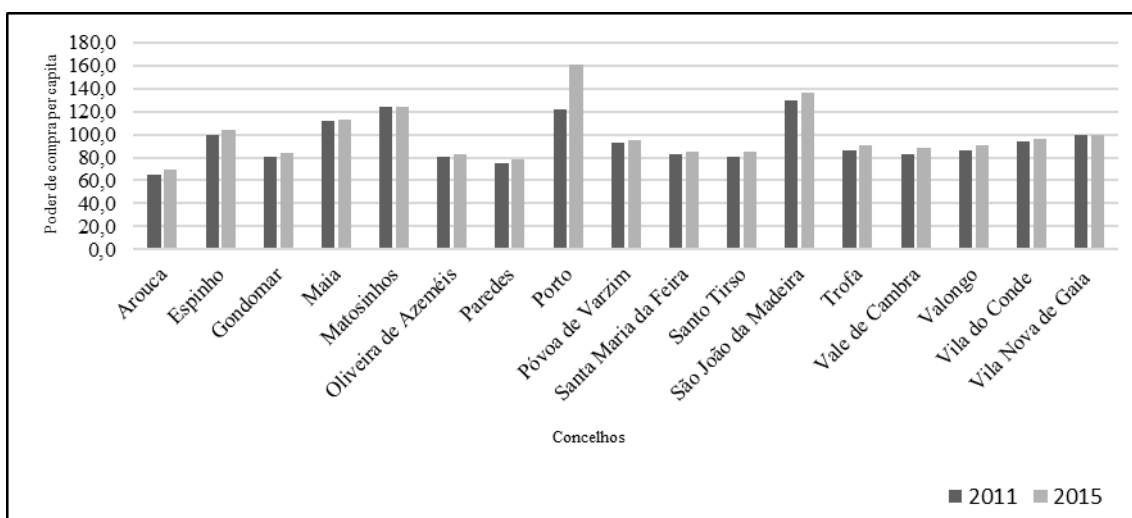


Figura 14 – Poder de Compra per capita nos concelhos da AMP (Fonte: INE)

O turismo é muito importante na dinâmica do território. Tem como principais elementos: casino, campo de golfe, um dos mais antigos da Europa, praia, comércio e restauração, com visitantes oriundos dos países vizinhos da Europa bem como de outras áreas do nosso país.

No que corresponde à capacidade de alojamento, há 963 camas disponíveis e a estadia média é de 2,7 dias, verificando-se uma queda de 89 nas camas disponíveis e 0,7 na estadia em 2016 relativamente a 2011. (INE, 2016) Porém nestas estatísticas não estão contabilizadas os referentes ao alojamento local que cresceu na cidade.

Relativamente à habitação, existe um maior número de alojamentos do que famílias, maioritariamente concentrados nas freguesias de Espinho, Anta e Silvalde. A taxa de construção diminuiu nos últimos anos, mas continuam a surgir novos edifícios, considerando-se que os existentes na sua grande maioria não têm necessidade de reparações. Prevaecem as residências do tipo habitual com todas as necessidades mínimas essenciais de habitabilidade. (INE, 2016)

Em muitos casos edifícios mais antigos dão lugar a prédios com aspeto recente, o que contribui para o rejuvenescimento da paisagem citadina.

Em contrapartida, as construções de génese clandestina (Figura 15) representam aproximadamente 26% das construções totais correspondendo a “133 Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI) e 73 parcelamentos integrados em espaços não urbanizáveis” que se estas distribuem por todas as freguesias com a exceção de Espinho. (CME, 2016:178)

A nível social existe uma preocupação focada em alguns grupos de cidadãos onde o município tende a implementar medidas contra a exclusão e a desigualdade, verificando-se especiais dificuldades de ação no caso de pessoas de etnia cigana, bem como num conjunto populacional que habita no sul da freguesia de Espinho e a norte da freguesia de Silvalde, com um nível económico genericamente baixo, nalguns casos com condições de habitabilidade precárias.

No correspondente à habitação de renda social (Figura 15), existem 89 edifícios com 775 fogos (INE, 2016), o que é apreciável face à dimensão e população total do concelho, estão situados em todas as freguesias, porém a freguesia de Espinho destaca-se pela menos ocupada por este tipo de habitações.

Existem algumas iniciativas junto destes aglomerados populacionais como as hortas comunitárias, a casa do bairro, de apoio a um bairro social, as associações de moradores, bem como oficinas de artes para a população com maior carência económica

ocupar o seu tempo de forma útil.

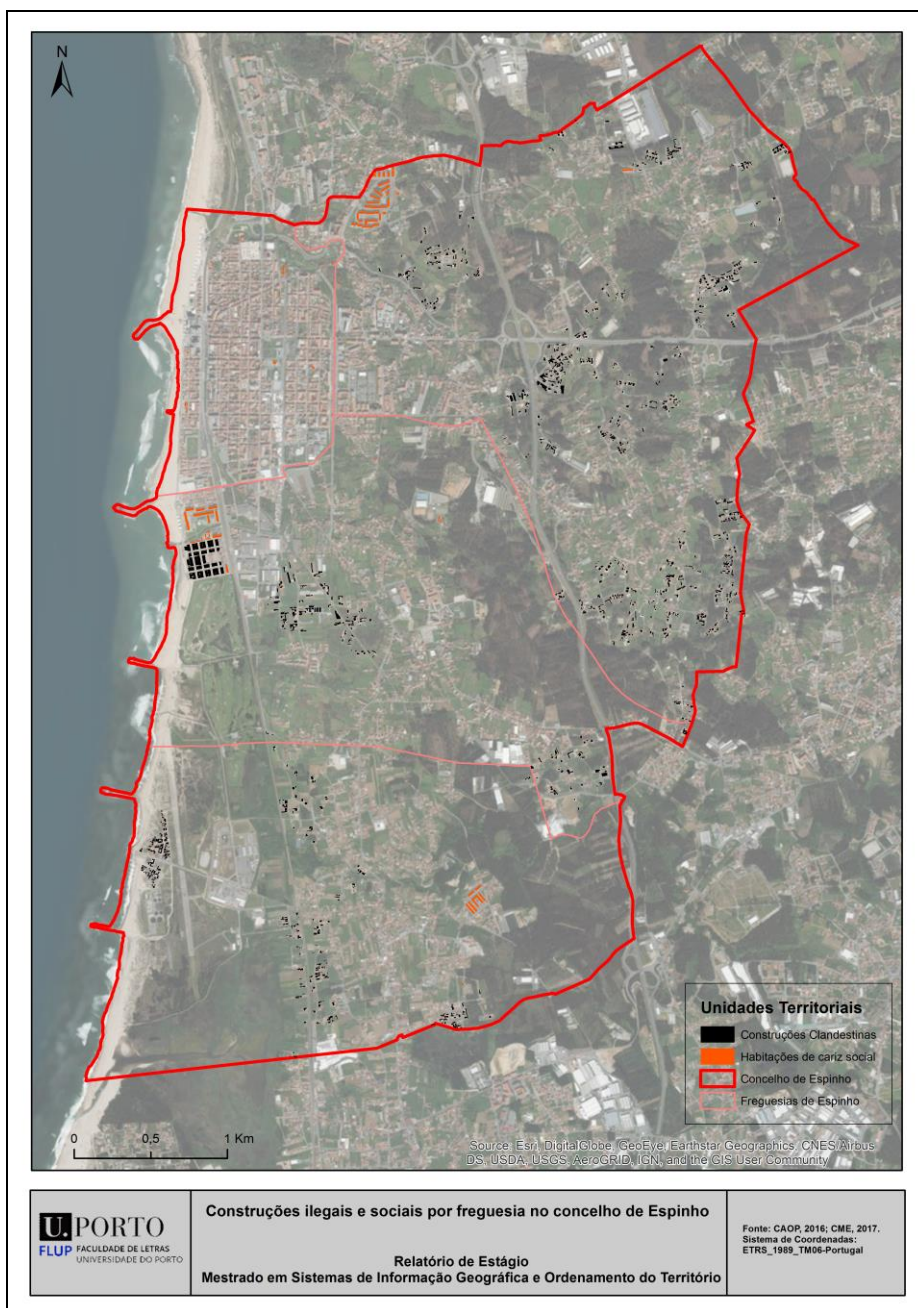


Figura 15 – Construções no concelho de Espinho (Fonte: CME)

Quanto à ocupação do solo, o território é maioritariamente constituído por tecido urbano (com 66%), seguida de áreas naturais (com 26%) e equipamentos e a indústria (Tabela 4), verificando-se que os equipamentos representam cerca de 5% da ocupação.

Área naturais, ambientais e naturalizadas	26,16%	Espaço Cultural	0,4%
		Espaço Agrícola	5,9%
		Espaço Florestal	12,8%
		Espaço Natural e Paisagístico	3,4%
		Espaços Verdes	0,7%
		Espaço de Ocupação Turística	0,5%
Tecido Urbano	65,56%	Espaços Centrais	4,2%
		Espaços Habitacionais	41,1%
		Sistemas de Corredores de Transportes	11,3%
		Espaço de Ocupação Turística	0,6 %
Indústria /Armazenagem	3,44%	Espaços de Atividades Económicas	3,4%
Equipamentos	4,84%	Espaços de Equipamentos e Infraestruturas	4,8%

Tabela 4 – Ocupação do solo em 2011 no concelho de Espinho (Fonte: CME)

O património do concelho é destacado pelos 105 imóveis classificados (dados de 2011), a que se somaram 14 nos últimos anos (Figura 16). Maioritariamente, são casas emblemáticas da cidade bem como património religioso.

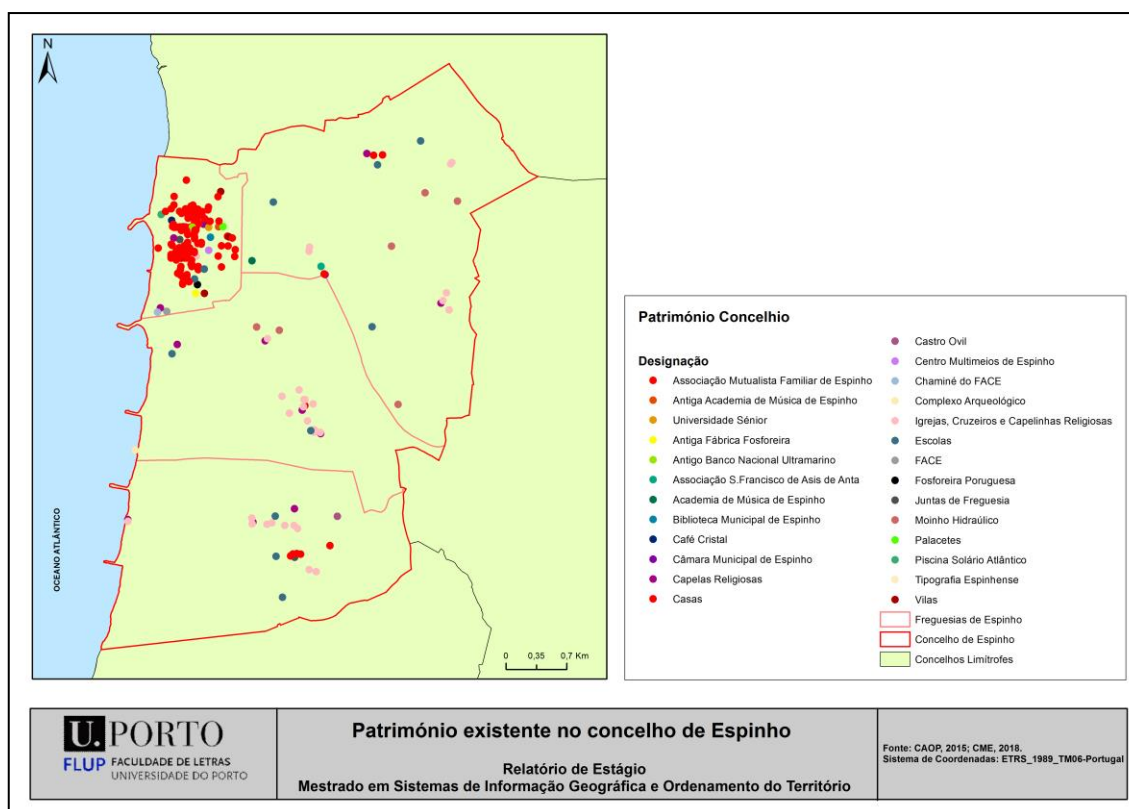


Figura 16 – Distribuição geográfica do património de Espinho (Fonte: CME)

Para além deste, o património imaterial também se promove com ações de divulgação junto dos residentes e visitantes. Na Tabela 5 estão representadas as ações que ocorrem de forma constante, existindo, porém, outras que podem ir surgindo ao longo do tempo.

Feira Semanal	Semanalmente	Feira tradicional à segunda-feira, revenda todas as sextas-feiras de manhã e feira da vandoma todos os primeiros domingos de cada mês.
Espetáculos no Casino de Espinho	Semanalmente	Diversos em diferentes épocas do ano e anunciados antecipadamente através de publicidade na cidade.
Fim-de-semana Gastronómico	Várias Semanas	Organizado pela Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal em parceria com a CME e os restaurantes da cidade.
Dia Internacional da Francofonia	Anual	Março, organizado pela CME em parceria com as escolas do concelho, mas alguns espaços comerciais aderem à ideologia de retratar a cultura francesa.
Arte Xávega	Abril a outubro	Tradicional forma de pesca que continua a ser realizada em Espinho.
“Vir a banhos”	Anual	Junho, retratamento de uma praia do início do século XX, ocorre na abertura da época balnear.
Encontro de Estátuas Vivas	Anual	Junho, organizado pela CME
Festival Internacional de Música de Espinho	Anual	Julho, organizado pela Academia de Música de Espinho em parceria com a CME (42 edições realizadas)
Festival Internacional de Cinema de Animação de Espinho	Anual	Novembro, organizado pela NASCENTE Cooperativa de Ação Cultural em parceria com a CME (41 edições realizadas)
Batalha de Flores	Anual	Organizado pela CME, consiste no retratamento da batalha de flores do século XX

Tabela 5 – Ações de divulgação por frequência e descrição (Fonte: CME)

O contexto ambiental é importante não só pelo papel ativo no bem-estar dos residentes, mas também pela sua importância como impulsionador turístico. Porém os espaços verdes são diminutos, estando registadas 5153 árvores em espaço público, o que corresponde a 52 por cada mil habitantes. Neste âmbito, o PDM de 2016 tem por objetivo a criação de um “parque urbano da cidade como elemento integrador na envolvente verde de Espinho deverá promover o *continuum* verde através dos corredores ribeirinhos até à orla litoral potenciando uma melhoria na vivência e contribuindo para o recreio, lazer e saúde da população”. (CME, 2016:70)

A floresta ocupa aproximadamente 13% do solo. A este propósito, registe-se que em 2011 se deram 128 incêndios florestais com 15% da área de floresta ardida e em 2016 ocorreram apenas 15 incêndios, com 4% da área ardida. Nos últimos dez anos a ocorrência de incêndios é diminuta, exceto em 2006 e 2011 na união de freguesias de Anta e Guetim. No que diz respeito aos recursos hídricos, as águas costeiras e interiores são de boa qualidade. Relativamente à linha de costa, verificou-se que o que vinha a ser o seu recuo progressivo diminuiu na última década, devido à construção de um conjunto de esporões. (INE, 2016)

Quanto às infraestruturas básicas, a taxa de cobertura do abastecimento de água e do saneamento era de 99,4% em 2011, dividindo-se entre abastecimento público e privado. As recolhas dos resíduos sólidos urbanos são da responsabilidade da Serviço

Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto (LIPOR), verificando-se que o total produzido por ano e por habitante tem vindo a diminuir e que a reciclagem tem progressivamente abrangido uma maior percentagem da população, o que tem vindo a ser acompanhado pelo aumento do número de ecopontos em 2011 e 2016.

A linha de praia tem sido alvo ao longo dos anos de obras no sistema dunar, o que favorece toda a população que usufrui do espaço público da cidade, mas também da praia. A qualidade da água interior e balnear é considerada muito boa em toda a linha de costa do município o que vêm a contribuir diretamente para o “turismo sol e mar” bem como para a atratividade da população ao concelho em qualquer estação do ano.

No ano de 2017 o município recebeu um selo de qualidade exemplar da água para consumo humano atribuído pela Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Saneamento. (CME, 2016) O sistema relacional confere importância à mobilidade suave, sendo de salientar as ruas pedonais e a rede ciclável. Na rede viária, propõem-se intervenções de modo a interligar melhor o território.

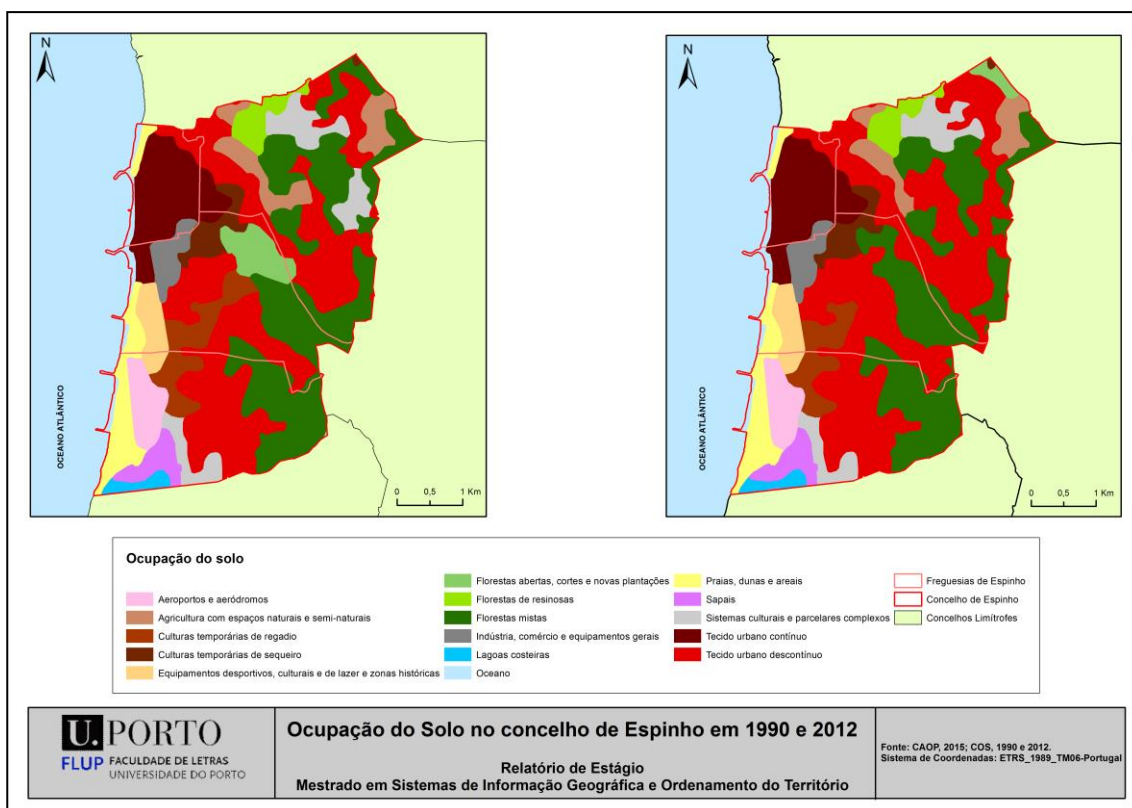


Figura 17 – Ocupação do solo no concelho de estudo: comparação entre 1990 e 2012 (Fonte: Elaboração Própria)

Porém, de modo a ter uma perspetiva visual da ocupação do solo no concelho de estudo, foi representada na Figura 17, a ocupação em 1990 utilizando a COS que é o mais aproximado do PDM de 1994 e a ocupação em 2012 para corresponder ao PDM de 2016.

As grandes diferenças que se realçam são o facto da floresta aberta, cortes e novas plantações reduzirem a sua área, dando lugar à floresta mista e, por outro lado, aparece no lugar desta última.

4.2. Alterações recentes

Após a realização da síntese de caracterização de alguns indicadores do município de Espinho importa destacar as algumas.

A nível socioeconómico, podemos considerar a diminuição brusca da taxa de desemprego em cerca de 8%, apesar de ainda ser o concelho com a mais elevada taxa de desempregados no distrito de Aveiro. Segundo entrevista ao Porto Canal em maio de 2016, Dr. Joaquim Pinto Moreira, Presidente da Câmara Municipal de Espinho afirma que os desempregados diminuíram de aproximadamente 3400 para 2800 desde 2011 e estima que venham a diminuir ainda mais com os licenciamentos aprovados dos investidores recentes na cidade. No final do ano, com os dados do INE (2016), verificamos que realmente os desempregados inscritos nos centros de emprego diminuíram em 672 indivíduos, o que se espera que continue.

Destacam-se as plataformas comerciais como geradoras de emprego e a diversificação da oferta de bens, por exemplo com a abertura, em 2016, dos hipermercados Pingo Doce, Continente Bom Dia e Lidl, a que se somou, em 2017, um restaurante da cadeia McDonald's. De facto, há muito que se fala em hipermercados, porém sempre foi existindo o entrave por parte do município de modo a salvaguardar o comércio tradicional tão marcante na cidade. Todavia, com um novo executivo, a pensar na criação de postos de trabalho, a abordagem alterou-se.

No sistema energético podemos destacar a iluminação LED, pois no ano de 2015 e progressivamente ao longo dos anos seguintes, numa iniciativa amiga do ambiente

passou pela substituição das iluminações das principais artérias viárias e pedonais da cidade por tecnologia LED, com uma redução de 65% da potência instalada e uma poupança de 50% de energia elétrica em iluminação pública.

Esta considerou-se “uma obra fundamental para a qualidade de vida da cidade, traduzida numa melhor iluminação, num excelente aproveitamento de recursos financeiros comunitários, melhorando o desempenho energético-ambiental” dando o contributo ainda para o Plano de Ação para a Promoção da Energia Sustentável no Norte de Portugal. (Espinho TV, 2015)

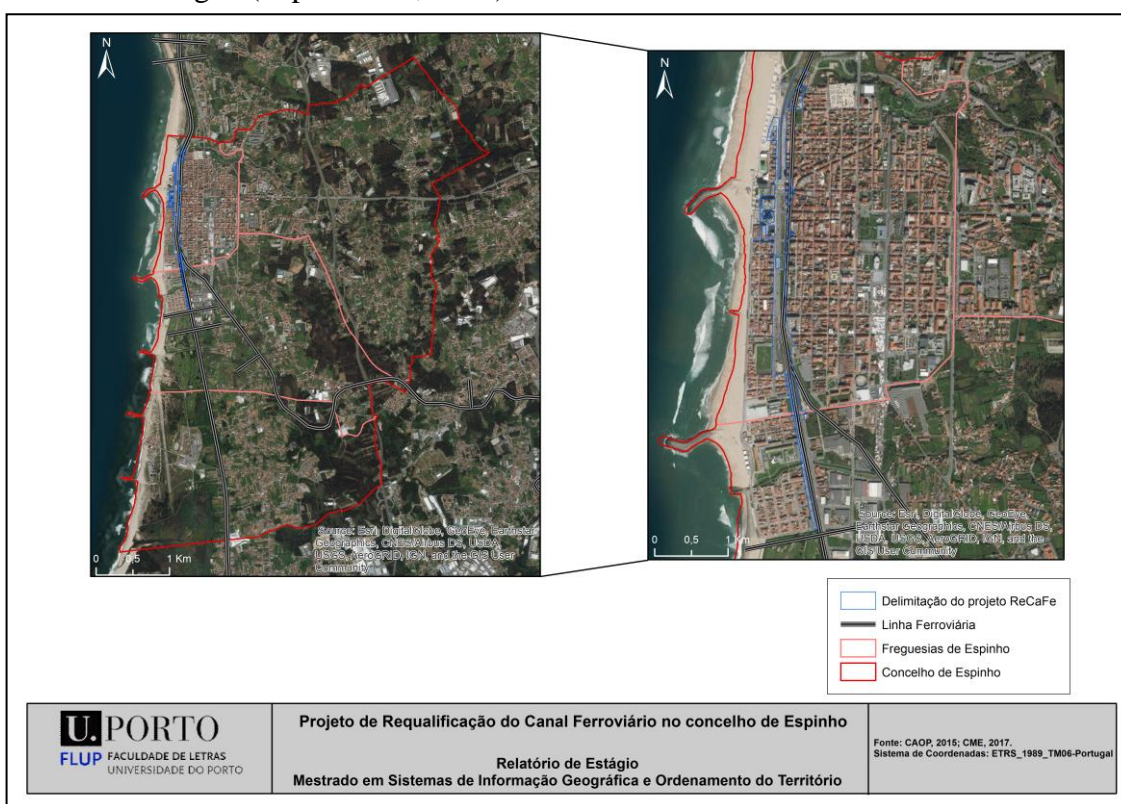


Figura 18 – Descrição territorial do projeto ReCaFe (Fonte: Elaboração Própria)

Na sequência do enterramento da linha de comboio, em outubro de 2017 iniciou-se o projeto de Requalificação do Canal Ferroviário de Espinho (ReCaFE) com final previsto para outubro de 2019 (Figura 18). Este tem como principais objetivos a organização dos fluxos viários e pedonais, a implementação de uma ciclovia com um panorama atlântico de modo a aumentar a rede clicável do concelho, a criação de locais de estadia e recreio onde os idosos ou as crianças possam passar o seu tempo de forma

lúdica perto do olhar dos progenitores, pretendendo-se também favorecer uma maior utilização do espaço, bem como fortalecer o comércio tradicional. (CME, 2017) As medidas pretendidas principais são: criação de passagens superiores e inferiores quer pedonais quer rodoviárias, reabilitação urbana e criação de lugares de estacionamento.

Ao mesmo tempo, a Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Litoral da Cidade de Espinho encontra-se em desenvolvimento, tendo por principais objetivos: incentivar a reabilitação dos edifícios degradados ou inadequados, melhorar as condições de habitabilidade, modernizar as infraestruturas urbanas, fomentar a revitalização urbana, requalificar os espaços verdes, urbanos e equipamentos de utilização coletiva, recuperar espaços obsoletos, melhorar a mobilidade e, tomar medidas destinadas à redução do ruído e das emissões de carbono, através do aumento da área de circulação pedonal em detrimento do trânsito automóvel, melhorando assim a qualidade do ar. (CME, 2016)

De modo a impulsionar os proprietários bem como os investidores exteriores a intervir nestas áreas da cidade são proporcionados alguns benefícios, em matéria de taxas administrativas e impostos municipais.

Segundo a CME (2018) há várias propostas para o ano corrente, atendo em vista a renovação da rede de abastecimento de água e saneamento, a construção do estádio municipal e o apoio à construção de um quartel de bombeiros que una as duas corporações. Pretende-se também proceder à reabilitação dos bairros sociais, reforçar o “cheque educação”, criar o “cheque natalidade” e apoiar o acesso à habitação pelos mais jovens.

Capítulo 5 – Indicadores de base territorial e sistemas de informação geográfica

5.1. Indicadores do sistema urbano; ambiental e relacional: 2011 VS 2016

No cotidiano, os indicadores têm sido utilizados por um conjunto de ciências diversificadas, o que tem levado à sua evolução e aumento da consistência, bem como alargamento temático. A partir destes é possível descrever um determinado fenómeno com base num conjunto de parâmetros, sendo ainda possível verificar em detalhe a evolução de uma ação sobre um dado território num dado período, como por exemplo, a implementação dum plano.

Seguindo a tendência, aquando do processo de revisão do PDM do Município de Espinho, foi estabelecido um conjunto de indicadores que tinha como intuito realizar a monitorização do plano, com os indicadores divididos por três sistemas e vários temas (Figura 19). A monitorização é um processo de extrema importância para a posterior realização do REOT, desde 2015 obrigatório, que torna pública a avaliação e monitorização do plano em vigência.



Figura 19 – Indicadores de Monitorização do PDM de 2016 (Fonte: CME)

Para a escolha dos indicadores de monitorização (Anexo 1) foram definidos a unidade de medida; as metas e objetivos, isto é, se o mais favorável para o território seria manter, aumentar, evoluir ou diminuir; a periodicidade de recolha de dados e as fontes da informação.

O ponto de partida do registo destes indicadores ocorreu em 2016 com a realização da revisão do PDM de 1994, todavia os dados utilizados foram os de 2011 visto que eram os únicos completos e disponíveis naquela data para observação e análise. Sendo assim, todos os dados de 2011 estavam recolhidos e era necessário procurar junto das fontes de informação os dados de 2016 e anos posteriores, de modo a recolher esses valores estatísticos para que num futuro próximo estejam disponíveis para executar uma avaliação completa do estado do ordenamento do território.

As dinâmicas demográficas estão diretamente relacionadas com a organização espacial da população, a qual irá determinar o crescimento económico do município, sendo o Instituto Nacional de Estatística a instituição de referência neste domínio. A ocupação do solo é também pertinente, tendo em atenção a estruturação da paisagem e usos no município, como por exemplo a localização das áreas de valor ambiental e equipamentos entre outros aspetos que interferem em diversos interesses, designadamente na mobilidade da população que desenvolve o seu quotidiano em Espinho.

Em relação ao sistema biofísico e ambiental dá-se atenção aos espaços verdes e à floresta, com benefícios a nível da saúde e aspetos socialmente favoráveis. O concelho dá ênfase ainda aos recursos hídricos e à linha de costa que para além de uma mais valia da cidade a nível ambiental estão associados à atração turística. Por fim, entre os temas deste sistema temos as infraestruturas básicas, os resíduos sólidos e a energia que se relacionam com o ambiente, mas sobretudo com a população residente e a sua qualidade de vida, designadamente no domínio da habitação e da sustentabilidade ambiental do concelho.

Por fim, é apresentado o sistema relacional, que considera o meio físico, a forma como as pessoas se deslocam dentro deste e a qualidade que este oferece. Este regista o

que realmente existe e o que foi intervencionado ao longo do tempo, de modo a melhorar a conectividade de todo o espaço do município e a mobilidade dos residentes e visitantes.

5.2. Avaliação dos indicadores

No processo de revisão do PDM são seleccionados quais os indicadores a utilizar, tendo como fim monitorizar o plano, devendo a escolha ser cuidadosa de modo a ser adequada às linhas orientadoras do plano. Contudo, se por um lado devem ser seleccionados os indicadores que realmente importam, por outro verifica-se que são poucos os dados que temos à nossa disposição, capazes de monitorizar e avaliar o plano.

	Temas dos Indicadores	Fonte	Custo	Dificuldade de acesso	Periodicidade	Fiabilidade
Sistema urbano	Dinâmicas demográficas	CME; INE.	Sem Custo	Média	Anual; Censos	Alta
	Estrutura económica	CME; INE; Turismo de Portugal.	Sem Custo	Média	Anual; Censos	Alta
	Dinâmicas urbanas	CME; INE.	Sem Custo	Média	Anual; Censos	Média
	Uso e ocupação do solo	CME; DRAPN.	Sem Custo	Alta	Variável	Baixa
	Património	CME	Sem Custo	Média	Variável	Alta
	Equipamentos	CME	Sem Custo	Baixa	Anual	Alta
	Segurança de pessoas e bens	CME; PSP.	Sem Custo	Baixa	Anual	Alta
Sistema biofísico e ambiental	Espaços verdes	CME	Sem Custo	Alta	Variável	Alta
	Floresta e biodiversidade	APA; CME; ICNF; PC.	Sem Custo	Média	Variável	Alta
	Recursos hídricos	APA; CME.	Sem Custo	Média	Anual	Alta
	Linha de costa	CME; DGT; APA.	Sem Custo	Alta	Variável	Média
	Infraestruturas básicas	CME.	Sem Custo	Alta	Anual	Média
	Resíduos sólidos urbanos	CME	Sem Custo	Baixa	Anual	Alta
	Energia	CME; DGEG; INE.	Sem Custo	Média	Anual	Alta
Sistema relacional	Rede viária	CME	Sem Custo	Alta	Anual	Média
	Mobilidade suave	CME	Sem Custo	Alta	Anual	Média
	Estacionamento	CME	Sem Custo	Alta	Variável	Média
	Transportes coletivos	CME; INE; IMT; PSP; REFER.	Sem Custo	Média	Anual	Alta

Tabela 6 – Avaliação de Indicadores (Fonte: CME)

Dando atenção aos indicadores delineados pela equipa técnica que realizou o PDM, podemos proceder à sua avaliação tomando em consideração aspetos como a fonte; o custo; a periodicidade; a fiabilidade e o acesso (Tabela 6).

A fonte, verifica-se que é variável perante a informação que pretendemos, pois, as entidades que os recolhem estes dados são distintas. A priori foi delineado um conjunto de fontes de informação dos dados de 2011 obtidos em 2016. Enquanto que *a posteriori* foi necessário introduzir modificações, de modo a obter as informações nos anos de 2017 e 2018. Nestes dois últimos anos a informação disponível pode ser obtida: no Instituto Nacional de Estatística (INE); na Câmara Municipal de Espinho; via PORDATA; nos Bombeiros de Espinho; na Agência Portuguesa do Ambiente (APA); na LIPOR; nas Energias de Portugal (EDP) e na Polícia Segurança Pública (PSP).

Na questão do custo, verificou-se que todas as informações obtidas até ao momento foram sem custos, não obstante deverem vir a ser pagas futuramente. A justificação para este facto são as parcerias desenvolvidas entre a CME e diversas entidades num conjunto de projetos, o que origina a dupla concretização dos objetivos de ambas, incluindo a facilidade na obtenção de informações por parte da CME.

A obtenção de dados contém diferentes tipos de dificuldade, pois por norma empresas maiores demoram mais tempo no fornecimento da informação enquanto que entidades menores têm contato direto e atuam de forma mais rápida.

Procura-se sempre encontrar algum elemento da empresa para contato direto que esteja enquadrado no contexto dos indicadores solicitados. Algo que é importante realçar é o trabalho de vectorização de uma grande quantidade de dados a partir dos quais se obtêm indicadores, porém não é um trabalho contínuo e está dependente de terceiros.

A periodicidade define-se como o intervalo de tempo que separa os dados, isto é, de quanto em quanto tempo as entidades originárias dos dados os produzem. Se observamos o INE esta apenas transmite uma grande parte dos indicadores nos censos, de 10 em 10 anos, pois as estatísticas anuais são por norma maioritariamente internas, apresentando aos municípios apenas uma pequena parte quando estes as solicitam. Em relação aos indicadores estabelecidos estes podem ter periodicidade anual, variável ou decenal.

Os dados anuais são por norma aqueles a que chegamos todos os anos os que se

medem mais facilmente, como o número de desempregos inscritos nos centros de emprego, por outro lado os classificados como variáveis apresentam-se quando o próprio município ou outra fonte informação os origina internamente por vectorização, levantamentos entre outras formas; por fim há instituições que só produzem de 10 em 10 anos.

Concluindo, em relação à avaliação dos indicadores, a sua fiabilidade é essencial, pois quando resultam de levantamento, vectorizações, estatísticas ou aproximações são menos fiáveis do que quando são obtidos os dados exatos que sabemos que correspondem diretamente à realidade. (Figura 20 e Anexo 2)

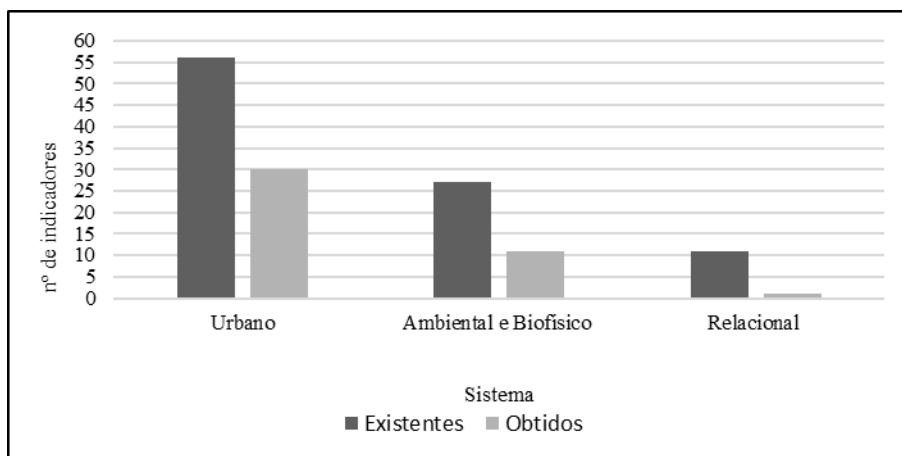


Figura 20 – Ponderação entre os indicadores de monitorização existentes e obtidos (Fonte: Elaboração Própria)

Tendo por base os 94 indicadores estabelecidos, apenas se conseguiram alcançar 42 como anuais e fiáveis, o que corresponde, a 45% do total. Dos três sistemas pelos quais os dados estão organizados, recolhemos 54% no urbano, 41% no biofísico e ambiental e 10% no relacional, sendo que o número de indicadores vai diminuindo ao longo destes três sistemas.

Considerando apenas a percentagem de indicadores obtidos, verificou-se que foram alcançadas as metas que estavam delineadas aquando da sua definição em 64% dos indicadores (Figura 21).

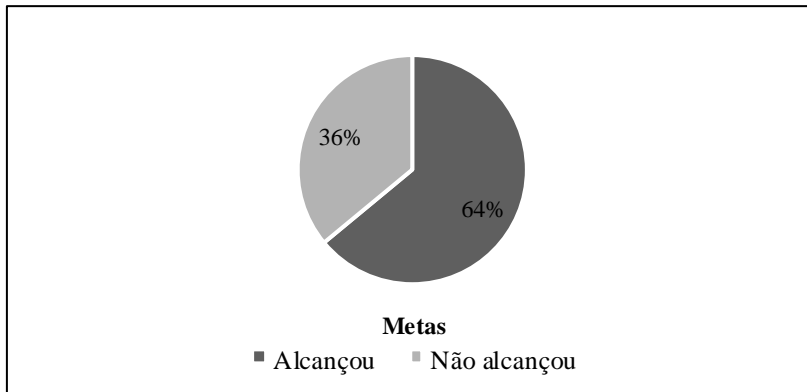


Figura 21 – Alcance das metas estabelecidas para os indicadores (Fonte: Elaboração Própria)

Para 2011 recolheram-se 69% dos dados, em 2016 45% e em 2017 apenas 4%. Isto faz com que não seja possível verificar a evolução ao longo dos anos dos indicadores apresentados apenas é conhecido numa grande parte o ponto de partida correspondente a 2011 (Figura 22).

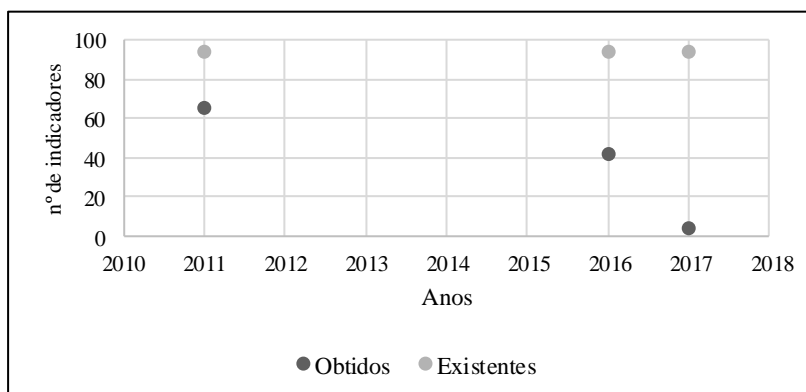


Figura 22 – Indicadores recolhidos por anos (Fonte: Elaboração Própria)

Por fim, procurou-se perceber a disponibilidade de dados por tema, de forma a ter-se a panorâmica apresentada quer em 2011 quer em 2016 (Figura 23 e 24). Quanto aos dados mais antigos, verificamos que existem seis temas em que se adquiriram todos os dados e dois em que nenhum foi recolhido na linha de costa e no estacionamento. A maioria restante situa-se acima do limiar dos 50%, estando muito próximo dos 100% em relação à estrutura económica, das dinâmicas urbanas, do património e da segurança de bens e pessoas.

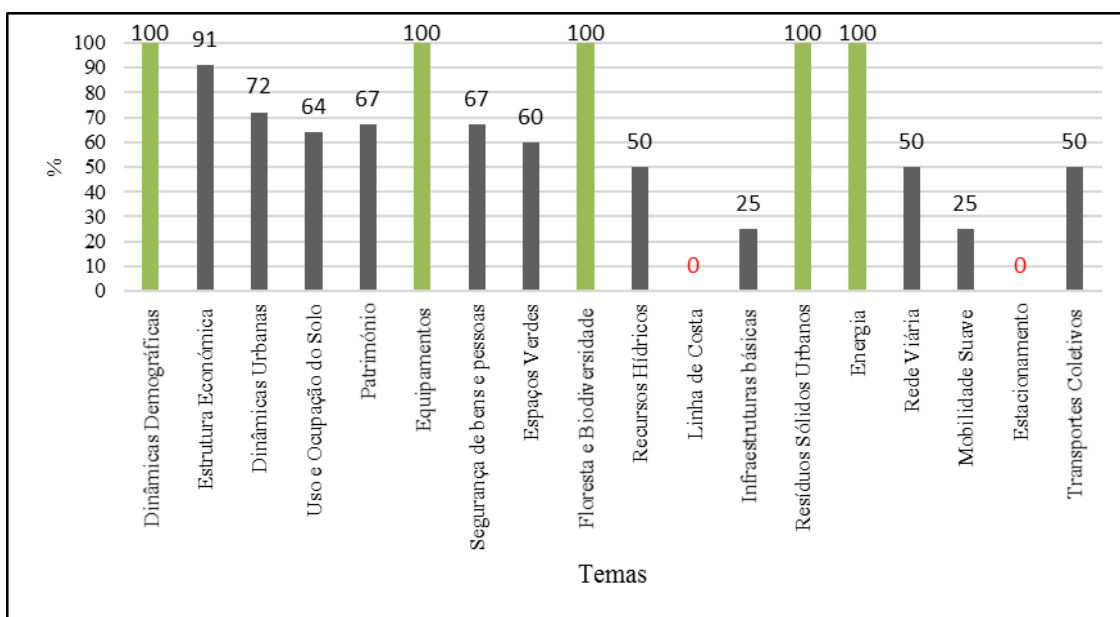


Figura 23 – Percentagem de dados recolhidos por tema em 2011 (Fonte: Elaboração Própria)

Na recolha dos dados mais recentes verificou-se que os Resíduos Sólidos Urbanos e a Energia se destacam com todos os dados recolhidos. Seguidos de oito temas com recolha superior a 50% da informação. As Dinâmicas Urbanas e os Transportes Coletivos detêm o menor valor com 33% e 35% respetivamente, além do mais problemático que são os seis temas representados com 0% de indicadores recolhidos.

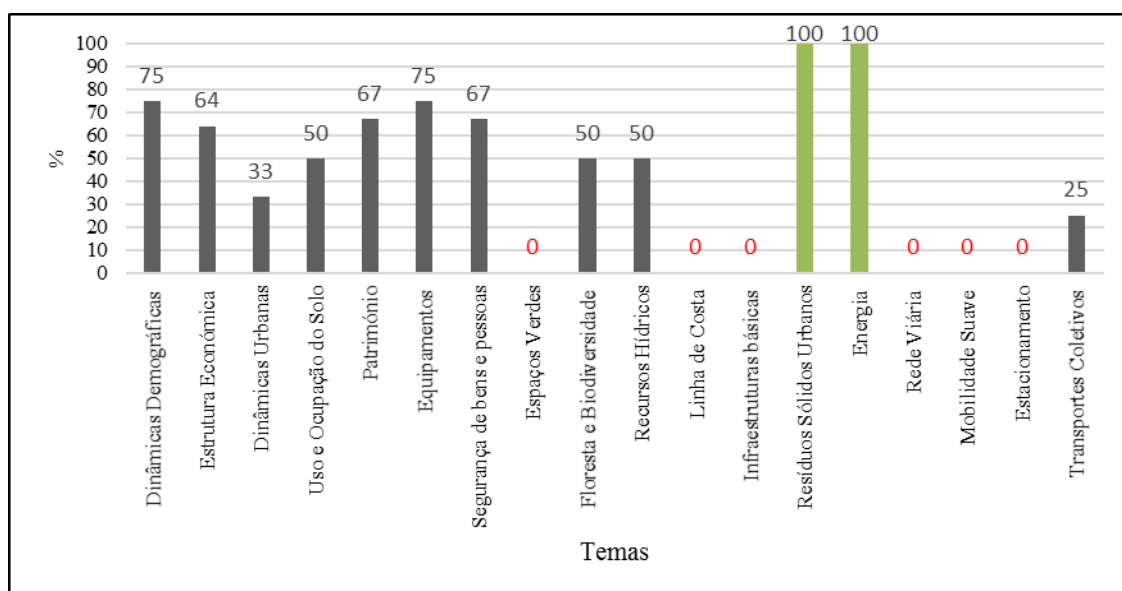


Figura 24 - Percentagem de dados recolhidos por tema em 2016 (Fonte: Elaboração Própria)

Concluindo, verificamos que os indicadores estabelecidos pela equipa técnica em 2016 eram aqueles que descreviam a realidade, porém o acesso aos dados ao longo dos anos tornou-se bastante escasso. Por isso, propõe-se uma revisão dos dados e uma redefinição da lista de indicadores, tomando como base as várias divisões da estrutura orgânica da CME, como o intuito de conseguir monitorizar o plano diretor municipal em vigor.

5.3. Plano de Financiamento

O financiamento é essencial na gestão de um município. É a partir deste que se estipulam os objetivos e as metas do urbanismo.

Diretrizes do Financiamento	2005	2006	2007	2008	2009
1. Educação	271.000,00	382.690,00	690.770,00	672.830,00	927.180,00
2. Património, Cultura e Ciência	303.250,00	441.160,00	958.290,00	697.310,00	724.720,00
3. Tempos Livres e Desporto	621.610,00	630.320,00	756.960,00	816.810,00	377.020,00
4. Ação Social	1.527.950,00	1.549.930,00	1.966.960,00	1.954.200,00	2.531.380,00
5. Habitação	-	-	-	-	-
6. Ordenamento do Território e Urbanismo	-	-	-	-	-
7. Ambiente	-	-	-	-	-
8. Saneamento Básico e Higiene Pública	305.170,00	279.600,00	396.870,00	400.798,00	639.320,00
9. Equipamento Rural e Urbano	-	-	-	-	-
10. Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público	1.201.820,00	1.222.090,00	870.690,00	806.352,00	742.180,00
11. Transportes e Comunicações	-	-	-	-	-
12. Requalificação de Áreas Urbanas	-	-	-	-	-
13. Administração dos Serviços Municipais	87.060,00	34.900,00	14.970,00	17.800,00	17.800,00
14. Delegação de Competências	527.550,00	205.550,00	205.550,00	205.550,00	597.300,00
Total	4.645.410,00	4.746.230,00	5.861.100,00	5.581.650,00	6.856.980,00

Tabela 7 – Financiamento em Espinho de 2005 a 2009 (Fonte: CME)

Este representa a capacidade mobilizadora da autarquia em conjunto com os agentes externos e com os programas de apoio a nível europeu, os quais constam no

Orçamento Municipal anualmente aprovado pela Assembleia Municipal e registado ao final do ano no que efetivamente se concretizou, em Relatório e Contas.

De forma prática, em matéria de ordenamento de território, são inventariadas as ações, com o respetivo valor, sendo efetuada posteriormente a programação. Por norma dá-se prioridade ao que se encontra mais deficitário na cidade.

Na primeira versão do plano plurianual as diretrizes do planeamento dividiam-se em catorze (Tabela 7). Desde 2005 a 2009 deu-se atenção aos pontos 1 a 4; 8; 10 e 13 a 14, o que corresponde a uma aposta voltada para as pessoas bem como para as suas necessidades do dia-a-dia. Ao longo destes cinco anos apesar das diretrizes se manterem o investimento foi crescendo em cerca de 2 milhões de euros.

No ano seguinte foi apresentada a segunda versão deste plano, influenciada pela mudança da estrutura camarária. Desta vez foram estabelecidos 5 eixos que se apresentavam diretamente interligados com os projetos desenvolvidos pela CME (Tabela 8).

O eixo 1 foi ao longo dos três anos em vigor aquele que deteve maior atenção (aqui avaliada em termos de puramente financeiros), seguido do eixo 4. Do ponto de vista do investimento total, os aumentos exponenciais dos valores orçamentados podem estar interligados com programas de fundo europeus de apoio aos eixos em questão.

Diretrizes do Financiamento	2010	2011	2012
Eixo 1. Política Social e Educação	6.762.890,00	13.986.931,00	23.781.832,74
Eixo 2. Emprego e Investimento	3.211.890,00	1.341.235,00	4.300.485,00
Eixo 3. Espaço Público e Ambiente	4.563.166,00	1.805,365,00	2.980.851,57
Eixo 4. Equipamentos e Eventos	5.236.682,00	2.001.280,00	5.551.824,70
Eixo 5. Descentralização e Proximidade	3.005.682,00	800.000,00	2.397.595,73
Total	22.830.310,00	19.874.820,00	38.810.119,43

Tabela 8 – Financiamento em Espinho de 2010 a 2012 (Fonte: CME)

A versão mais recente do plano plurianual de investimento surge em 2013 e vigora até ao presente. Esta surge com uma nova denominação de diretrizes divididas por funções (Figura 25), entre as quais se destacam com maior investimento são as funções sociais.

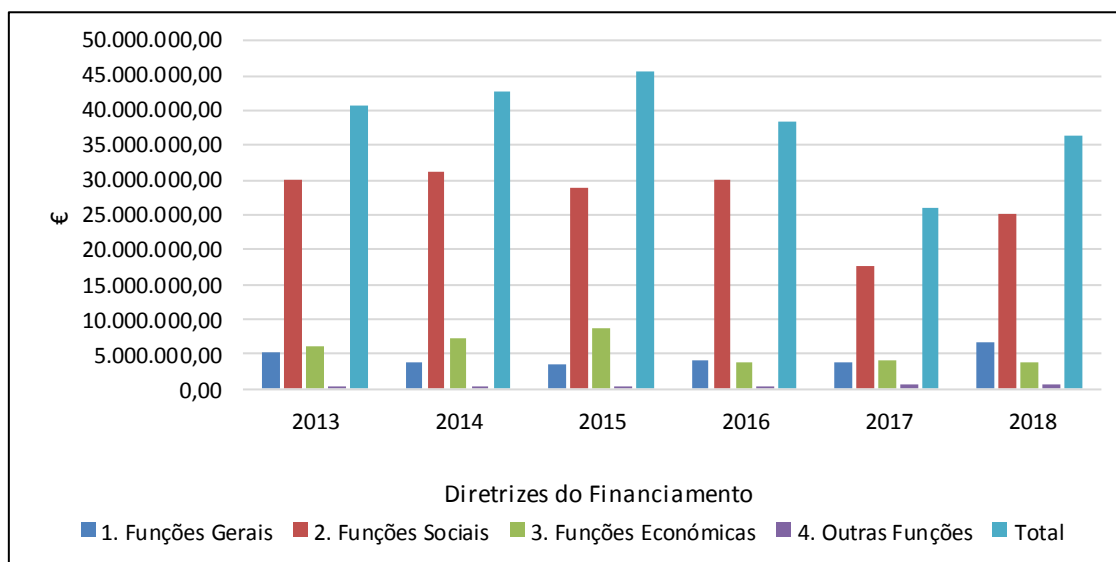


Figura 25 – Financiamento em Espinho de 2013 a 2018 (Fonte: CME)

Ainda no intervalo de anos anteriormente apresentado surgem como parte integrante da revisão do PDM realizada em 2016, o Relatório do Programa de Execução e o Plano de Avaliação, que definem para o prazo de vigor do PDM de 2016 cerca de 46 ações com algumas subdivisões em alguns casos, dando conta dos objetivos, dos parceiros da ação, da estimativa orçamental, bem como as prioridades de I a III da maior necessidade para a menor.

Se observamos o financiamento total ao longo dos 19 anos de estudo (Figura 26), verificamos que existiu uma clara evolução de 2005 a 2010, existindo uma quebra em 2011. Esta foi seguida de uma evolução positiva até 2015 com quebra em 2016 e 2017. Deste ano até ao presente verifica-se um aumento do financiamento.

Este planeamento orçamental juntamente com a questão dos indicadores deve ser avaliada de quatro em quatro anos com um REOT, porém a nível municipal existe necessidade de ser verificada anualmente, de modo, a estabelecermos ajustes aquilo que foi definido anteriormente.

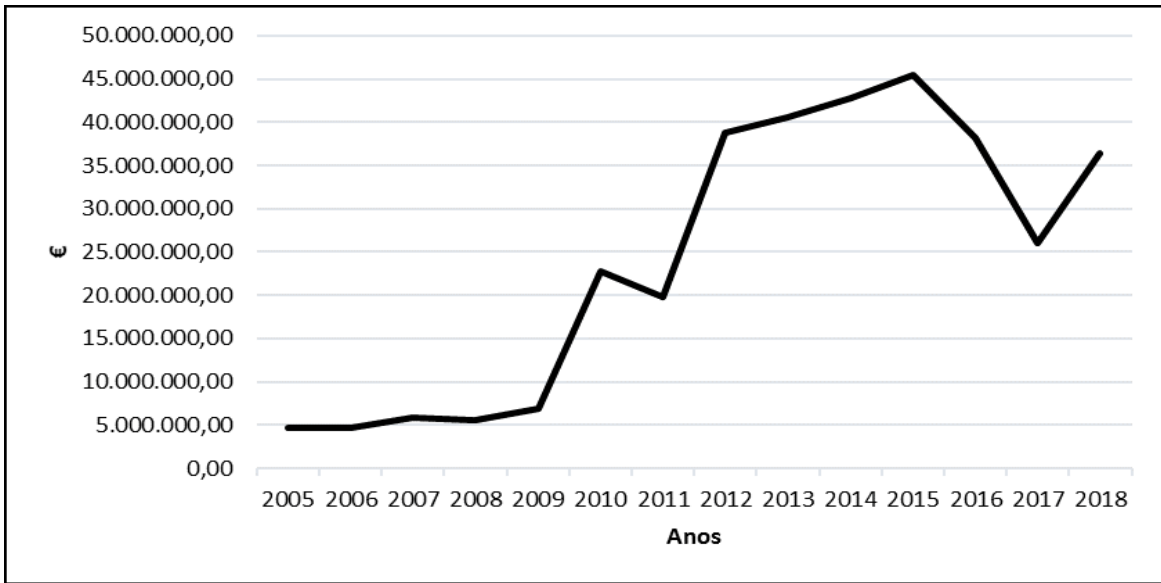


Figura 26 – Evolução do valor total de financiamento 2005 a 2018 (Fonte: CME)

Capítulo 6 – Proposta

6.1. Avaliação e monitorização: modelos e práticas

De modo a estabelecer uma proposta de avaliação e monitorização para o PDM de Espinho que seja o mais possível correta, completa e fiável considerou-se necessário explorar algumas formas de obter dados, diretos ou indiretos.

Primeiramente, foi analisado o índice para a obtenção de uma melhor vida estabelecido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), que é medido em 35 países a nível mundial.

O índice tem como principal objetivo perceber como se pode obter uma vida melhor com condições mais favoráveis nos seguintes contextos (Tabela 9): habitação; rendimento; emprego; comunidade; escolaridade; meio ambiente; civismo; saúde; satisfação pessoal; segurança e equilíbrio entre a vida e o trabalho (OCDE, 2018).

Moradia	Quartos por pessoa; Infraestruturas básicas; Gastos com a moradia.
Rendimento	Custo da renda; Nível financeiro familiar.
Emprego	Taxa de emprego; Taxa de desemprego a longo termo; Rendimentos pessoais; Segurança no emprego.
Comunidade	Qualidade da rede de apoio.
Escolaridade	Nível de escolaridade; Desempenho dos alunos; Anos de escolaridade.
Meio ambiente	Poluição da água; Qualidade do ar.
Civismo	Participação eleitoral; Participação legislativa.
Saúde	Expetativa de vida; Estado de saúde informada.
Satisfação Pessoal	Satisfação com a vida.
Segurança	Segurança à noite; Taxa de homicídios.
Equilíbrio vida-trabalho	Empregados com horários muito longos; Tempo dedicado ao lazer e cuidados pessoais.

Tabela 9 – Domínios do índice para uma vida melhor da OCDE (Fonte: OCDE)

De um modo geral importa refletir que os portugueses “estão menos satisfeitos em geral com vida com 5,1 o que se estabelece abaixo da média dos outros países que é de 6,5” (OCDE, 2018). Resumidamente, este índice retrata que “Portugal apresenta um bom desempenho em apenas algumas medidas de bem-estar em comparação com outros países no Índice para uma Vida Melhor. Portugal está acima da média nos quesitos moradia, equilíbrio vida-trabalho, segurança pessoal e qualidade do meio ambiente, porém está abaixo da média em renda e riqueza, condições de saúde, conexões sociais, engajamento cívico, educação e qualificações, bem-estar social e emprego e

rendimentos. Essas classificações baseiam-se em dados selecionados disponíveis.” (OCDE, 2018)

Posteriormente, foi analisado um modelo a nível da Europa, o *Urban Audit*, que se trata de uma investigação sistemática das atividades desenvolvidas a nível urbano, tal como o próprio nome retrata é uma auditoria efetuada na cidade. Este modelo foi calculado através de 336 variáveis que se recolheram pelo *Eurostat* e cobrem principalmente aspetos relacionados com a qualidade de vida urbana.

A informação foi representada em três distintas unidades espaciais: a cidade central, a zona urbana mais alargada e os distritos suburbanos.

Os indicadores estão divididos nos seguintes domínios: demografia; aspetos sociais; aspetos económicos; envolvimento cívico; formação e educação; ambiente; deslocação e transportes; sociedade da informação e cultura e lazer.

A escolha das cidades não foi aleatória pois era necessário refletir a situação geográfica específica de cada país e representar aproximadamente 20% da população nacional. Posteriormente foi criado o programa *Large City Audit*, que funcionava como um suplemento ao *Urban Audit* que veio representar cerca de 100.000 habitantes distribuídos pelos antigos 27 estados membros da União Europeia. (Fernandes e Maques, 2009:122)

No quotidiano, o projeto foi se adaptando à evolução do tempo elaborando uma base anual e uma recolha exaustiva de 4 em 4 anos, complementando ainda com a atualização do modelo para Áreas Urbanas Funcionais que vigora de 2015 a 2018 e instaurando perspetivas para a Europa no horizonte 2020 e que alargou o número de cidades portuguesas, que passaram a ser: Aveiro, Braga, Coimbra, Faro, Funchal, Guimarães, Lisboa, Ponta Delgada, Porto, Póvoa do Varzim, Viana do Castelo e Viseu. A nível da União Europeia os países com maior número de cidades são: Alemanha, Reino Unido, Itália, França e Espanha (Eurostat, 2018).

Alemanha	96	Eslováquia	8	Hungria	19	Países Baixos	36
Áustria	6	Eslovénia	2	Irlanda	5	Polónia	58
Bélgica	11	Espanha	80	Itália	85	Portugal	12
Bulgária	17	Estónia	3	Letónia	5	Reino Unido	87
Chipre	2	Finlândia	7	Lituânia	4	República Checa	15
Croácia	7	França	85	Luxemburgo	1	Roménia	35
Dinamarca	4	Grécia	9	Malta	1	Suécia	12

Tabela 10 – Lista do número de cidades representadas por país na Funcional Urban Areas 2015-2018 (Fonte: Eurostat)

Outro recurso são os indicadores indiretos ou subjetivos que se retratam como “apreciações, perceções, atitudes e valores que os indivíduos expressam baseando-se em experiências de vida pessoais relacionados com a satisfação com a vida ou as emoções” (Martins, 2011:92). De forma prática, são obtidos através de inquéritos ou entrevistas realizadas através de uma plataforma online ou de forma pessoal.

Existem outras possibilidades, como o sistema de monitorização das Câmaras Municipais de Lisboa, Maia e Porto. Além disso, a maioria das empresas recorre a dados públicos que estão presentes no INE ou no PORDATA, sendo também possível as instituições criarem-nos, como ocorre com os REOT de Vila Real e Valpaços, por exemplo, bem como com a primeira ARU em execução no município de Espinho.

6.2. Delineação de proposta

Depois de concluída a investigação e observação dos modelos praticados a nível internacional, nacional e municipal foi possível delinear um esboço de proposta (Figura 27) para Espinho.

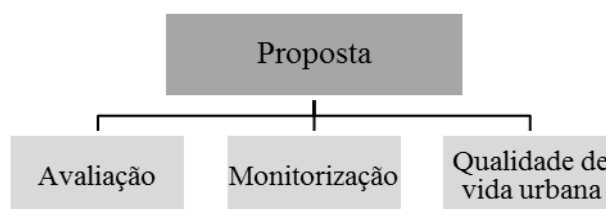


Figura 27 – Organização da proposta (Fonte: Elaboração Própria)

Relativamente à avaliação, a proposta para o caso do município de Espinho parte das metas que estarão descritas na Tabela 11, de modo a que aquando da realização do

primeiro REOT seja possível verificar se as diretrizes e tendências que o PDM de 2016 estabeleceu estão alcançadas e nesse momento manter ou modificar a estratégia. As metas da proposta foram delineadas seguindo as pretensões do PDM.

Sistema	Tema	Metas
Populacional e Económico	Dinâmicas Demográficas	Aumento da taxa de natalidade face à de mortalidade Aumento de 0,1% ano da população residente
	Segurança de pessoas e bens	Em 5 anos o número de crimes na cidade apresentar uma diminuição de 10%
	Estrutura económica	Diminuir a taxa de desemprego em 60%
	Qualidade de vida	Aumentar a satisfação dos residentes perante a sua qualidade de vida
Urbano	Dinâmicas urbanas	Aumentar o número de pedidos de legalização
	Uso e ocupação do solo	Diminuir a aprovação por ano das construções na RAN e REN
Biofísico e Ambiental	Floresta e biodiversidade	Aumentar em 10% o número de árvores no concelho
	Recursos hídricos	Implementar pelo menos um projeto de requalificação ou renaturalização das linhas de água
	Infraestruturas básicas	Diminuir 100 m ³ por ano as perdas no sistema concelhio de distribuição de água
	Resíduos sólidos urbanos	Aumentar a percentagem de reciclagem até aos 30%
	Energia	Aumentar até 3500 as luminárias LED no concelho
Relacional	Mobilidade Suave	Cumprimento das intervenções na rede viária que sejam I prioridade
	Transportes	Diminuir os acidentes ferroviários e rodoviários em 50%

Tabela 11 – Metas para avaliação do PDM de 2016 (Fonte: Elaboração Própria)

A figura do REOT no planeamento veio estabelecer um vínculo bastante interessante que se prende com o facto de ser possível alterar o que o PDM pretendia em prol de um melhor ordenamento do território ao longo dos anos da sua implementação. Isto é, com o exercício de efetuar a mensuração das metas que foram indiretamente estabelecidas, passa a ser possível perceber se a estratégia delineada está a ser benéfica ou não para o município, uma vez que muitos dos indicadores podem ser avaliados a cada ano que passa, após a entrada em vigor do plano.

O processo de escolha dos indicadores ideais para a monitorização foi complexo e inevitavelmente teve de se dividir em etapas trabalhosas e interdependentes. Inicialmente observei o conjunto de indicadores já estabelecidos aquando da realização do PDM pelos técnicos responsáveis (Anexo 1), os quais completei com todos os dados disponibilizados pelas entidades responsáveis e por outros que estão devidamente identificados no Anexo 2, processo moroso à dificuldade de acesso à informação de

diversas entidades (ver em anexo a tracejado aquilo que não se conseguiu obter).

Posteriormente, delineei em conjunto com os técnicos do departamento um conjunto de indicadores que se considerou serem os mais adequados e que conseguíamos obter maioritariamente os valores.

Após isto, foram marcadas reuniões com todas as divisões da CME que constituem a estrutura orgânica, de modo a verificar, acertar, ou modificar os indicadores pelos quais cada uma estava responsável, de modo a perceber se realmente existia facilidade em obtê-los. Isto porque cada divisão está encaminhada para um conjunto de indicadores específicos e têm facilidade em comunicar com entidades exteriores que por norma lhes fornecem os dados.

Desta forma, após todas as reuniões e debates, realizei o ajustamento dos indicadores (Anexo 3) e voltei a recolher todos os dados, desta vez estabelecendo mais contacto e troca de dados com a Câmara, mas também com as entidades exteriores. Concluída esta etapa obteve-se a tabela final de indicadores a utilizar no primeiro REOT do PDM de 2016 que está representada no Anexo 4. Existem alguns pormenores neste anexo, dos quais se deve destacar em relação aos dados de 2011, 2016 e 2017 que aparecem a cinza os que não se podem obter certos anos, ou começaram a ser medidos só a partir de 2016 ou 2017. A expressão “a estimar” refere-se aos que estão a ser medidos pelas entidades exteriores e “em construção” que correspondem a medições ou recolhas da CME. Por fim, em relação a metas, quando se marca a verde significa que foi alcançado o que era desejado, a vermelho o oposto e a cinza os casos em que não é possível verificar (antes do final do segundo trimestre de 2018) e, quando a meta aparece com um *, significa que foi avaliada em dois anos e que o terceiro está a ser apurado.

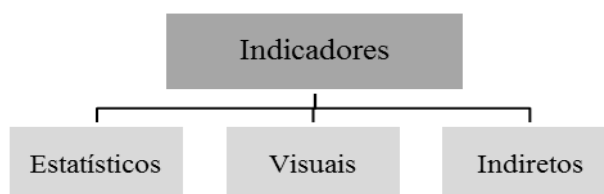


Figura 28 – Vertentes dos indicadores da proposta (Fonte: Elaboração Própria)

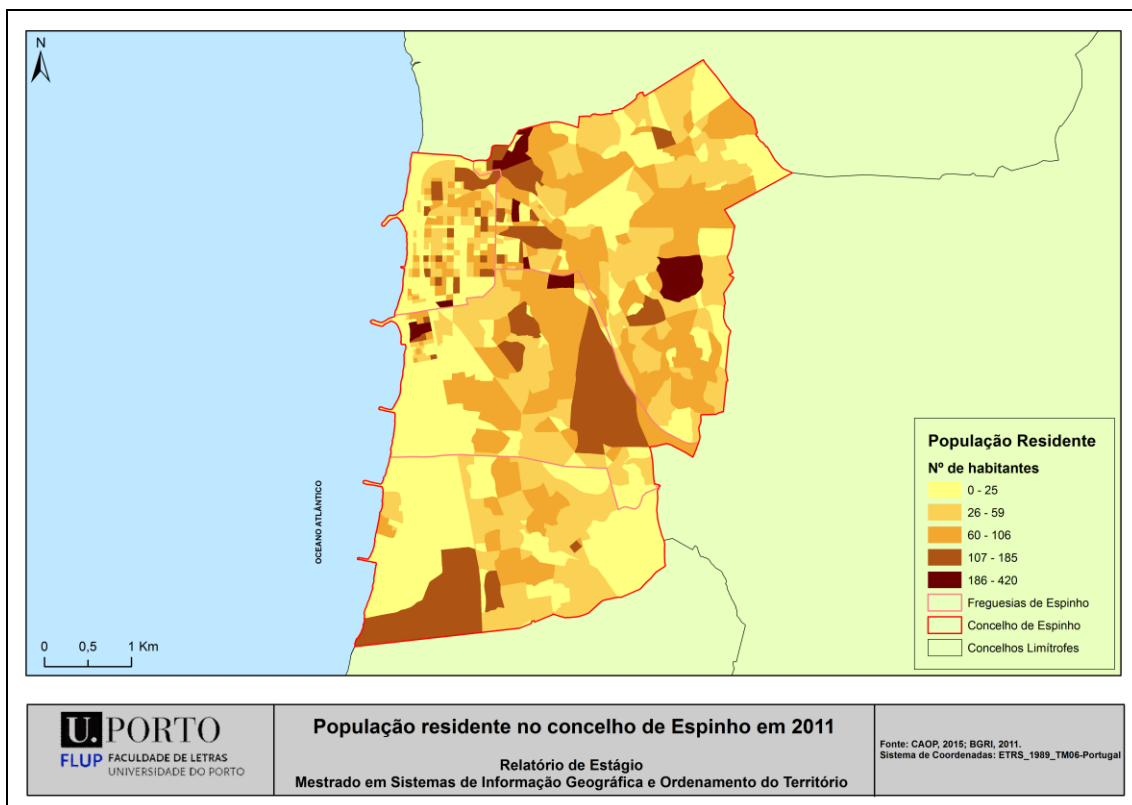


Figura 29 – População residente no concelho de Espinho (Fonte: INE)

Resumindo, a proposta idealizada para o Município de Espinho tem indicadores estabelecidos para três vertentes (Figura 28) que realizam a combinação de todos os fatores que se consideram como os mais importantes.

O primeiro grupo de indicadores reúne aqueles que caracterizam diversas dinâmicas existentes numa dada cidade. Estes são resultantes de operações de produção estatística através de recolha de dados direta. Como por exemplo (Figura 29) utilizou-se a recolha da população residente à subseção, de modo a representá-la pelo território de forma pormenorizada.

Os indicadores visuais estão associados à perceção que podemos observar aquando da representação de indicadores no solo. Como podemos ver na Figura 30, observamos a evolução que o espaço florestal está a ter na cidade, neste caso de diminuição.

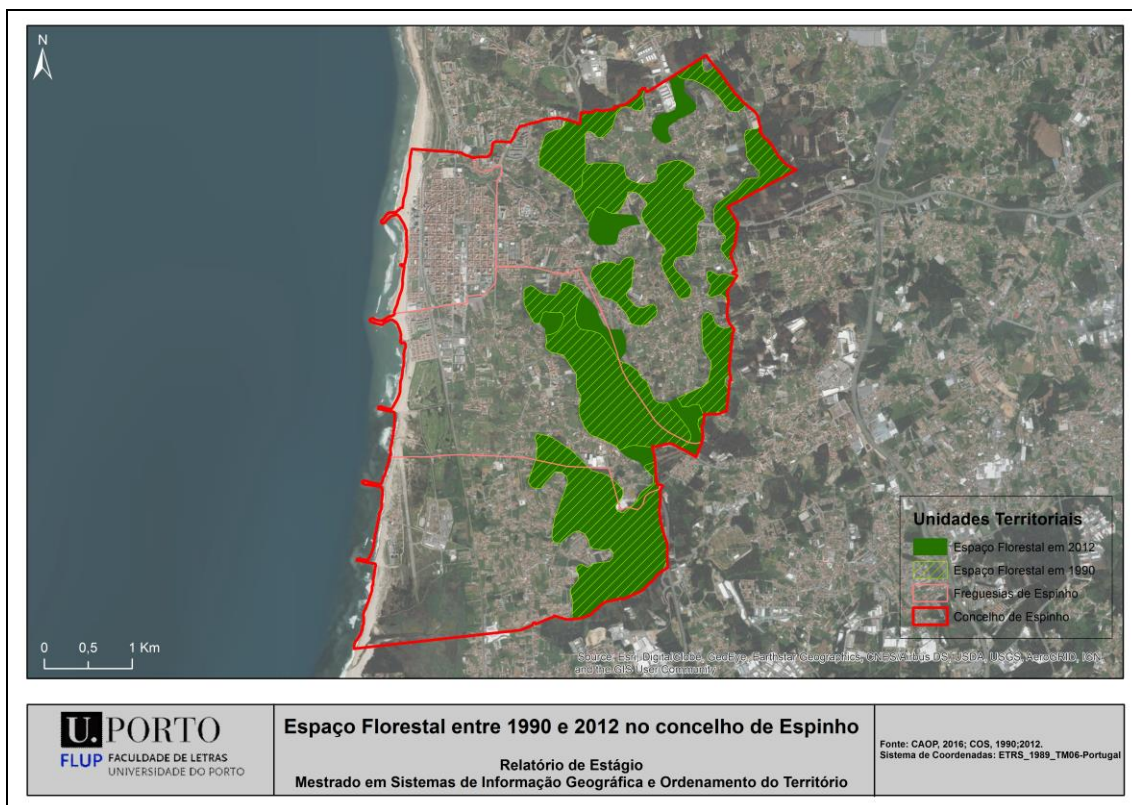


Figura 30 – Ocupação florestal em 1990 e 2012 (Fonte: Elaboração Própria)

O último grupo aborda os indicadores indiretos, aqueles que se obtêm geralmente através da opinião da população. Neste caso, os dados que delineeii fazem parte do Anexo 4, constituindo uma proposta ainda por implementar na CME e que estão ligados à qualidade de vida.

O inquérito está presente no Anexo 5, e a proposta é de o fazer chegar juntamente da fatura da água, permitindo a todos os titulares de contadores de água do município acedê-lo e assim obter uma outra aproximação da realidade que considere dados que o INE não contabiliza todos os anos, bem como avaliar a qualidade de vida urbana da população a partir da sua apreciação.

Um dos exemplos que caracteriza esta vertente da qualidade de vida urbana em Espinho é a evolução dos crimes, tratada na Figura 31, os quais, apesar de terem diminuído de 2011 para 2016, voltaram a aumentar em 2017 seguindo a tendência nacional.

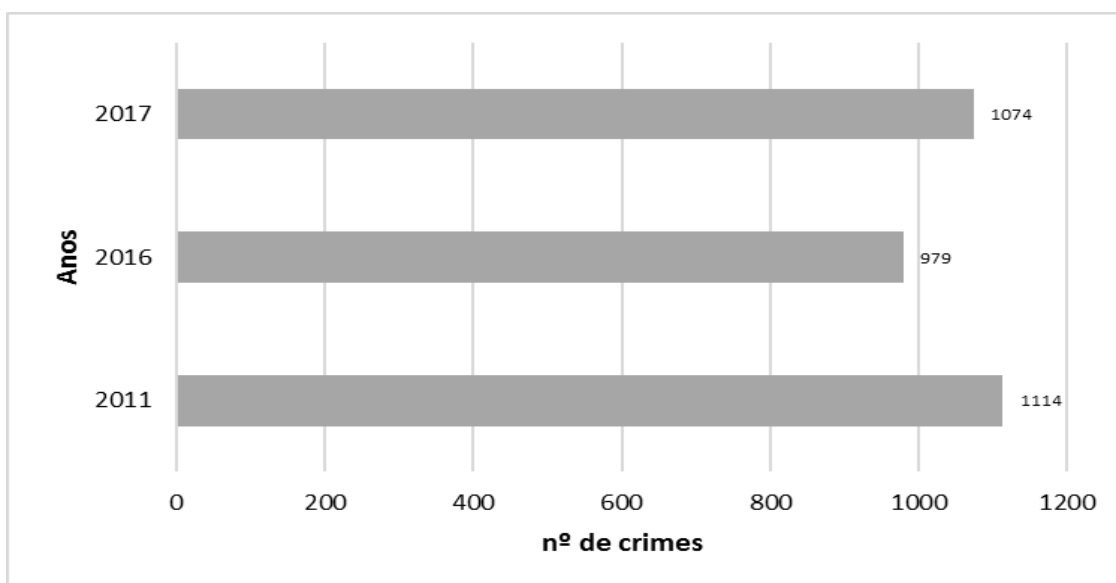


Figura 31 – Crimes dos anos em análise (Fonte: Elaboração Própria)

Globalmente, em relação ao que é proposto verifica-se que 43% dos novos indicadores delineados conseguem medir-se nos três anos analisados e 30% em pelo menos dois, permitindo a apreciação das metas em 73% dos 116 indicadores estabelecidos. Dos restantes 8% não é possível medir a evolução pois só existem valores para 2017, 16% são dependentes do inquérito que ainda não foi implementado e 3% são dados que todos os anos são calculados pelo INE não tendo sido ainda publicados os de 2017.

6.3. Contributo para uma avaliação e monitorização

A proposta apresentada possibilita a avaliação e monitorização do Plano Diretor Municipal de Espinho de 2016, sendo possível verificar a sua concretização e acompanhar a sua execução ao longo do tempo.

Desta forma, para além de se tornar um contributo para a entidade responsável pela execução e posterior adaptação, introduz-se em Espinho a preocupação com o cidadão que é parte fulcral do processo de planeamento através da inserção da vertente da qualidade de vida urbana por via da sua perceção por parte dos residentes. Desta forma é feito o apelo aos autarcas para uma posição mais sensível aos residentes do concelho e de forma a aprofundar todos os componentes do ordenamento do território.

Nos dias de hoje, verificamos que existe um claro divórcio entre o desenvolvimento e o ordenamento. Isto quer dizer, que na maioria dos casos a preocupação principal é desenvolver planos, sem especial consideração para o que não afeta o uso do solo. Pretende-se acompanhar com esta proposta a passagem do planeamento e ordenamento.

O ordenamento (e desenvolvimento) de um território está intrinsecamente relacionado com os objetivos de o fortalecer, todavia aborda ainda o conhecimento dos territórios e das comunidades para e além das condições de vida da população face ao que hoje se preconiza a nível da qualidade de vida urbana (IGP, 2005, 205) e que inclui infraestruturas básicas, as redes de transportes, mas sobretudo a satisfação dos munícipes perante a vida.

Outro dos elementos de conclusão é que se observa no território a inexistência de ênfase dado à população ou à forma de como esta se sente. Porém, é importante realçar que na ausência da qualidade de vida urbana dos cidadãos residentes também não existe desenvolvimento eficaz do território, pois os indivíduos são parte integrante na cidade e devem ser tomados como essenciais no momento da delimitação do planeamento de um dado território.

Aprofundando um pouco esta conclusão, a qualidade de vida contribui para o desenvolvimento das cidades, pelo que facilmente denotamos que os países desenvolvidos com boas condições de vida se preocupam sobretudo com a qualidade de vida, deixando para último plano a ideia de crescimento urbano. Consoante o explicitado anteriormente, para que o planeamento no município de Espinho (ou noutro), só consegue ser eficaz se conjugar os conceitos de ordenamento, desenvolvimento e qualidade de vida



Figura 32 – Para uma melhor cidade (Fonte: Elaboração Própria)

(Figura 32). Podemos afirmar que não será fácil a mudança de paradigma porém em breve com o primeiro REOT já se podem alterar algumas diretrizes de forma a tornar o planeamento no concelho de estudo mais adequado e amplamente eficaz.

Concluído, esta proposta pretende ser um contributo para a avaliação e monitorização do PDM vigente no município de Espinho, de modo a fazer uma cidade melhor, porque ordenada é mais adequada para os cidadãos.

Conclusão

O estágio curricular desenvolvido neste segundo ano do mestrado foi positivo na medida em que para além de enriquecedor a nível pessoal, com o primeiro contato com o mundo do trabalho foi-o ainda a nível académico visto que consegui utilizar muitos dos meus conhecimentos, adquiridos ao longo desta formação de cinco anos e adaptá-los no âmbito profissional tornando-os ainda mais completos. Deste modo, fez com que houvesse o discernimento e filtragem na adaptação da teoria à prática, com casos ocorridos diariamente na instituição.

A CME e em particular a DPPE facilitaram esta conjugação de conhecimentos visto que detém uma equipa multidisciplinar que me auxiliou no meu trabalho de investigação e o tornou mais completo. O presente relatório explicita o trabalho desenvolvido no âmbito das propostas e perspetivas recentes que no quotidiano interpelam a cidade para um período de reabilitação e renascimento do dinamismo demográfico, socioeconómico e político-administrativo do município.

Os objetivos traçados foram cumpridos, ultrapassando-se etapas de modo a estabelecer-se a lista final de indicadores de monitorização para o próximo REOT, pois numa cidade com novas dinâmicas torna-se imprescindível a existência de indicadores, de modo a ser possível efetuar-se a avaliação do estado do ordenamento do território, a cada ano que passa, após a aprovação do plano.

Numa perspetiva futura é indispensável a recolha anual destes dados, a sua adaptação mediante o surgimento de novas visões e diferentes objetivos para Espinho, bem como ajustes nas diretrizes do plano vigente. Isto é, para que se prossiga ao longo do tempo o desenvolvimento do município de Espinho, de forma planeada e ordenada, tomando em atenção todos os fatores necessariamente importantes no contexto.

A nível nacional, europeu e internacional constata-se uma grande preocupação com estas dinâmicas territoriais, incluindo com os indicadores necessários para se medir as evoluções ocorridas. Através destes é possível observar uma evolução dinâmica algo que não ocorria anteriormente, de todos os programas, planos e projetos.

Referências bibliográficas

- Baroni, Margaret (1992) - “Ambiguidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável”, Revista de Administração de empresas 32(2): 14-24, São Paulo.
- Câmara Municipal de Espinho (1994) – “Relatório do Plano Diretor Municipal de Espinho”, janeiro de 1994.
- Câmara Municipal de Espinho (2016) – “Relatório do Plano Diretor Municipal de Espinho”, Divisão de Planeamento e Projetos Estratégicos, junho de 2016. Acedido em 18 de novembro de 2017. Disponível em www.cm-espinho.pt.
- Câmara Municipal de Espinho (2017) – “Competências Orgânicas das Divisões da CME”. Acedido em 28 de abril de 2018. Disponível em www.cm-espinho.pt.
- Câmara Municipal de Espinho (2017) – “Projeto de Requalificação do Canal Ferroviário de Espinho”. Acedido em 19 de dezembro de 2017. Disponível em www.recafe.pt/sobre.php.
- Câmara Municipal de Espinho (2018) – “Orçamento Municipal para 2018”. Acedido em 12 de janeiro de 2018. Disponível em www.cm-espinho.pt.
- Câmara Municipal de Lisboa (2012) – “Resumo não técnico”, Direção Municipal de Ambiente Urbano, Departamento de Ambiente e Espaços Verdes, Divisão do Controlo Ambiental. Acedido em 7 de novembro de 2017. Disponível em www.cm-lisboa.pt.
- Câmara Municipal de Lisboa (2013) – “Plano Diretor Municipal de Lisboa, distinguido internacionalmente”, Lisboa. Acedido em 7 de novembro de 2017. Disponível em www.cm-lisboa.pt.
- Campos, Vítor; Ferrão, João (2015) – “O ordenamento do território em Portugal: uma perspetiva genealógica”, Working Papers 1, Instituto de Ciências Sociais, Laboratório Associado. Acedido em 15 de novembro de 2017. Disponível em http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/20716/1/ICS_JFerrao_Ordenamento_WP

N.pdf.

Cardoso, Isabel (2011) – “Análise comparativa das Leis de Solos de Países Europeus”, Estudo de enquadramento para a preparação da nova Lei do solo, Documento Técnico, DGOTDU.

Carvalho, Jorge (2000) – “Sistema de Planeamento Municipal”, Gestão Autárquica 4:40, Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos.

Castro, José (2003) – “Segunda geração, que há de novo?”, Revista de Poder Local, 143:50-53

Comissão Europeia (1999) – “Programa socioeconómico de avaliação”. Luxemburgo.

Condensa, Beatriz; Lopes, José (2012) – “Indicadores de Monitorização de Planos Municipais de Ordenamento do Território”, Gestão Integrada de Territórios Intermunicipais, Sétimas Jornadas de Gestão do Território.

Costa, Eduarda (2011) – “Monitorização e avaliação das políticas. Contribuição metodológica baseada num estudo de caso português”, Universidade de Valência.

Cravinho, António (2010) – “Génese da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo”, Livro de Atas Os dez anos da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo, Génese e evolução do sistema de gestão territorial.

Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (1983) – “Carta Europeia do Ordenamento do Território”. Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território. Lisboa.

Direção Geral do Território (1990) – “Ordenamento do Território”. Acedido em 6 de novembro de 2017. Disponível em www.dgterritorio.pt.

Direção Geral do Território (2013) – “Sistema Nacional de Informação Territorial”, Enquadramento e Evolução. Objetivos e Destinatários. Disponível em www.dgterritorio.pt atualizado a 2013 e 2016 respetivamente.

Direção Geral do Território (2015) – “Sistema nacional de informação territorial:

presente e futuro”. Lisboa. Acedido em 7 de novembro de 2017. Disponível em www.dgterritorio.pt

Espinho TV (2015) – “Eficiência Energética na iluminação pública do concelho de Espinho”, novembro, Espinho.

Fernandes, José; Sá Marques, Teresa (2009) – “Plano de Ação Cidades e Urbanismo”, Agenda Regional Cidades e Urbanismo, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.

Fernandes, José; Trigal, Lourenzo; Sposito, Eliseu (2016) – “Dicionário de Geografia Aplicada”, Terminologia de análises, do planeamento e da gestão do território, Porto Editora.

Fernandes, Mário (2010) – “Brevíssima síntese, cronológica, da legislação portuguesa sobre o urbanismo e ordenamento do território (1836-2010).”, Documento de apoio ao ensino, Departamento de Geografia, FLUP.

Gabinete de estatística da União Europeia (2018) – “Functional Urban Areas 2015-2018”. Acedido em 20 de março de 2018. Disponível em ec.europa.eu/.

Gabinete de estatística da União Europeia (2018) – “Urban Audit 2001-2014”. Acedido em 20 de março de 2018. Disponível em ec.europa.eu/.

Gaspar, Jorge (1995) – “Conceito de Ordenamento do Território”, Cidades e Urbanismo 5:165-172, Polígonos.

Gonçalves, Cidália (2010) – “Definição dos objetivos de desenvolvimento estratégico no contexto da revisão de um Plano Diretor Municipal. Caso Alfândega da Fé”, Tese de Mestrado, Mestrado em Gestão do Território e Urbanismo, IGOT.

Gonçalves, João (2011) – “PDM do século XXI”, Cadernos Curso de Doutoramento em Geografia: 10-30, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9127.pdf>.

Instituto Geográfico Português (2005) – “Altas de Portugal”. Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística – Acedido em 30 de novembro de 2017. Disponível em

www.ine.pt

- Lopes, José (2011) – “Indicadores de Monitorização de Planos Municipais de Ordenamento do Território”, Tese de Mestrado, Mestrado em Engenharia do Território, Instituto Superior Técnico de Lisboa.
- Lúcio, José & Rosa, Gonçalo (2015) – “A terceira vaga dos PDM’S e as questões estratégicas”. Universidade Nova de Lisboa, Departamento de Geografia e Planeamento, Arquitetura e Engenharia, Lda. Lisboa.
- Martins, Isabel (2011) – “Os territórios da qualidade de vida no Porto – uma avaliação das disparidades intraurbanas”, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2018) – “Better Life Index”. Acedido em 20 de março de 2018. Disponível em www.oecdbetterlifeindex.org/pt/.
- Pinho, Paulo; Oliveira, Vítor (2010) – “A avaliação do planeamento físico municipal”, Encontro Nacional de avaliação das políticas de ordenamento do território e urbanismo, CITTA & FEUP, Lisboa.
- Porto Canal (2016) – “Desemprego no concelho de Espinho diminui 50% em quatro anos”, maio, Espinho.
- Ramos, Luís (2007) – “Instrumentos de gestão territorial de nível nacional e regional e a próxima geração dos Planos Diretores Municipais”, XXVII Colóquio Nacional da ATAM, Albufeira, 24-27 de outubro.
- Silva, Jorge & Landeiro, Clara & Gonçalves, Jorge & Soares, Rita & Cambra, Paulo (2009) – “Métodos e Técnicas para o Desenvolvimento Urbano Sustentável – A experiência dos projetos Polis”. Participação Pública e Monitorização de Planos e Projetos, Lisboa, ParqueExpo, pp. 139-172.
- Silva, Jorge (2002) – “Avaliação de Planos e Monitorização – A avaliação da conformidade. Objetivos – Resultados do PDM”, Revista Sociedade e Território 34:124-142, Edições Afrontamento, Porto.

Legislação

Aviso nº 23499/2011 – Diário da República nº232/2011, Série II de 05/12/2011.

Acedido em 22 de novembro de 2017. Disponível em www.dre.pt e www.cm-espinho.pt

Aviso nº 604/2012 – Diário da República nº10/2012, Série II de 13/01/2012. Acedido em 22 de novembro de 2017. Disponível em www.dre.pt e www.cm-espinho.pt

Decreto de Lei nº208/82 – Diário da República nº119/82, Série I de 26/05/1982. Acedido em 27 de setembro de 2017. Disponível em www.dre.pt

Decreto de Lei nº 29/88 – Diário da República nº28/88, Série I de 03/03/1988. Acedido a 22 de novembro de 2017. Disponível em www.dre.pt

Decreto de Lei nº69/90 – Diário da República nº51/90, Série I-A de 02/03/1990. Acedido em 6 de novembro de 2017. Disponível em www.dre.pt

Decreto de Lei nº211/92 – Diário da República nº232/92, Série I-A de 08/10/1992. Acedido em 2 de novembro de 2017. Disponível em www.dre.pt

Decreto de Lei nº 155/97 – Diário da República nº143/97, Série I-A de 24/06/1997. Acedido em 27 de setembro de 2017. Disponível em www.dre.pt

Decreto de Lei nº 288/97 – Diário da República nº245/97, Série I-A de 22/10/1997. Acedido em 22 de novembro de 2017. Disponível em www.dre.pt

Decreto de Lei nº380/99 – Diário da República nº222/99, Série I-A de 22/09/1999. Acedido em 6 de novembro de 2017. Disponível em www.dre.pt

Decreto de Lei nº53/2000 – Diário da República nº83/2000, Série I-A de 07/04/2000. Acedido em 6 de novembro de 2017. Disponível em www.dre.pt

Decreto de Lei nº310/2003 – Diário da República nº284/2003, Série I-A de 10/12/2003. Acedido em 2 de novembro de 2017. Disponível em www.dre.pt

Decreto de Lei nº54/2007 – Diário da República nº50/2007, Série I de 12/03/2007. Acedido em 6 de novembro de 2017. Disponível em www.dre.pt

Decreto de Lei nº316/2007 – Diário da República nº 181/2007, Série I de 19/09/2007.

Acedido em 2 de novembro de 2017. Disponível em www.dre.pt

Decreto de Lei nº46/2009 – Diário da República nº36/2009, Série I de 20/02/2009.
Acedido em 6 de novembro de 2017. Disponível em www.dre.pt

Decreto de Lei nº181/2009 – Diário da República nº152/2009, Série I de 07/08/2009.
Acedido em 27 de setembro de 2017. Disponível em www.dre.pt

Decreto de Lei nº2/2011 – Diário da República nº4/2011, Série I de 06/01/2011.
Acedido em 27 de setembro de 2017. Disponível em www.dre.pt

Decreto de Lei nº66/2015 – Diário da República nº83/2015, Série I de 29/04/2015.
Acedido em 22 de novembro de 2017. Disponível em www.dre.pt

Decreto de Lei nº80/2015 – Diário da República nº93/2015, Série I de 14/05/2015.
Acedido em 6 de novembro de 2017. Disponível em www.dre.pt

Lei nº79/77 – Diário da República nº247/77, Série I de 25/10/1977. Acedido em 6 de novembro de 2017. Disponível em www.dre.pt

Lei nº48/98 – Diário da República nº56/98, Série I de 07/03/1998. Acedido em 6 de novembro de 2017. Disponível em www.dre.pt

Lei nº58/2005 – Diário da República nº249/2005, Série I de 29/12/2005. Acedido em 6 de novembro de 2017. Disponível em www.dre.pt

Lei nº56/2007 – Diário da República nº168/2007, Série I de 31/08/2007. Acedido em 6 de novembro de 2017. Disponível em www.dre.pt

Lei nº31/2014 – Diário da República nº104/2014, Série I de 30/05/2014. Acedido em 6 de novembro de 2017. Disponível em www.dre.pt

Lei nº74/2017 – Diário da República nº157/2017, Série I de 16/08/2017. Acedido em 6 de novembro de 2017. Disponível em www.dre.pt

Resolução de Concelho de Ministros nº36/94 – Diário da República nº177/94, Série I-B de 20/05/1994. Acedido em 22 de novembro de 2017. Disponível em www.dre.pt

Anexos

Anexo 1

Sistema	Tema	Indicadores	Unidade	Metas	Periodicidade	Responsabilidade	Fonte
URBANO	Dinâmicas Demográficas	População concelhia e população residente na cidade de Espinho	nº	Manter/Aumentar	Anual	SPE	INE/CME
		Famílias residentes	nº	Manter/Aumentar	Anual	SPE	INE/CME
		Densidade populacional	Hab./Km ²	Manter/Aumentar	Anual	SPE	INE/CME
		Índice de envelhecimento	%	Manter/Diminuir	Anual	SPE	INE/CME
	Estrutura Económica	População residente ativa	%	Aumentar	Anual	SPE	INE/CME
		População residente por nível de escolaridade mais elevado completo	nº	Evolução	Anual	SPE	PORDATA
		Taxa de desemprego	%	Diminuir	Anual	SPE	INE/CME
		Desempregados inscritos no IIEFP	nº	Diminuir	Anual	SPE	PORDATA
		População empregada por setor de atividade	nº	Evolução	Anual	SPE	INE/CME
		Empresas com sede no Município	nº	Aumentar	Triannual	SPE	PORDATA
		Identificação e registo dos setores das atividades económicas	nº	Evolução	Triannual	SPE	INE/CME
		Balanço do nº, sector e tipo de postos de trabalho	nº	Evolução	Anual	SPE	INE/CME
		Pessoal ao serviço por empresa	nº	Evolução	Triannual	SPE	PORDATA
		Capacidade de alojamento dos estabelecimentos turísticos (nº de camas)	nº	Evolução	Anual	DGAFT-Turismo	INE/CME/ Turismo de Portugal
		Estada média em estabelecimentos turísticos (dias)	nº	Aumentar	Anual	DGAFT-Turismo	INE/CME/ Turismo de Portugal
	Dinâmicas Urbanas	Nº de edifícios clássicos	nº	Evolução	Anual	SPE	INE/CME
		Nº de fogos por edifício	nº	Evolução	Anual	SPE	INE/CME
		Nº de fogos vagos	nº	Diminuir	Anual	SPE	INE/CME
		Acessibilidade aos edifícios	%	Aumentar	Anual	SPE	INE/CME

URBANO

Dinâmicas Urbanas	Estacionamentos ou garagens por alojamentos	n°	Evolução	Anual	SPE	INE/CME
	Edifícios por época de construção	n°	Evolução	Anual	SPE	INE/CME
	Estado de conservação e reabilitação da habitação	Qualitativa	Evolução	Anual	SPE	INE/CME
	N° de edifícios em risco	n°	Diminuir	Anual	SPE/SPCM	CME
	Alojamentos familiares clássicos de residência habitual por tipo de ocupação / proprietário	n°	Evolução	Anual	SPE	INE/CME
	Edifícios licenciados segundo o tipo de obra	n°	Evolução	Anual	DOPL	INE/CME
	Operações urbanísticas no solo rústico	n°	Evolução/Diminuir	Anual	DOM	CME
	Reabilitação do edificado de habitação social	n°	Aumentar	Triannual	DOM/SASIS	CME
	Fundos comunitários destinados ao parque de habitação social	€	Aumentar	Triannual	SASIS/GEP-Fernanda	CME
	Reabilitação de fogos de habitação social	n°	Aumentar	Triannual	DOM/DASIS	CME
	Reabilitação de equipamentos de perfil social	n°	Aumentar	Triannual	DOM/DASIS	CME
	Construções ilegais	n°	Diminuir	Anual	SPE	CME
	% construções de génese ilegal nas construções totais	%	Diminuir e Anular	Anual	SPE	CME
Uso e Ocupação do solo	% de solos vagos nos Espaços Centrais Nível I – Cidade de Espinho	%	Diminuir	Anual	SPE	CME
	% de solos vagos nos Espaços Habitacionais	%	Diminuir	Anual	SPE	CME
	Área afeta a novas construções	m²	Aumentar	Anual	SPE	CME
	% das áreas construídas nas Áreas Centrais Complementares	%	Aumentar	Anual	SPE	CME
	Área afeta a novas construções em Espaços Urbanos de Baixa Densidade	m²	Evolução	Anual	SPE	CME
	Taxa de ocupação efetiva dos espaços de atividades económicas	%	Aumentar	Anual	SPE	CME
	Taxa de ocupação em áreas florestais e agrícolas	%	Evolução/Diminuir	Anual	SPE	CME
	Área de espaço público (re)qualificado	m²	Aumentar	Anual	SPE/DOM	CME
	Área de intervenções efetuadas no espaço público	m²	Aumentar	Anual	SPE/DOM	CME
	% do peso bruto do solo urbano no concelho	%	Evolução	Anual	SPE	CME
	Construções em RAN e REN	n°	Diminuir	Anual	SPE	CME

URBANO	Uso e Ocupação do solo	Áreas de RAN e REN com autorização para utilização para outros fins	m ²	Manter/Diminuir	Anual	SPE	CME	
		Evolução da área total afeta à RAN de facto agricultada	%	Evolução	Bianual	SPE	CME	
		Nº de construções em leito de cheia	nº	Diminuir	Anual	SPE	CME	
	Património	Imóveis do património cultural inventariado e classificado	nº	Evolução	Anual	SPE	CME	
		Imóveis inventariados objeto de reabilitação e conservação	nº	Aumentar	Anual	SPE	CME	
		Ações de divulgação do património imaterial	nº	Manter/Aumentar	Anual	DGAFT- Comunicação/SCM	CME	
	Equipamentos	Área de equipamento desportivo por habitante	m ²	Evolução	Triannual	DEJ-Desporto	CME	
		Taxa de ocupação de equipamentos sociais	%	Evolução	Anual	DASIS	CME	
		Equipamentos de serviço de apoio social a crianças e idosos	nº	Aumentar	Triannual	DOM/SASIS	CME	
		Centros de inovação, empreendedorismo e <i>coworking</i>	nº	Criação/Aumentar	Triannual	DASIS	CME	
	Segurança de pessoas e bens	Nº de ocorrências de incêndios urbanos	nº	Evolução/Diminuir	Anual	SPCM/Bombeiros	PC	
		Área inundável em perímetro urbano	m ²	Evolução/Diminuir	Anual	SPCM	CME	
		Nº de ocorrências de acidentes industriais	nº	Diminuir	Anual	SPCM/PSP/ Bombeiros	IP/PSP/CME	
	BIOFÍSICO E AMBIENTAL	Espaços Verdes	Espaços verdes existentes	nº	Evolução/Aumentar	Anual	SPE	CME
			Espaços verdes intervencionados	ha	Aumentar	Anual	SPE	CME
Números de árvores em espaço público			nº	Evolução	Triannual	SPE	CME	
Número de árvores em espaço público por mil habitantes			nº	Evolução	Triannual	SPE	CME	
Números de parques infantis			nº	Evolução	Anual	DOM	CME	
Floresta e Biodiversidade		Área florestal	ha	Evolução/Manter	Anual	SPE	CME	
		Nº de incêndios florestais e área ardida	nº	Diminuir	Anual	SPCM/Bombeiros	PC/TNE	

BIOFÍSICO E AMBIENTAL	Floresta e Biodiversidade	% de área ocupada por espécies vegetais invasoras em Rede Natura 2000	%	Diminuir	Bianual	ICNF	CME/ICNF
		Área do sistema dunar sujeita a ação de recuperação inserida em Rede Natura 2000	n°	Evolução	Anual	APA/ICNF	CME/ICNF/APA
	Recursos Hídricos	Qualidade das águas costeiras e interiores	Qualitativa	Aumentar	Anual	APA	CME/APA/INE
		Comprimento anual de linhas de água sujeitas a programas de qualificação e/ou renaturalização	ml	Aumentar	Anual	DSBA/APA	CME
	Linha de Costa	Evolução da linha de costa e das áreas de praias	n.d.	Evolução	Triannual	SPE/DGT	DGT/CME
		Avaliação do estado de conservação das obras de defesa costeira	n.d.	Evolução	Anual	DOM/APA	APA/CME
		Habitantes em áreas vulneráveis a inundação/galgamento	n°	Evolução/Diminuir	Anual	SPE	CME
		Medidas implementadas na defesa contra risco de inundações /galgamentos	n°	Evolução	Anual	SPE/SPCM/APA	CME
	Infraestruturas básicas	Índice de perdas no sistema concelhio de distribuição de água	m³	Diminuir	Anual	DSBA	CME
		Roturas e reparações nos sistemas de drenagem de águas pluviais e de águas residuais	n°	Diminuir	Anual	DSBA	CME
		Taxa de cobertura do sistema de abastecimento de água	%	Evolução/Aumentar	Bianual	DSBA	CME
		Taxa de cobertura da rede de saneamento básico	%	Evolução/Aumentar	Bianual	DSBA	CME
	Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)	Número de ecopontos existentes no Município	n°	Evolução	Anual	DSBA	CME
		Número de habitantes por ecoponto	n°	Evolução	Anual	DSBA	CME
		RSU produzidos (capitação)	Kg/Hab/dia	Evolução/Diminuir	Anual	DSBA	CME/INE
		Indicador de evolução das frações dos RSU sujeitas a reciclagem	%	Evolução	Anual	DSBA	CME/INE
	Energia	Consumo total de energia elétrica por habitante	Kwh/Hab	Evolução/Diminuir	Bianual	SPE	CME/INE/DGEG
		Consumo de energia elétrica na iluminação pública	Kwh	Evolução/Diminuir	Bianual	DOM	CME/INE/DGEG
		Cobertura da rede elétrica pública em LED (luminárias)	n°	Evolução/Aumentar	Bianual	DOM	CME/INE/DGEG
		N° de projetos de eficiência energética	n°	Aumentar	Bianual	DOM	CME

RELACIONAL	Rede Viária	Intervenções na rede rodoviária	Km	Aumentar	Triannual	DOM	CME
		Grau de execução das vias previstas no Plano	%	Aumentar	Triannual	DOM	CME
	Mobilidade Suave	Extensão de ruas pedonalizadas	m	Evolução/Aumentar	Triannual	DOM	CME
		Área de passeios novos	m ²	Evolução/Aumentar	Triannual	DOM	CME
		Área de passeios requalificados	m ²	Evolução/Aumentar	Triannual	DOM	CME
		Execução de rede ciclável	m	Evolução/Aumentar	Anual	DOM	CME
	Estacionamento	Taxa de ocupação dos lugares de estacionamento concessionados	%	Evolução/Diminuir	Anual	DOM	CME
	Transportes Coletivos	Taxa de cobertura da rede de transportes coletivos	%	Evolução	Triannual	IMT	CME/IMT
		Taxa de utilização do transporte ferroviário	%	Evolução/Aumentar	Anual	REFER/CP	CME/REFER
		Nº de ocorrências de acidentes ferroviários e/ou rodoviários	nº	Diminuir	Anual	SPCM/PSP/ Bombeiros	IP/PSP/CME
		Nº de medidas/ações implementadas para prevenção de acidentes ferroviários e/ou rodoviários	nº	Aumentar	Anual	SPCM/PSP	IP/PSP/CME

Anexo I – Tabela de indicadores de monitorização do PDM 2016 (Fonte: CME, 2016)

Anexo 2

Sistema	Tema	Indicadores	Unidade	Metas	2011	2016	2017	Fonte
URBANO	Dinâmicas Demográficas	População concelhia e população residente na cidade de Espinho	nº	Manter/Aumentar	31786	29560		INE
		Famílias residentes	nº	Manter/Aumentar	12017			INE
		Densidade populacional	Hab./Km ²	Manter/Aumentar	1509,3	1403,6		INE
		Índice de envelhecimento	%	Manter/Diminuir	162,9	212,3		INE
	Estrutura Económica	População residente ativa	%	Aumentar	45,97			INE
		População residente por nível de escolaridade mais elevado completo	nº	Evolução	Nenhum 2719; 1ºCiclo 8545; 2ºCiclo 3530; 3ºCiclo 4947; Secundário 3867; Médio 177; Superior 3958			PORDATA
		Taxa de desemprego	%	Diminuir	18,38	10,9		INE
		Desempregados inscritos no IEFP	nº	Diminuir	3319	2646		PORDATA
		População empregada por setor de atividade	nº	Evolução	Primário 88; Secundário 3710; Terciário 8127			INE
		Empresas com sede no Município	nº	Aumentar	3390	3300		CME

URBANO

Estrutura Económica	Identificação e registo dos setores das atividades económicas	nº	Evolução	Agricultura 30; Indústrias transformadoras 1751; Eletricidade 0; Captação e tratamento de água 17; Construção 453; Comércio por grosso e retalho 2151; Transportes 153; Alojamento e restauração 883; Atividades de informação 50; Atividades imobiliárias 144; Consultoria 439; Atividades administrativas 530; Educação 469; Saúde 468; Atividades artísticas 0 e outras atividades 308	Agricultura 42; Indústrias transformadoras 1619; Eletricidade 0; Captação e tratamento de água 0; Construção 353; Comércio por grosso e retalho 1949; Transportes 143; Alojamento e restauração 825; Atividades de informação 46; Atividades imobiliárias 150; Consultoria 491; Atividades administrativas 572; Educação 298; Saúde 500; Atividades artísticas 458 e outras atividades 279		INE
	Balanço do nº, sector e tipo de postos de trabalho	nº	Evolução				
	Pessoal ao serviço por empresa	nº	Evolução	(<10) - 3286; (10-49) - 92; (50-249) - 11; (>250) - 1	(<10) - 3111; (10-49) - 92; (50-249) - 8; (>250) - 1		PORDATA
	Capacidade de alojamento dos estabelecimentos turísticos (nº de camas)	nº	Evolução	1052	963		PORDATA
	Estada média em estabelecimentos turísticos (dias)	nº	Aumentar	3,4	2,7		INE
Dinâmicas Urbanas	Nº de edifícios clássicos	nº	Evolução	8889	8954		CME
	Nº de fogos por edifício	nº	Evolução	1,8			CME

URBANO

Dinâmicas Urbanas

Nº de fogos vagos	nº	Diminuir	7	24		INE
Acessibilidade aos edifícios	%	Aumentar	28,81			INE
Estacionamentos ou garagens por alojamentos	nº	Evolução	7250			INE
Edifícios por época de construção	nº	Evolução	antes 1919-477; 1919a1945-829; 1946a1970-2520; 1971a1990-3013; 1991a2000-1307; 2001a2011-743	2011a2016 - 65		INE
Estado de conservação e reabilitação da habitação	Qualitativa	Evolução	Bom estado - 4662; Por reparar - 3134; Pequenas reparações - 1786; Reparações médias - 905; Grandes reparações - 443; Muito degradado - 231			INE
Nº de edifícios em risco	nº	Diminuir	1			CME
Alojamentos familiares clássicos de residência habitual por tipo de ocupação / proprietário	nº	Evolução	Ocupado pelo proprietário 7142; Inquilinos ou outros 4789			INE

URBANO

Dinâmicas Urbanas	Edifícios licenciados segundo o tipo de obra: construções novas, alterações, ampliações e reconstrução	n°	Evolução	Obras de edificação - 25 (16 construções novas e 9 alterações, ampliações e reconstruções); Obras de demolição - 4 (demolições 4 e 0 alterações)	Obras de edificação - 21 (13 construções novas e 8 alterações, ampliações e reconstruções); Obras de demolição - 5 (demolições 5 e 0 alterações)		INE
	Operações urbanísticas no solo rústico	n°	Evolução/Diminuir				
	Reabilitação do edificado de habitação social	n°	Aumentar	19	2		CME
	Fundos comunitários destinados ao parque de habitação social	€	Aumentar				
	Reabilitação de fogos de habitação social	n°	Aumentar	28	24		CME
	Reabilitação de equipamentos de perfil social	n°	Aumentar				
	Construções ilegais	n°	Diminuir		2619		CME
	% construções de génese ilegal nas construções totais	%	Diminuir e Anular		25,7		CME
Uso e Ocupação do solo	% de solos vagos nos Espaços Centrais Nível I – Cidade de Espinho	%	Diminuir	9,9	5,6		CME
	% de solos vagos nos Espaços Habitacionais	%	Diminuir	29,7	27		CME
	Área afeta a novas construções	m²	Aumentar				
	% das áreas construídas nas Áreas Centrais Complementares	%	Aumentar	29,8	32		CME
	Área afeta a novas construções em Espaços Urbanos de Baixa Densidade	m²	Evolução				
	Taxa de ocupação efetiva dos espaços de atividades económicas	%	Aumentar	37,6	47		CME
	Taxa de ocupação em áreas florestais e agrícolas	%	Evolução/Diminuir	2,8	3,2		CME
	Área de espaço público (re)qualificado	m²	Aumentar				
	Área de intervenções efetuadas no espaço público	m²	Aumentar				
	% do peso bruto do solo urbano no concelho	%	Evolução	64,5			CME

URBANO	Uso e Ocupação do solo	Construções em RAN e REN	n°	Diminuir	174	177		CME	
		Áreas de RAN e REN com autorização para utilização para outros fins	m²	Manter/Diminuir					
		Evolução da área total afeta à RAN de facto agricultada	%	Evolução	98,2	98,5		CME	
		N° de construções em leito de cheia	n°	Diminuir	11			CME	
	Património	Imóveis do património cultural inventariado e classificado	n°	Evolução	105	219		CME	
		Imóveis inventariados objeto de reabilitação e conservação	n°	Aumentar					
		Ações de divulgação do património imaterial	n°	Manter/Aumentar	20	24		CME	
	Equipamentos	Área de equipamento desportivo por habitante	m²	Evolução	17,8	17,8		CME	
		Taxa de ocupação de equipamentos sociais	%	Evolução	95,3			CME	
		Equipamentos de serviço de apoio social a crianças e idosos	n°	Aumentar	17	17		CME	
		Centros de inovação, empreendedorismo e <i>coworking</i>	n°	Criação/Aumentar	0	1 (em criação)			
	Segurança de pessoas e bens	N° de ocorrências de incêndios urbanos	n°	Evolução/Diminuir	Urbanos e Industriais (58)	21		CME	
		Área inundável em perímetro urbano	m²	Evolução/Diminuir		96471		CME	
		N° de ocorrências de acidentes industriais	n°	Diminuir	Urbanos e Industriais (58)	2		Bombeiros de Espinho	
	BIOFÍSICO E AMBIENTAL	Espaços Verdes	Espaços verdes existentes	n°	Evolução/Aumentar	96471			CME
			Espaços verdes intervencionados	há	Aumentar				
Números de árvores em espaço público			n°	Evolução	5153			CME	
Número de árvores em espaço público por mil habitantes			n°	Evolução	52			CME	
Números de parques infantis			n°	Evolução					
Floresta e Biodiversidade		Área florestal	ha	Evolução/Manter	250873ℓ+0,6			CME	
		N° de incêndios florestais e área ardida	n°	Diminuir	128 / 15	15 / 4&		INE	

BIOFÍSICO E AMBIENTAL	Floresta e Biodiversidade	% de área ocupada por espécies vegetais invasoras em Rede Natura 2000	%	Diminuir	2			CME	
		Área do sistema dunar sujeita a ação de recuperação inserida em Rede Natura 2000	nº	Evolução	4	6		APA	
	Recursos Hídricos	Qualidade das águas costeiras e interiores	Qualitativa	Aumentar	6 das quais 4 excelentes; 1 boa; 1 aceitável	6 das quais 5 excelentes; 1 boa			INE
		Comprimento anual de linhas de água sujeitas a programas de qualificação e/ou renaturalização	ml	Aumentar					
	Linha de Costa	Evolução da linha de costa e das áreas de praias	n.d.	Evolução					
		Avaliação do estado de conservação das obras de defesa costeira	n.d.	Evolução					
		Habitantes em áreas vulneráveis a inundações/galgamento	nº	Evolução/Diminuir					
		Medidas implementadas na defesa contra risco de inundações/galgamentos	nº	Evolução					
	Infraestruturas básicas	Índice de perdas no sistema concelhio de distribuição de água	m³	Diminuir					
		Roturas e reparações nos sistemas de drenagem de águas pluviais e de águas residuais	nº	Diminuir					
		Taxa de cobertura do sistema de abastecimento de água	%	Evolução/Aumentar	95				INE
		Taxa de cobertura da rede de saneamento básico	%	Evolução/Aumentar					
	Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)	Número de ecopontos existentes no Município	nº	Evolução	98	99			Lipor
		Número de habitantes por ecoponto	nº	Evolução	344	299			Lipor
		RSU produzidos (capitação)	Kg/Hab/dia	Evolução/Diminuir	1220	1622	1622		INE
		Indicador de evolução das frações dos RSU sujeitas a reciclagem	%	Evolução	12	13,7	14,7		Lipor
	Energia	Consumo total de energia elétrica por habitante	Kwh/Hab	Evolução/Diminuir	3252,1	1287,5*			INE
		Consumo de energia elétrica na iluminação pública	Kwh	Evolução/Diminuir	8 318 959	4 992 795*			INE
		Cobertura da rede elétrica pública em LED (luminárias)	nº	Evolução/Aumentar	0	2472	2913		EDP
		Nº de projetos de eficiência energética	nº	Aumentar	2	5	0		EDP

RELACIONAL	Rede Viária	Intervenções na rede rodoviária	Km	Aumentar	17732,2			CME
		Grau de execução das vias previstas no Plano	%	Aumentar				
	Mobilidade Suave	Extensão de ruas pedonalizadas	m	Evolução/Aumentar	3690,29			CME
		Área de passeios novos	m ²	Evolução/Aumentar				
		Área de passeios requalificados	m ²	Evolução/Aumentar				
		Execução de rede ciclável	m	Evolução/Aumentar	11486,5			CME
	Estacionamento	Taxa de ocupação dos lugares de estacionamento concessionados	%	Evolução/Diminuir				
	Transportes Coletivos	Taxa de cobertura da rede de transportes coletivos	%	Evolução				
		Taxa de utilização do transporte ferroviário	%	Evolução/Aumentar	7,5			INE
		Nº de ocorrências de acidentes ferroviários e/ou rodoviários	nº	Diminuir	270 rodoviários; 0 ferroviários	397 rodoviários; 3 ferroviários		PSP de Espinho
		Nº de medidas/ações implementadas para prevenção de acidentes ferroviários e/ou rodoviários	nº	Aumentar				

Anexo 2 – Indicadores com possibilidade de recolha (Fonte: Elaboração Própria)

Anexo 3

Sistema	Tema	Indicadores	Unidade	Metas	Responsabilidade	Fonte
POPULACIONAL E ECONÓMICO	Dinâmicas Demográficas	População Residente	Hab.	Aumentar	DPPE/Inquérito CME	INE
		Género dos residentes	%	Evolução	Inquérito CME	CME
		Faixa etária dos residentes	Anos	Evolução	Inquérito CME	CME
		Densidade populacional	Hab./Km ²	Manter/Aumentar	DPPE	INE
		Taxa Bruta de Natalidade	%(permilagem)	Manter/Aumentar	DPPE	INE
		Índice de envelhecimento	%	Manter/Aumentar	DPPE	INE
		Saldos populacionais anuais: total; natural e migratório	nº	Manter/Diminuir	DPPE/Inquérito CME	INE
		Indivíduos que constituem o agregado familiar	nº médio	Manter/Aumentar	Inquérito CME	CME
		Transporte escolar assegurado pela CME para os alunos a estudar no município	nº de alunos	Evolução		
		Alunos a estudar nas escolas responsabilidade da CME por nível de escolaridade	nº	Evolução	DJE	CME
	Segurança de bens e pessoas	Crimes	nº	Diminuir	DPPE	INE
		Satisfação do indivíduo perante a criminalidade na cidade	Qualitativa	Evolução	Inquérito CME	CME
		Ocorrências de incêndios urbanos	nº	Evolução/Diminuir	SPCM	Bombeiros de Espinho
		Ocorrências de acidentes indústrias	nº	Diminuir	SPCM	Bombeiros de Espinho
	Estrutura Económica	Taxa de desemprego	%	Diminuir	DPPE	INE
		Desempregados inscritos no IIEFP	nº	Diminuir	DPPE	PORDATA
		Identificação e registo dos setores das atividades económicas	nº	Evolução	DPPE	INE

POPULACIONAL E ECONÓMICO	Estrutura Económica	Pessoal ao serviço por empresa	nº	Evolução	DPPE	PORDATA	
		Empresas com sede no município	nº	Aumentar	DPPE	CME	
		Capacidade de alojamento dos estabelecimentos turísticos	nº de camas	Evolução	DGAFT	PORDATA	
		Estadia média em estabelecimentos turísticos	nº de dias	Aumentar	DGAFT	INE	
		Estabelecimentos de alojamento local existentes	nº de unidades	Evolução	DGAFT	Turismo de Portugal	
		Proveitos totais dos estabelecimentos turísticos	€	Evolução	DGAFT	INE	
		Eventos realizados anualmente	nº de dias	Evolução	DACE	CME	
	Qualidade de vida	Quais os parâmetros mais importantes para uma boa qualidade de vida urbana	Qualitativa	Evolução	Inquérito CME	CME	
		Satisfação do indivíduo perante o trabalho	Qualitativa	Evolução	Inquérito CME	CME	
		Satisfação do indivíduo perante o rendimento	Qualitativa	Evolução	Inquérito CME	CME	
		Satisfação do indivíduo perante a habitação	Qualitativa	Evolução	Inquérito CME	CME	
		Satisfação do indivíduo perante os serviços de saúde	Qualitativa	Evolução	Inquérito CME	CME	
		Satisfação do indivíduo perante os serviços de ensino	Qualitativa	Evolução	Inquérito CME	CME	
		Satisfação do indivíduo perante a cultura, desporto e lazer na cidade	Qualitativa	Evolução	Inquérito CME	CME	
		Satisfação do indivíduo perante o civismo dos cidadãos	Qualidade	Evolução	Inquérito CME	CME	
		Satisfação do indivíduo perante	Qualitativa	Evolução	Inquérito CME	CME	
	URBANO	Dinâmicas Urbanas	Edifícios clássicos	nº	Evolução	DPPE	CME
			Edifícios por época de construção	nº	Evolução	DPPE	INE
			Estado de conservação	Qualitativa	Evolução	DPPE	INE
Estacionamentos ou garagens por alojamentos			nº	Evolução	DOPL	INE	

URBANO

Dinâmicas Urbanas	Fogos vagos	n°	Diminuir	DPPE	CME
	Edifícios licenciados segundo o tipo de obra: construções novas, alterações, ampliações e reconstruções	n°	Evolução	DOPL	INE
	Edifícios reabilitados dentro da ARU	n°	Evolução	DPPE	CME
	Edifícios reabilitados fora da ARU	n°	Evolução	DPPE	CME
	Construções ilegais	n°	Diminuir	DPPE	CME
	Construções de génese ilegal nas construções totais	n°	Diminuir	DPPE	CME
	Operações urbanísticas de legalização de edifícios destinados à habitação	n°	Evolução	DOPL	CME
	Operações urbanísticas de legalização de edifícios destinados a outros usos	n°	Evolução	DOPL	CME
	Edifícios em ruína	n°	Diminuir	DPPE	CME
	Nº médio de levantamentos cadastrais e topográficos	n°	Aumentar	DOM	CME
	Tempo médio de atribuição de habitação social após pedido efetuado	n° de dias	Diminuir	DASIS	CME
	Beneficiários de rede de apoio alimentar	n°	Evolução/Diminuir	DASIS	CME
	Alvarás emitidos de utilização	n°	Evolução	DOPL	CME
	Alvarás emitidos de edificação	n°	Evolução	DOPL	CME
	Certidões emitidas de obras particulares	n°	Evolução	DOPL	CME
	Cumprimento dos prazos de tratamento de processos de obras particulares	%	Aumentar	DOPL	CME
	Licenças pedidas para ocupação da via pública	n°	Evolução	DOPL	CME
Uso e Ocupação do solo	Peso bruto do solo urbano no concelho	%	Evolução	DPPE	CME
	Taxa de ocupação efetiva dos espaços de atividades económicas	%	Aumentar	DPPE	CME
	Taxa de ocupação em áreas florestais e agrícolas	%	Evolução/Diminuir	DPPE	CME
	Áreas construídas nas Áreas Centrais Complementares	%	Aumentar	DPPE	CME

URBANO	Uso e Ocupação do solo	Construções em zonas ameaçadas pelas cheias	nº	Diminuir	DPPE	CME
		Construções em RAN e REN	nº	Diminuir	DPPE	CME
		Evolução da área total afeta à RAN de facto agricultada	%	Evolução	DPPE	CME
		Solos vagos nos Espaços Centrais Nível I - Cidade de Espinho	%	Diminuir	DPPE	CME
		Solos vagos nos Espaços Habitacionais	%	Diminuir	DPPE	CME
		Ações de divulgação do património imaterial	Qualitativa	Manter/Aumentar	DGAFT	CME
		Residentes inscritos como leitores na Biblioteca	nº	Aumentar	DCM	CME
		Atividades anuais de índole cultural	nº	Aumentar	DCM	CME
		Visitas ao FACE	nº	Aumentar	DCM	CME
		Centros de inovação, empreendedorismo e <i>coworking</i>	nº	Criação/Aumentar	DASIS	CME
		Equipamentos de serviço de apoio social a crianças e idosos	nº	Aumentar	DOM	CME
		Taxa de incumprimento da renda mensal na habitação social	%	Diminuir	DASIS	CME
		Estabelecimentos escolares desativados ocupados por outras atividades ou entidades	nº	Evolução	DJE	CME
		Área de equipamento desportivo por habitante	m²	Evolução	DD	CME
		Atletas que frequentam as instalações desportivas municipais	nº	Evolução	DD	CME
		Utentes que frequentam a Piscina Municipal Exterior	nº	Evolução	DD	CME
		Utentes que frequentam o Balneário Marinho	nº	Evolução	DD	CME
		Utentes que frequentam a Piscina Municipal Interior	nº	Evolução	DD	CME
		Utilizações de dormidas no Parque de Campismo	nº	Evolução/Aumentar	DACE	CME
		Orçamento executado na dinamização de eventos estratégicos para o município	€	Evolução	DACE	CME
		Vistorias realizadas para apurar o estado de conservação dos equipamentos municipais	nº	Evolução	DPPE	CME

BIOFÍSICO E AMBIENTAL	Floresta, Espaços Verdes e Biodiversidade	Área florestal	há	Evolução/Manter	DPPE	CME
		Área ocupada por espécies invasoras na rede natura 2000	%	Diminuir	DPPE	CME
		Ocorrências de incêndios florestais	nº	Diminuir	SPCM	Bombeiros de Espinho
		Área ardida registada	ha	Diminuir	SPCM	INE
		Espaços verdes existentes por habitante	nº	Evolução/Aumentar	DPPE	CME
		Projetos sobre espaços verdes	nº	Evolução	DPPE	CME
		Árvores em espaço público	nº	Evolução	DPPE	CME
		Árvores em espaço público por mil habitantes	nº	Evolução	DPPE	CME
		Número de parques infantis	nº	Evolução	DOM	CME
	Recursos Hídricos	Qualidade das águas costeiras e interiores	Qualitativa	Aumentar	DPPE	INE
		Águas balneares por tipo de acessibilidade a pessoas de mobilidade reduzida	%	Aumentar	DPPE	INE
		Projetos de requalificação e/ou renaturalização das linhas de água	nº	Evolução	DPPE	CME
	Infraestruturas básicas	Qualidade da água para o consumo humano	Qualitativa	Evolução	DSBA	INE
		Taxa de cobertura do sistema de abastecimento de água	%	Evolução/Aumentar	DSBA	CME
		Índice de perdas no sistema concelhio de distribuição de água	m³	Diminuir	DSBA	CME
		Roturas e reparações nos sistemas de drenagem de águas pluviais e de águas residuais	nº	Diminuir	DSBA	CME
		Taxa de cobertura da rede de saneamento básico	%	Evolução/Aumentar	DSBA	CME

BIOFÍSICO E AMBIENTAL	Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)	Ecopontos existentes no município	n°	Evolução	DSBA	LIPOR
		Habitantes por ecoponto	n°	Evolução	DSBA	LIPOR
		RSU produzidos (Capitação)	Kg/Hab/Dia	Evolução/Diminuir	DSBA	INE
		Indicador de evolução das frações dos RSU sujeitas a reciclagem	%	Evolução	DSBA	LIPOR
	Energia	Consumo total de energia elétrica por habitante	Kwh/Hab.	Evolução/Diminuir	DPPE	INE
		Consumo de energia elétrica na iluminação pública	Kwh	Evolução/Diminuir	DOM	INE
		Cobertura da rede elétrica pública em LED	n°	Evolução/Aumentar	DOM	EDP
		Projetos de eficiência energética	n°	Aumentar	DOM	EDP
		População com gás natural	%	Evolução	DPPE	INE
	RELACIONAL	Mobilidade Suave	Área de passeios novos	m ²	Evolução/Aumentar	DOM
Área de passeios requalificados			m ²	Aumentar	DOM	CME
Área de vias em manutenção			m ²	Evolução/Aumentar	DOM	CME
Área de calçada reparada			m ²	Aumentar	DOM	CME
Área de calçada nova			m ²	Aumentar	DOM	CME
Sinais substituídos ou novos			n°	Aumentar	DOM	CME
Transportes		Meios de transporte utilizados na deslocação para a ocupação laboral	Qualitativa	Evolução	Inquérito CME	CME
		Taxa de utilização do transporte ferroviário	%	Evolução/Aumentar	Inquérito CME	CME
		Satisfação do indivíduo perante a mobilidade na cidade	Qualitativa	Evolução	Inquérito CME	CME
		Ocorrências de acidentes ferroviários e/ou rodoviários	n°	Diminuir	SPCM	PSP

Anexo 3 – Nova tabela de indicadores de monitorização (Fonte: Elaboração Própria)

Anexo 4

Sistema	Tema	Indicadores	Unidade	2011	2016	2017	Metas	Fonte
POPULACIONAL E ECONÓMICO	Dinâmicas Demográficas	População Residente	Hab.	31786	29560	a estimar	Aumentar*	INE
		Género dos residentes	%	em construção	em construção	em construção	Evolução	CME
		Faixa etária dos residentes	Anos	em construção	em construção	em construção	Evolução	CME
		Densidade populacional	Hab./Km²	1509,3	1403,6	a estimar	Manter/Aumentar*	INE
		Taxa Bruta de Natalidade	%(permilagem)	7,4	7,3	a estimar	Manter/Aumentar*	INE
		Índice de envelhecimento	%	162,9	212,3	a estimar	Manter/Aumentar*	INE
		Saldos populacionais anuais: total; natural e migratório	nº	T(-378); N(-66);M(-312)	T(-148); N(-115);M(-33)	a estimar	Manter/Diminuir*	INE
		Indivíduos que constituem o agregado familiar	nº médio	em construção	em construção	em construção	Manter/Aumentar	CME
		Transporte escolar assegurado pela CME para os alunos a estudar no município	nº de alunos		568	192	Evolução	
		Alunos a estudar nas escolas responsabilidade da CME por nível de escolaridade	nº		Pré-escolar 555; 1º Ciclo 1278	Pré-escolar 482; 1º Ciclo 1221	Evolução	CME
	Segurança de bens e pessoas	Crimes	nº	1114	979	1074	Diminuir	INE
		Satisfação do indivíduo perante a criminalidade na cidade	Qualitativa	em construção	em construção	em construção	Evolução	CME
		Ocorrências de incêndios urbanos	nº	55	54	57	Evolução/Diminuir	Bombeiros de Espinho
		Ocorrências de acidentes industriais	nº	3	2	1	Diminuir	Bombeiros de Espinho

POPULACIONAL E ECONÓMICO

<p>Estrutura Económica</p>	Taxa de desemprego	%	18,4	10,9	8,5	Diminuir	INE
	Desempregados inscritos no IIEFP	nº	3319	2646	2066	Diminuir	PORDATA
	Identificação e registo dos setores das atividades económicas	nº	Agricultura 30; Indústrias extrativas 0; Indústrias transformadoras 1751; Eletricidade 0; Captação e tratamento de água 17; Construção 453; Comércio por grosso e retalho 2151; Transportes 153; Alojamento e restauração 883; Atividades de informação 50; Atividades imobiliárias 144; Consultoria 439; Atividades administrativas 530; Educação 469; Saúde 468; Atividades artísticas 0 e Outras atividades 308	Agricultura 42; Indústrias extrativas 0; Indústrias transformadoras 1619; Eletricidade 0; Captação e tratamento de água 0; Construção 353; Comércio por grosso e retalho 1949; Transportes 143; Alojamento e restauração 825; Atividades de informação 46; Atividades imobiliárias 150; Consultoria 491; Atividades administrativas 572; Educação 298; Saúde 500; Atividades artísticas 458 e Outras atividades 279	a estimar	Evolução*	INE
	Pessoal ao serviço por empresa	nº	(<10) - 3286; (10-49) - 92; (50-249) - 11; (>250) - 1	(<10) - 3111; (10-49) - 92; (50-249) - 8; (>250) - 1	a estimar	Evolução*	PORDATA
	Empresas com sede no município	nº	3390	3300	a estimar	Aumentar*	CME
	Capacidade de alojamento dos estabelecimentos turísticos	nº de camas	1052	963	a estimar	Evolução*	PORDATA

POPULACIONAL E ECONÓMICO	Estrutura Económica	Estadia média em estabelecimentos turísticos	nº de dias	3,4	2,7	a estimar	Aumentar*	INE
		Estabelecimentos de alojamento local existentes	nº de unidades	9	25	49	Evolução	Turismo de Portugal
		Proveitos totais dos estabelecimentos turísticos	€	2885	4481	a estimar	Evolução*	INE
		Eventos realizados anualmente	nº de dias		206	147	Evolução	CME
	Qualidade de vida	Quais os parâmetros mais importantes para uma boa qualidade de vida urbana	Qualitativa	em construção	em construção	em construção	Evolução	CME
		Satisfação do indivíduo perante o trabalho	Qualitativa	em construção	em construção	em construção	Evolução	CME
		Satisfação do indivíduo perante o rendimento	Qualitativa	em construção	em construção	em construção	Evolução	CME
		Satisfação do indivíduo perante a habitação	Qualitativa	em construção	em construção	em construção	Evolução	CME
		Satisfação do indivíduo perante os serviços de saúde	Qualitativa	em construção	em construção	em construção	Evolução	CME
		Satisfação do indivíduo perante os serviços de ensino	Qualitativa	em construção	em construção	em construção	Evolução	CME
		Satisfação do indivíduo perante a cultura, desporto e lazer na cidade	Qualitativa	em construção	em construção	em construção	Evolução	CME
		Satisfação do indivíduo perante o civismo dos cidadãos	Qualidade	em construção	em construção	em construção	Evolução	CME
		Satisfação do indivíduo perante	Qualitativa	em construção	em construção	em construção	Evolução	CME

URBANO	Dinâmicas Urbanas	Edifícios clássicos	nº	8889	8954	a estimar	Evolução*	CME
		Edifícios por época de construção	nº	antes 1919-477; 1919a1945-829; 1946a1970-2520; 1971a1990-3013; 1991a2000-1307; 2001a2011-743	2011a2016 - 65	a estimar	Evolução*	INE
		Estado de conservação	Qualitativa	Bom estado - 4662; Por reparar - 3134; Pequenas reparações - 1786; Reparações médias - 905; Grandes reparações - 443; Muito degradado - 231	a estimar	a estimar	Evolução	INE
		Estacionamentos ou garagens por alojamentos	nº	7254	a estimar	a estimar	Evolução	INE
		Fogos vagos	nº	7	24	a estimar	Diminuir*	CME
		Edifícios licenciados segundo o tipo de obra: construções novas, alterações, ampliações e reconstruções	nº	Obras de edificação - 25 (16 construções novas e 9 alterações, ampliações e reconstruções); Obras de demolição - 4 (demolições 4 e 0 alterações)	Obras de edificação - 21 (13 construções novas e 8 alterações, ampliações e reconstruções); Obras de demolição - 5 (demolições 5 e 0 alterações)	a estimar	Evolução*	INE
		Edifícios reabilitados dentro da ARU	nº			0	Evolução	CME
		Edifícios reabilitados fora da ARU	nº			0	Evolução	CME

URBANO

Dinâmicas Urbanas	Construções ilegais	nº		2619	em construção	Diminuir	CME
	Construções de génese ilegal nas construções totais	nº		25,7	em construção	Diminuir	CME
	Operações urbanísticas de legalização de edifícios	nº			5	Evolução	CME
	Pedidos de licenciamento de legalização	nº			62	Evolução	CME
	Edifícios em ruína	nº	1	1	1	Diminuir	CME
	Nº médio de levantamentos cadastrais e topográficos	nº			27	Aumentar	CME
	Tempo médio de atribuição de habitação social após pedido efetuado	nº de dias		27	26	Diminuir*	CME
	Beneficiários de rede de apoio alimentar	nº		4650	3270	Evolução/Diminuir*	CME
	Alvarás emitidos de utilização	nº			37	Evolução	CME
	Alvarás emitidos de edificação	nº			35	Evolução	CME
	Certidões emitidas de obras particulares	nº			329	Evolução	CME
	Cumprimento dos prazos de tratamento de processos de obras particulares	%		73	87	Aumentar	CME
	Licenças pedidas para ocupação da via pública	nº			61	Evolução	CME
	Uso e Ocupação do solo	Peso bruto do solo urbano no concelho	%	64,5	65	a estimar	Evolução*
Taxa de ocupação efetiva dos espaços de atividades económicas		%	37,6	47	a estimar	Aumentar *	CME
Taxa de ocupação em áreas florestais e agrícolas		%	2,8	3,2	a estimar	Evolução/Diminuir*	CME

URBANO

Uso e Ocupação do solo

Áreas construídas nas Áreas Centrais Complementares	%	29,8	32	a estimar	Aumentar*	CME
Construções em zonas ameaçadas pelas cheias	nº	11	12	a estimar	Diminuir*	CME
Construções em RAN e REN	nº	174	177	a estimar	Diminuir*	CME
Evolução da área total afeta à RAN de facto agricultada	%	98,2	98,5	a estimar	Evolução*	CME
Solos vagos nos Espaços Centrais Nível I - Cidade de Espinho	%	9,9	5,6	a estimar	Diminuir*	CME
Solos vagos nos Espaços Habitacionais	%	29,7	27	a estimar	Diminuir*	CME
Ações de divulgação do património imaterial	Qualitativa	30	32	35	Manter/Aumentar	CME
Residentes inscritos como leitores na Biblioteca	nº		10831	8725	Aumentar	CME
Atividades anuais de índole cultural	nº		211	224	Aumentar	CME
Visitas ao FACE	nº		7847	6633	Aumentar	CME
Centros de inovação, empreendedorismo e <i>coworking</i>	nº	0	0	1	Criação/Aumentar	CME
Equipamentos de serviço de apoio social a crianças e idosos	nº		18	19	Aumentar	CME
Taxa de incumprimento da renda mensal na habitação social	%		15,5	16,96	Diminuir	CME
Estabelecimentos escolares desativados ocupados por outras atividades ou entidades	nº	0	2	4	Evolução	CME
Área de equipamento desportivo por habitante	m²	17,8	17,8	17,8	Evolução	CME
Atletas que frequentam as instalações desportivas municipais	nº		1058	1059	Evolução	CME
Utentes que frequentam a Piscina Municipal Exterior	nº		23000	23000	Evolução	CME

URBANO	Uso e Ocupação do solo	Utentes que frequentam o Balneário Marinho	nº		4000	4000	Evolução	CME
		Utentes que frequentam a Piscina Municipal Interior	nº		1400	1500	Evolução	CME
		Utilizações de dormidas no Parque de Campismo	nº		20829	17484	Evolução/Aumentar	CME
		Orçamento executado na dinamização de eventos estratégicos para o município	€		282 587,49	278 831,00	Evolução	CME
		Vistorias realizadas para apurar o estado de conservação dos equipamentos municipais	nº			0	Evolução	CME
BIOFÍSICO E AMBIENTAL	Floresta, Espaços Verdes e Biodiversidade	Área florestal	há	5137	2125	a estimar	Evolução/Manter*	CME
		Área ocupada por espécies invasoras na rede natura 2000	%	2	2	2	Diminuir	CME
		Ocorrências de incêndios florestais	nº	242	187	229	Diminuir	Bombeiros de Espinho
		Área ardida registada	ha	15	8	a estimar	Diminuir*	INE
		Espaços verdes existentes por habitante	nº		96471	a estimar	Evolução/Aumentar	CME
		Projetos sobre espaços verdes	nº		0	a estimar	Evolução	CME
		Árvores em espaço público	nº		5153	a estimar	Evolução	CME
		Árvores em espaço público por mil habitantes	nº		52	a estimar	Evolução	CME
		Número de parques infantis	nº	4	5	6	Evolução*	CME
	Recursos Hídricos	Qualidade das águas costeiras e interiores	Qualitativa	6 das quais 4excelentes; 1 boa; 1 aceitável	6 das quais 5 excelentes; 1 boa	a estimar	Aumentar*	INE
		Águas balneares por tipo de acessibilidade a pessoas de mobilidade reduzida	%	4	6	a estimar	Aumentar *	INE

BIOFÍSICO E AMBIENTAL	Recursos Hídricos	Projetos de requalificação e/ou renaturalização das linhas de água	nº	0	0	0	Evolução	CME
	Infraestruturas básicas	Qualidade da água para o consumo humano	Qualitativa	Boa	Boa	Muito Boa	Evolução	INE
		Taxa de cobertura do sistema de abastecimento de água	%	95	95	95	Evolução/Aumentar	CME
		Índice de perdas no sistema concelhio de distribuição de água	m³		754986	846785	Diminuir	CME
		Roturas e reparações nos sistemas de drenagem de águas pluviais e de águas residuais	nº	0	0	0	Diminuir	CME
		Taxa de cobertura da rede de saneamento básico	%	85	85	85	Evolução/Aumentar	CME
	Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)	Ecopontos existentes no município	nº	98	99	100	Evolução	LIPOR
		Habitantes por ecoponto	nº	344	299	296	Evolução	LIPOR
		RSU produzidos (Capitação)	Kg/Hab/Dia	1,47	1,59	1,62	Evolução/Diminuir	INE
		Indicador de evolução das frações dos RSU sujeitas a reciclagem	%	12%	13,70%	14,70%	Evolução	LIPOR
	Energia	Consumo total de energia elétrica por habitante	Kwh/Hab.	3252,1	1287,5	a estimar	Evolução/Diminuir*	INE
		Consumo de energia elétrica na iluminação pública	Kwh	8 318 959	4 992 795	a estimar	Evolução/Diminuir*	INE
		Cobertura da rede elétrica pública em LED	nº	0	2472	2913	Evolução/Aumentar*	EDP
		Projetos de eficiência energética	nº	0	0	2(previsos)	Aumentar	EDP
		População com gás natural	%	2 500,031	3 174,000	a estimar	Evolução*	INE

RELACIONAL	Mobilidade Suave	Área de passeios novos	m ²		153	32	Evolução/Aumentar	CME
		Área de passeios requalificados	m ²		548,5	407	Aumentar	CME
		Área de vias em manutenção	m ²		994	1433	Evolução/Aumentar	CME
		Área de calçada reparada	m ²		308,5	822	Aumentar	
		Área de calçada nova	m ²		40	60	Aumentar	CME
		Sinais substituídos ou novos	n ^o		76	148	Aumentar	CME
	Transportes	Meios de transporte utilizados na deslocação para a ocupação laboral	Qualitativa	em construção	em construção	em construção	Evolução	CME
		Taxa de utilização do transporte ferroviário	%	em construção	em construção	em construção	Evolução/Aumentar	CME
		Satisfação do indivíduo perante a mobilidade na cidade	Qualitativa	em construção	em construção	em construção	Evolução	CME
		Ocorrências de acidentes ferroviários e/ou rodoviários	n ^o	270	400	407	Diminuir	PSP

Anexo 4 – Nova tabela de indicadores de monitorização preenchida (Fonte: Elaboração Própria)

Anexo 5



Inquérito à Qualidade de Vida Urbana dos residentes no concelho de Espinho

O presente inquérito tem como principal objetivo caracterizar a qualidade de vida urbana dos cidadãos residentes no concelho bem como recolher dados meramente para fins estatísticos e internos na Câmara Municipal de Espinho. Este deve ser preenchido pelo titular da fatura.

1. Sexo

- Feminino
- Masculino

2. Idade: ____

3. Nº de elementos que constitui o seu agregado familiar: ____

4. Na constituição do seu agregado familiar existem filhos?

- Sim
- Não

Se sim,

Idade(s): _____;

Ano(s) de escolaridade que frequenta(m): _____.

5. Como se desloca no percurso ocupação laboral-casa?

- Carro
- Autocarro
- Comboio
- Outro: _____

6. A sua habitação é capacitada com todas as infraestruturas básicas?

- Sim
- Não

Se não, encontrasse em falta: _____

7. Qual a sua situação perante o trabalho?

- Empregado por conta própria
- Empregado por conta de outrem
- Empregado independente
- Doméstico
- Reformado
- Desempregado
- Outro: _____

8. Na tabela seguinte assinale de 1(pouca) a 5(muita) importância quais os parâmetros que para si são importantes para obter uma boa qualidade de vida urbana?

1. Parâmetros	2. Importância				
	3. Pouca	4. Média			5. Muita
Ambiente	1	2	3	4	5
Mobilidade e Rede Viária	1	2	3	4	5
Segurança	1	2	3	4	5
Habitação	1	2	3	4	5
Rendimento e Mercado de Trabalho	1	2	3	4	5
Coesão Social e Comportamento Cívico	1	2	3	4	5
Saúde	1	2	3	4	5
Planeamento e Gestão Urbana	1	2	3	4	5
Comércio e Serviços	1	2	3	4	5
Cultura, Desporto e Lazer	1	2	3	4	5

9. Na tabela seguinte assinale de 1(insatisfeito) a 4(muito satisfeito) qual a satisfação que sente perante os critérios da sua vida.

6. Critério	Insatisfeito	Pouco Satisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito
Trabalho	1	2	3	4
Rendimento	1	2	3	4
Criminalidade	1	2	3	4
Habitação	1	2	3	4
Serviços de saúde	1	2	3	4
Serviços de ensino	1	2	3	4
Cultura, desporto e lazer na cidade	1	2	3	4
Civismo dos cidadãos	1	2	3	4
Mobilidade no espaço citadino	1	2	3	4

10. Opinião de algo que a instituição camarária possa modificar para a melhoria da qualidade de vida urbana dos cidadãos? _____